

José Juciêr Ferreira Alves
(Org.)



SAREx

80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

José Juciêr Ferreira Alves
(Org.)

SAREX

80 ANOS

do SERVIÇO de ASSISTÊNCIA RELIGIOSA do EXÉRCITO



MMXXV

EDIÇÃO DIGITAL COMEMORATIVA

Dedicatória



Como preito de agradecimento e de reconhecimento à memória e aos feitos do **Capitão Capelão Antônio Álvares da Silva**, o **Frei Orlando** (in memoriam), Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (vide QR Code), dedicamos esta obra a todos aqueles que doam suas vidas ao Serviço de Capelania Militar.



HERÓIS SEMPRE LEMBRADOS!

SAREX



VIDEO INSTITUCIONAL

Epígrafe

O homem morre, as gerações se sucedem, mas a Pátria fica, sobrevive e segue adiante, e mais e sempre, ancorada na saudade dos que a construíram e já tombaram e nas esperanças dos que nascem.

Nenhum povo pode ser grande sem esse sentimento.

Nenhuma nação pode ser forte sem nele apoiar-se.

E o amor à Pátria é o mais sólido elo da nacionalidade e o mais forte estímulo aos cidadãos. Que o amor à Pátria se desenvolvia e se fortalecia com o conhecimento de seu passado e presente e com fé em seu futuro.

João Simões Lopes Neto



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

SAREx [livro eletrônico] : 80 Anos do Serviço de
Assistência Religiosa do Exército / Organização
José Juciêr Ferreira Alves, João Batista Alves
de Almeida Junior, Jefferson Biajone. --
1. ed. -- Brasília : Gráfica Regional, 2025.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-85-65703-75-8

1. Brasil. Exército. Capelães Militares - Brasil
2. Serviço de Assistência Religiosa do Exército
3. História Militar 4. Militares - Brasil - História
5. Força Expedicionária Brasileira - Capelães
- I. Alves, José Juciêr Ferreira. II. Almeida Junior,
João Batista Alves de. III. Biajone, Jefferson.

25-264582

CDD-355.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : História Militar 355.0981

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Sumário

Capelães e Missionários de Jesus Cristo

Primeiro-Tenente Capelão Veterano José Juciêr Ferreira Alves 06

Nota de Introdução à SAREx (2025)

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Tenente-Coronel Capelão João Batista Alves de Almeida Junior 07

Prefaciadores Convidados de SAREx (2025)

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Capitão de Mar e Guerra Capelão Ubiratan de Oliveira Araújo 08

Coronel Capelão Jones Alberto Ribeiro 09

Coronel Veterano Carlos Roberto Carvalho Daróz 10

Tenente-Coronel Capelão PM Gisleno Gomes de Faria Alves 12

Tenente-Coronel Capelão BM Fernando Airtton de Macedo Rebouças 13

Senhor Israel Blajberg 14

Prof. Dr. Jefferson Biajone 15

Capítulo I

Origem e Evolução do Serviço de Assistência Religiosa no Exército

Primeiro-Tenente Capelão Veterano José Juciêr Ferreira Alves 17

Capítulo II

A Constitucionalidade do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Primeiro-Tenente Capelão Veterano José Juciêr Ferreira Alves 31

Capítulo III

Assistência Religiosa, Espiritual e Ético-Profissional

Tenente-Coronel Capelão João Batista Alves de Almeida Junior 39

Capítulo IV

O Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Segundo-Tenente Capelão Antônio Dubena 43

Capítulo V

Coronel Capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis:

O primeiro Capelão-Chefe do SAREx

Prof. Dr. Daniel Mata Roque 53

Capítulo VI

Curso de Formação de Capelães Militares: o Capelão na Escola

Segundo-Tenente Capelão Filipe Costa Machado 67

Capítulo VII

Os Segmentos de maior expressividade no Serviço de Capelania

Católico: Primeiro-Tenente Capelão João Batista Diniz Ferreira 74

Evangélico: Primeiro-Tenente Capelão Guilherme Estevam Emílio 78

Espírita: Major QCO PTTC Pedro Paulo Carneiro Camello 90

Capítulo VIII

Algumas Áreas de Atuação dos Capelães Militares

Capelania Carcerária: Capitão Capelão Wesley Simonton Cindra Rédua ... 93

Operação Acolhida: Capitão Capelão Idelson Alves Scarcela Júnior 100

Contexto Amazônico: Primeiro-Tenente Capelão Fábio Casado Dias 107

Missão de Paz: Capitão Capelão Diego Baltz 117

Capítulo IX

O diálogo inter-religioso no Serviço de Capelania:

um caminho para a compreensão e o cuidado em contextos militares

Tenente-Coronel Capelão Christian David Soares Bitencourt 131

Capítulo X

Os 82 anos de criação da Força Expedicionária Brasileira

e os 80 anos de criação do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Tenente-Coronel Capelão Veterano Rogério de Carvalho Lima 145

Capítulo XI

O Ordinariado Militar do Brasil

Primeiro-Tenente Capelão Edivaldo da Silva Pinho 158

Homenagem

Coronel Veterano Cláudio Moreira Bento..... 167

Posfácio

General de Brigada Veterano José Fernando lasbech 168



Capelães e Missionários de Jesus Cristo

José Juciêr Ferreira Alves ()*

Esta obra, longe de possuir uma característica *sui generis*, foi compilada com um laborioso empenho, mediante a colaboração de indivíduos profundamente envolvidos com os temas abordados, dotados de discernimento e espírito interdenominacional, incluindo padres, pastores e representantes espíritas.

Tal esforço reflete uma busca pela verdade e pela compreensão pluralista, fundamentada na fé e na razão, elementos essenciais à construção de um relato que almeja transcender o mero documento histórico.

Em momentos de profunda oração, ajoelhados perante o Senhor dos Exércitos, rogávamos por dons de sabedoria, a fim de que pudéssemos oferecer uma narrativa não apenas documental, mas também impregnada de nossas vivências como capelães e missionários de Jesus Cristo. Essas súplicas revelam a nossa convicção de que a compreensão do fenômeno religioso no âmbito militar exige uma sensibilidade espiritual aliada ao rigor técnico, buscando sempre a harmonia entre o sagrado e o científico.

Minha gratidão estende-se aos senhores Comandantes, Chefes, Diretores, Capelães Militares Católicos e Evangélicos, Capelães Civis, representantes da Cruzada dos Militares Espíritas pelo incentivo e valiosas contribuições propiciadas ao livro, assim como também o fizeram os senhores General de Brigada Veterano José Fernando Iasbech, Coronel Veterano Cláudio Moreira Bento, Coronel Veterano Carlos Roberto Carvalho Daróz, Sr. Israel Blajberg, Prof. Dr. Daniel Mata Roque e Prof. Dr. Jefferson Biajone.

Todas essas interlocuções, fundamentadas na sólida bagagem de conhecimentos e testemunho de espiritualidade, proporcionaram uma visão consubstancial e construtiva, revelando-se como um exercício de aprendizado mútuo e de enriquecimento espiritual.

Por fim, expresso minha gratidão ao Exército Brasileiro, bem como ao Arcebispo Ordinário Militar do Brasil, Dom Marcony Vinícius Ferreira, cuja confiança e orações incessantes foram essenciais para o cumprimento desta missão. A minha família, especialmente aos meus irmãos de sangue e no sacerdócio, Padre Lindomar e Padre Chagas, merecem reconhecimento pelo apoio, camaradagem e espírito de corpo que sempre nos uniram.

Que esta obra seja um testemunho lúcido da importância do apoio espiritual na fortificação da dimensão humana da Força, sob as bênçãos do Pai Celestial, promovendo a valorização da pluralidade e da cooperação interdenominacional, como pilares essenciais à missão do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

(*) Primeiro-Tenente Capelão Veterano do Exército Brasileiro e Padre Diocesano.

Nota de Introdução à SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

João Batista Alves de Almeida Junior ()*

Laus Deo por esta obra de excelência organizada pelo nosso dileto Capelão Primeiro-Tenente Veterano e Padre Diocesano Juciêr, nesta data comemorativa dos 80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).

A realização do presente compêndio decorre do desiderato de condensar, em uma única coletânea, questões pertinentes ao referido Serviço, apresentando-as de forma clara, acessível e didática, desde suas origens até os dias atuais. A finalidade é oferecer às pessoas assistidas pela capelania, bem como a estudiosos e simpatizantes do tema, uma fonte de consulta confiável e segura, capaz de esclarecer as problemáticas emergentes no âmbito da capelania castrense, contribuindo assim para o aprimoramento do entendimento e da prática desse relevante serviço.

Além do estudo sobre a origem e a estrutura jurídica do Serviço, teremos acesso a algumas áreas de atuação dos nossos capelães, que diuturnamente dedicam suas vidas de forma altruísta ao cuidado da família militar. Também será abordada a atuação das três principais religiões no Exército Brasileiro – católica, protestante e espírita. Perceberemos, ainda, como o trabalho de capelania é inclusivo, respeitoso e capaz de promover o diálogo com todos os segmentos cristãos.

O princípio da inter-religiosidade constitui um marco referencial nesta obra, simbolizando a presença de um Deus que une, acolhe e orienta. Vale destacar a inspiradora homenagem ao Frei Orlando, Patrono do SAREx, que integrou voluntariamente a Força Expedicionária Brasileira. Outro capítulo de grande relevância é dedicado aos 83 anos de criação desta força. Por fim, há uma seção dedicada ao Ordinariado Militar do Brasil.

Manifesto minha mais profunda gratidão a Deus pela tríplice vocação concedida ao Reverendíssimo Padre Juciêr: primeiramente, pelo sagrado chamado ao ministério sacerdotal; em segundo lugar, pelo discernimento e tato para a vida militar; e, por fim, pelo exemplar perfil profissiográfico demonstrado no exercício específico da Capelania Militar castrense.

É com júbilo que celebro a sua trajetória, cuja atuação é marcada por um carisma singular, evidenciado pelo zelo no cumprimento de suas missões, sempre imbuídas de uma espiritualidade enraizada no *in sinu Jesu*. Que sua jornada continue a ser fonte de inspiração e de testemunho vivo da fé cristã no âmbito das Forças Armadas.

(*) Tenente-Coronel Capelão e Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Ubiratan de Oliveira Araújo ()*

É para nós uma grande satisfação em contribuir nestas poucas linhas com este momento histórico, no qual, esta publicação honra um legado de evangelização e missão, ao lado dos que dedicaram suas vidas ao Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).

Ao longo de 80 anos, o SAREx tem sido um farol de esperança e conforto para os militares e suas famílias, oferecendo apoio espiritual e orientação em momentos de alegria e desafio.

Os pioneiros que iniciaram este serviço superaram momentos significativos, e perseveraram em sua missão de fornecer assistência religiosa e apoio espiritual. Sua dedicação e esforço desafiador sentaram as bases para o serviço que hoje conhecemos. Hoje, o SAREx continua a ser um pilar fundamental no Exército Brasileiro, oferecendo testemunho e presença fortalecedora e amiga para todos.

É um privilégio fazer parte desta história e contribuir para o bem-estar espiritual dos militares e suas famílias.

Parabéns ao SAREx por 80 anos de serviço dedicado e compromisso com a fé e a espiritualidade. Parabéns ao organizador pela iniciativa tão inspiradora. Que continuemos a caminhar juntos, fortalecendo a assistência religiosa e o apoio espiritual no Exército Brasileiro.

(*) Capitão de Mar e Guerra Capelão e Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM).

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Jones Alberto Ribeiro ()*

A assistência religiosa à família militar constitui uma necessidade premente e inquestionável elemento fundamental na preservação da integridade moral e espiritual do soldado. Desde o descobrimento do Brasil, os nossos combatentes jamais estiveram desprovidos de amparo espiritual, seja por intermédio da administração dos sacramentos, seja pela proclamação da Palavra Divina por fervorosos sacerdotes e ministros religiosos.

Ademais, o Capelão Militar sempre se constituiu como instrumento da graça santificante, promovendo a fé inabalável e a esperança, tanto em tempos de paz quanto em períodos de conflito, com zelo e coragem.

Entregamos aos leitores esta obra comemorativa dos 80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), como um manual instrutivo e revelador dos grandes feitos realizados em prol dos militares ao longo da história.

É uma honra poder prefaciар esta obra de elevada magnitude intelectual, histórica e espiritual, não apenas para o Exército Brasileiro, mas para todas as Forças Armadas e Auxiliares.

Tenho convicção de que abrirá novos horizontes para o nosso trabalho junto às capelanias militares de hoje e do porvir.

Agradeço ao Padre Juciêr por esta oportunidade tão nobre.

Desejo a todos uma frutífera leitura.

(*) Coronel Capelão e Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica (SARA).

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Carlos Roberto Carvalho Daróz ()*

Ao longo da história, a presença da religião no universo militar tem sido marcada por uma tensão permanente entre a espiritualidade e a guerra, entre a fé e a espada. Não por acaso, São Bernardo de Claraval, ao refletir sobre o papel do combatente cristão na Idade Média, afirmava que “o cavaleiro de Cristo combate com segurança as batalhas do Senhor, pois não teme o pecado ao ferir, nem a morte ao ser ferido”. Uma formulação clássica que, mais do que exaltar a violência, procurava conciliar a ética da fé com as exigências extremas do combate. Essa tensão, longe de se esgotar no passado, atravessa os séculos e ajuda a compreender a razão de ser da capelania militar como instituição permanente nas forças armadas modernas.

A capelania militar, tal como a conhecemos hoje, nasce no contexto da institucionalização dos exércitos permanentes da Era Moderna, quando os Estados passaram a reconhecer que o soldado não era apenas um instrumento de guerra, mas um ser humano submetido a provas morais, espirituais e psicológicas extremas. A partir dos séculos XVII e XVIII, os capelães passam a integrar formalmente as estruturas militares europeias, acompanhando tropas em campanha, assistindo feridos e moribundos, celebrando ritos religiosos e, sobretudo, oferecendo consolo, orientação moral e sentido diante da experiência-limite do combate. Em um mundo marcado pela industrialização da guerra, sua presença tornou-se um fator silencioso, porém decisivo, de coesão, disciplina e resiliência.

Nas guerras, especialmente, a figura do capelão assume uma relevância singular. Quando o soldado se encontra exposto à violência, à morte e à incerteza radical, o capelão representa um espaço de escuta, de acolhimento e de transcendência. Não empunha armas, mas compartilha os riscos; não comanda tropas, mas sustenta consciências. Sua atuação, muitas vezes longe dos holofotes da historiografia tradicional, revela uma dimensão essencial da experiência militar: a necessidade de sentido, esperança e humanidade mesmo nos cenários mais adversos.

No Brasil, a presença de religiosos junto às forças armadas remonta ao período colonial, acompanhando expedições, guarnições e corpos militares ainda incipientes. Contudo, é ao longo do século XX – e, de modo decisivo, durante a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial – que a capelania militar se afirma como serviço estruturado e indispensável. A atuação dos capelães junto à Força Expedicionária Brasileira, na Itália, evidenciou de forma inequívoca a importância da assistência religiosa em operações de guerra modernas, contribuindo para o bem-estar moral e espiritual da tropa em condições extremas.

Esse legado conduziu, em 1945, à criação do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), marco institucional que conferiu organicidade, continuidade e reconhecimento oficial a uma prática já consolidada na vivência militar brasileira. Ao longo de seus oitenta anos, o Serviço acompanhou o Exército Brasileiro em todos os principais conflitos e missões: da herança histórica da Guerra do Paraguai às campanhas internas do final do século XIX e início do XX; da experiência traumática e formadora da FEB às operações contemporâneas; das missões de paz sob a égide das Nações Unidas às ações de garantia da lei e da ordem. Em todos esses contextos, o capelão esteve presente como referência moral, espiritual e humana.

A história da capelania militar brasileira é, também, marcada por personagens cuja atuação ultrapassou a função institucional e se inscreveu na memória nacional. Entre eles, destaca-se Frei Orlando, símbolo maior do sacrifício, da coragem e da dedicação pastoral junto aos combatentes brasileiros na Itália, cuja morte em serviço sintetiza o ideal do capelão que compartilha integralmente o destino do soldado. Sua trajetória ilustra, de forma exemplar, a vocação de serviço e a disposição ao risco que caracterizam a capelania militar em seu sentido mais profundo.

Essa tradição também se projeta nas trajetórias familiares e pessoais que, ao longo das décadas, deram continuidade ao serviço religioso no Exército. A atuação de capelães militares como o bispo Alberto Trevisan e o padre Vítor Darós, ambos paraquedistas militares e familiares ancestrais deste prefaciador, insere-se nesse fio histórico que une gerações, experiências e valores, reafirmando a capelania como missão que combina preparo técnico, sensibilidade pastoral e plena integração à vida da tropa.

A obra **SAREx** possui, portanto, um valor que transcende o registro comemorativo da efeméride dos 80 anos. Ao reunir memória institucional, testemunhos, imagens e reflexões, ela contribui de maneira decisiva para a preservação de um patrimônio imaterial do Exército Brasileiro: a compreensão de que a força militar, para ser verdadeiramente eficaz, precisa reconhecer e cuidar da dimensão espiritual do combatente. Em um tempo marcado por transformações profundas no caráter dos conflitos e nas formas de emprego das forças armadas, essa reflexão torna-se ainda mais necessária.

Ao celebrar oito décadas do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, esta obra reafirma uma convicção fundamental: a de que a história militar não se constrói apenas com armas, estratégias e batalhas, mas também com valores, consciência e humanidade.

Entre a fé e a espada, o capelão militar permanece como testemunha silenciosa de que, mesmo em meio à guerra, é possível preservar a dignidade do ser humano e projetar o Exército Brasileiro para o futuro sem romper com os fundamentos éticos e espirituais de sua própria história.

(*) Coronel Veterano do Exército Brasileiro e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx).

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Gisleno Gomes de Faria Alves ()*

Conhecer nossa história é essencial! Ela revela raízes frequentemente invisíveis aos nossos olhos, mas que, mesmo encobertas, fazem parte de nossa identidade. Estudar a trajetória do Serviço de Assistência Religiosa (SAREx) é compreender alguns alicerces sobre os quais todas as Capelarias Militares do Brasil estão construídas.

Na Capelaria Evangélica, destacam-se os guerreiros verde oliva pastores Juvenal Ernesto da Silva e João Filson Soren, primeiros capelães evangélicos do país, componentes da Força Expedicionária Brasileira.

Além deles, destacam-se figuras como o Capelão Pastor Walter Pereira de Melo e o Doutor Major José Oliveira de Almeida, que desempenharam papéis fundamentais na organização de duas relevantes instituições: a Aliança Evangélica Pró-Capelaria Militar e de Segurança Pública do Brasil, bem como da União dos Militares Cristãos Evangélicos do Brasil.

A presente obra busca resgatar e consolidar a história de avanços do SAREx, lançando luz sobre os próximos passos necessários para o crescimento desse serviço tão relevante. Minha continência ao organizador e a todos os autores que se empenharam para nos brindar com este rico presente. Parabéns!

(*) Tenente-Coronel Capelão Policial Militar e Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa da Polícia Militar do Distrito Federal.

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Fernando Airton de Macedo Rebouças ()*

A história do Brasil foi forjada com sangue, suor e fé.

Desde os primórdios de nossa pátria, ainda sob o jugo colonial, os soldados nunca trilharam suas jornadas sozinhos. Em meio às batalhas, travessias e edificações que moldaram nossa identidade, lá estavam os homens de Deus – padres, pastores e religiosos – oferecendo consolo, direção e esperança. Com sua presença, apontavam à tropa os caminhos da fé, da caridade e da resiliência, guiando corações em momentos de adversidade.

A assistência religiosa no meio militar não surgiu de um decreto, mas de uma necessidade humana profunda, reconhecida ao longo dos séculos por comandantes e soldados.

O Duque de Caxias, homem de fé inabalável que participava diariamente da missa, expressou essa verdade ao afirmar que preferiria perder seus generais a ficar sem seus capelães. Suas palavras não eram mera poesia: ele compreendia que a guerra não se vence apenas com armas, mas com corações fortalecidos por valores eternos e virtudes inquebrantáveis.

Este livro **SAREx**, que o leitor agora tem em mãos, é um testemunho vivo e uma celebração dessa missão. Ele marca os 83 anos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), um símbolo de coragem e devoção, e os 80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

Que sua leitura inspire, fortaleça e desperte a consciência de que a espiritualidade, longe de ser um ornamento, é um pilar fundamental da verdadeira grandeza humana.

Agradeço ao Primeiro-Tenente Veterano Padre Juciêr pela honra de também prefaciар esta obra, que certamente iluminará corações e mentes.

(*) Tenente-Coronel Capelão Bombeiro Militar e Capelão-Chefe do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Israel Blajberg ()*

Louvado seja D'us! Em boa hora vem a lume este valioso ensaio, belíssima obra recordatória dos 80 Anos do SAREx. Falar em SAREx é falar no seu Patrono, Frei Orlando, Cap Cpl Antônio Álvares da Silva (1913-1945), bravo frade franciscano que tombou em serviço na véspera do ataque final a Monte Castelo em fevereiro de 1945, prestando apoio espiritual aos soldados, vitimado por acidente em companhia do então Cap Inf Francisco Ruas Santos, da Turma de 1937 da Escola Militar do Realengo.

Tenho o privilégio de ser um Eterno Aluno de Artilharia, da velha caserna do CPOR-RJ em São Cristóvão, hoje Museu Militar Conde de Linhares, onde 20 anos depois aquele bravo capitão, já então Coronel foi meu Comandante em 1965. Portanto, a história de Frei Orlando me é muito cara, deste bravo Capitão Capelão que repousa eternamente no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro.

Como brasileiro nato de primeira geração, minha herança judaica se enriquece por notável coincidência.

No Bairro Peixoto, em Copacabana, Rio de Janeiro, várias ruas receberam o nome de pracinhas da FEB. Rua Capelão Álvares da Silva é uma delas, pequena via próxima ao Metrô Siqueira Campos, abrigando não mais que uma meia-dúzia de prédios, entre os quais uma tradicional Sinagoga. Outra coincidência é que uma das minhas filhas, foi morar justamente... ao lado da sinagoga. Portanto, é uma rua que visito com frequência, quando invariavelmente meus pensamentos se voltam para o Eminentíssimo Frei Orlando.

Trata-se de uma conexão fantástica, quase cabalística, do Frei católico com a Sinagoga judaica. Tradicional e antigo templo sagrado, foi visitado em 2018 pelo então PR Bolsonaro, acompanhado pelo Embaixador de Israel no Brasil e pelo Primeiro Ministro Benjamin Netanyahu.

Após 80 Anos, a memória de Frei Orlando permanece viva, assim como o sonho libertário de Tiradentes, da mesma São João d'El Rey de onde partiu em 1944 o seu 11º RI – Regimento Tiradentes, hoje 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, e ficará gravada em nossos corações para todo o sempre.

Gente desanimada é gente vencida!
Para a Frente e para o Alto !!! MONTANHA !!!

(*) Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / RIO e Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Prefaciador Convidado de SAREx

80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

Jefferson Biajone (*)

Deus seja Louvado!

É com grata alegria que, ombro a ombro com os senhores Primeiro-Tenente Capelão Veterano José Juciêr Ferreira Alves e o Tenente-Coronel Capelão João Batista Alves de Almeida Junior, temos a expressiva satisfação de trazer à lume **SAREx** em edição digital e comemorativa dos 80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, na esteira da celebração dos 80 anos das Vitórias da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Campanha da Itália durante a Segunda Guerra Mundial, no ano de 2025.

Iniciativa cujos primórdios viemos a conhecer quando, em outubro de 2024, convidamos o senhor Tenente-Coronel Capelão João Batista Alves de Almeida Junior, Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), para escrever uma nota de introdução para a edição digital e comemorativa dos 80 Anos do Grupamento de Unidades Escola / 9ª Brigada de Infantaria Motorizada do livro *Memórias do Realengo*¹ (Regional, 2025).

Com a publicação de *Memórias do Realengo* em 8 de Maio de 2025, recebemos do então Primeiro-Tenente Capelão Juciêr o convite para elaborarmos uma edição, igualmente digital, de livro contendo textos de vários autores que ele havia reunido, nos últimos três anos, acerca do Serviço de Assistência Religiosa do Exército. Nas conversas que tivemos sobre o título do livro, optamos por denominar a obra porvir de **SAREx** e tê-la alusiva aos 80 anos de criação do dito serviço, em comum tempo com a celebração dos 80 anos da campanha vitoriosa da FEB na Itália, tudo em 2025.

Uma comissão organizadora foi então instituída sob a presidência do Tenente Capelão Juciêr e nos meses que se seguiram ao 8 de Maio de 2025, a obra **SAREx** ganhou sua existência digital em formato PDF com capa, contracapa, qrcode de compartilhamento, ficha catalográfica e ISBN, imagens diversas (algumas elaboradas por inteligência artificial), diagramação dos textos que se tornaram nota de introdução, prefácios, capítulos, homenagem e posfácio, a tempo para que, em 25 de Dezembro de 2025, data de celebração cristã do nascimento do Senhor Jesus Cristo, pudesse ser disponibilizada, livre e na íntegra, no ciberespaço.

Isto posto e, em nome da comissão organizadora de **SAREx**, cabe pontuar a valorização conferida pelas seguintes personalidades militares e civis, cujas respectivas contribuições foram significativas para a elaboração, concretização e abrilhantamento do presente livro, tornando-as credoras de especial menção de agradecimento. São elas:

¹ Disponível em <https://tinyurl.com/s745fv7w>.

Tenente-Coronel Capelão João Batista Alves de Almeida Junior pela autoria da nota de introdução;

Capitão de Mar e Guerra Capelão Ubiratan de Oliveira Araújo, Coronel Capelão Jones Alberto Ribeiro, Coronel Veterano Carlos Roberto Carvalho Daróz, Tenente-Coronel Capelão PM Gisleno Gomes de Faria Alves, Tenente-Coronel Capelão BM Fernando Airton de Macedo Rebouças e Senhor Israel Blajberg pela autoria dos prefácios;

Tenente-Coronel Capelão Christian David Soares Bitencourt e Tenente-Coronel Capelão Veterano Rogério de Carvalho Lima; Major Veterano Pedro Paulo Carneiro Camello; Capitães Capelães Diego Baltz, Idelson Alves Scarcela Júnior e Wesley Simonton Cindra Rédua; Primeiro-Tenentes Capelães Edivaldo da Silva Pinho, Fábio Casado Dias, Guilherme Estevam Emílio e João Batista Diniz Ferreira; Segundo-Tenentes Capelães Antônio Dubena e Filipe Costa Machado; Prof. Dr. Daniel Mata Roque, pela autoria dos capítulos.

Coronel Veterano Cláudio Moreira Bento pelo texto em homenagem ao Frei Orlando e General de Brigada Veterano José Fernando lasbech pela autoria do posfácio.

E, por fim, às pessoas do Primeiro-Tenente Veterano Capelão Juciêr e do Tenente-Coronel Capelão João Batista Alves de Almeida Junior pela oportunidade concedida para ombrearmos esforços em prol da publicação digital de **SAREx**, e em cujos nomes, agradecemos e parabenizamos o Serviço de Assistência Religiosa do Exército pela efeméride de seus 80 anos de criação e atuação de seus integrantes, ministros das religiões católica e evangélica, cuja assistência religiosa e espiritual aos militares e suas famílias necessária é para o entendimento da existência humana e para a crença em uma vida futura junto a Deus.

(*) Professor. Colaborador Emérito do Exército Brasileiro.



Capítulo I

Origem e Evolução do Serviço de Assistência Religiosa no Exército Brasileiro

José Juciêr Ferreira Alves ()*

Preâmbulo

Inicialmente, é oportuno destacar que, quando tratamos do serviço de Capelania Militar, estamos nos referindo a assistência religiosa na área das organizações militares. Essa assistência abrange as ações desenvolvidas em campanhas, missões de paz e/ou humanitárias, hospitais, cárceres, capelas, estabelecimentos de ensino e locais de celebrações fúnebres. Os capelães são os responsáveis pela coordenação dessas atividades, seguindo o canal de comando da Organização Militar onde estão servindo.

Etimologicamente, a palavra “capela” origina-se do latim *cappella*, que significa manto ou capa. O vocábulo “capelão” vem do latim *capellanus*, referindo-se àquele que é responsável pela proteção do lugar onde era guardado o manto ou a capa. Essa é uma referência à lenda de São Martinho de Tours, na França (século IV)². O “manto de São Martinho” passou a ser uma relíquia à qual os reis francos devotavam grande fé.

Na França medieval, era costume levar um relicário da capa de São Martinho para o acampamento militar, em tempos de guerra. A peça era colocada numa tenda que levava o nome de capela. Um sacerdote era mantido de sentinela para desempenhar o ofício de aconselhamento. Em 1789, esse ofício foi abolido na França, porém, retomado em Roma, com o Papa Pio IX em 1857. Naquela época, o sacerdote que tomava conta da capela era chamado de capelão e visto como o líder espiritual.

Um dado importante é que Martinho de Tours permaneceu no Exército até os 40 anos de idade, quando ingressou na vida monástica, sendo ordenado diácono e, em seguida, bispo. Manto ou capa eram os termos usados para designar o tipo de peça integrante do uniforme militar de Martinho. Sua experiência mística e a “lenda do manto” a ele atribuída formam o referencial histórico que deu origem à nomenclatura “capelania”, utilizada para designar o serviço religioso prestado pela igreja por meio de capelães.

Na verdade, a principal relação de São Martinho com a capelania é de natureza conceitual. Trata-se de uma ação pastoral demonstrada pelo gesto de dividir sua capa para proteger um desabrigado do frio, mostrando compaixão pelos menos favorecidos. É a vivência da caridade em sua plenitude.

² História de São Martinho de Tours. Disponível em www.catholic.org/saints/saint.php?saind_id=81. Acessado em: 02 de agosto de 2024.

Foi no Concílio de Ratisbona (742 d.C.) que a igreja aprovou, pela primeira vez, o emprego de sacerdotes (capelães) no serviço militar. Desde então o termo “capelão”, que remonta à história de São Martinho, passou de fato a ser conferido a todos os sacerdotes vinculados ao serviço militar.

O Código de Direito Canônico em vigor, promulgado por São João Paulo II em 25 de janeiro de 1983, como principal documento legislativo da Igreja Católica (Cân. 1223), define oratórios e capelas particulares como lugares destinados ao culto divino, em favor de uma comunidade de fiéis que neles se reúnem.

Apresentadas as considerações iniciais, passaremos a explorar os aspectos do serviço de capelania e a figura do capelão militar no Exército Brasileiro ao longo da história.

Introdução

Ao descortinar a história certifica-se que, na antiguidade clássica, já existia prestação de assistência religiosa a militares em campanha. Um exemplo é o Imperador Constantino, (306-337 d. C.) que, ao enfrentar a guerra com o seu exército, costumava levar consigo uma barraca (tenda-capela), que seria utilizada como espaço para as cerimônias religiosas. Padres e diáconos eram os encarregados de atender aos militares e de presidir as celebrações. Constantino, considerado o primeiro imperador convertido ao cristianismo, legalizou-o como religião oficial do Império Romano.³

De acordo com registros históricos, as primeiras tradições militares vinculadas às raízes da nacionalidade lusa, ao se fundar o Condado Portucalense, visto como o embrião do que se tornaria o Reino de Portugal, fazem referência aos “monges soldados” da Ordem dos Templários, que lutaram ao lado dos cruzados, na Idade Média, contra os mouros, invasores da Península Ibérica.

Para substituir a Ordem dos Templários, extinta pelo papa Clemente V, foi instituída pelo rei português D. Diniz, em 1319, a Ordem da Cavalaria de Cristo. Era oficialmente denominada de Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo, a qual exerceu considerável influência na formação histórico-cultural das nações posteriormente colonizadas por Portugal.⁴

Torna-se premente, portanto, abranger os fatos que constituíram a atuação dos capelães militares no âmbito do Exército Brasileiro. Não obstante, o esforço será direcionado à exposição desses fatos de forma cronológica e sequencial. Ainda que não se adentre em minúcias, objetiva-se proporcionar uma análise panorâmica dos eventos mais relevantes, visando à compreensão dos marcos históricos que delinearam a evolução do serviço de assistência religiosa no Exército, desde o período colonial até a Proclamação da República.

³ ALVES, Gisleno Gomes de Faria (org). **Manual do Capelão: Teoria e Prática**. São Paulo: Hagnos, 2017: 63.

⁴ Idem. p. 70.

Brasil Colônia

O período do Brasil Colônia compreende os anos entre 1500 e 1822. Numa rápida contextualização, a história do colonialismo pode ser dividida em três momentos: o primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do Governo Geral, em 1549. Esse período se caracteriza pelo reconhecimento e posse da nova terra e um comércio muito escasso. O segundo é o lapso de tempo entre a instalação do Governo Geral e as últimas décadas do século XVIII, quando aqui se inicia o processo da colonização que irá se consolidar ao longo de mais de dois séculos. O terceiro momento vai dessa época à Independência, em 1822, com um conjunto de transformações na ordem mundial e nas colônias, que dão origem à crise do sistema colonial e aos movimentos pela independência.⁵

A data de 22 de abril de 1500 marca oficialmente a chegada dos portugueses à Terra de Santa Cruz. Depois de navegar ao longo da costa, fundearam numa baía a que deram o nome de Porto Seguro.⁶ Pode-se dizer que o Brasil nasceu à sombra da cruz. Os portugueses, Pedro Álvares Cabral, os Padres, militares, construíram a Cruz e a plantaram no litoral da Bahia. Ela iluminará a História da Pátria porque a Cruz significava a posse do território, a união da Igreja com o Império, o poder, tudo iluminado com a ordem de Cristo de levar o Evangelho a todos os povos, conforme (Mateus 28, 19-20). Nessa época era impossível se viver sem a influência religiosa, pois tratava-se de uma identidade, de inserção num grupo social, numa irmandade, confraria ou mesmo no mundo.⁷

Ainda que não se possa afirmar com exatidão histórica documental, um ato religioso marcante no Brasil, por ordem de Pedro Álvares Cabral, foi a celebração da primeira missa, em 26 de abril de 1500, na Ilha de Vera Cruz, no litoral Sul da Bahia, sob a presidência de Dom Frei Henrique Soares de Coimbra, Capelão da Armada Portuguesa e membro da Ordem de Cristo. O símbolo da cruz, presente nas caravelas, já nos mostrava os primeiros sinais de assistência religiosa chegando em território brasileiro.⁸

Em todos os episódios em que se envolveram militares durante o período colonial brasileiro houve a presença de religiosos. Eles integravam o efetivo das “entradas e bandeiras” e foram partícipes na construção de fortalezas litorâneas junto a portugueses e índios para combater os invasores franceses e holandeses no Rio de Janeiro e no Nordeste. Também avançaram para o interior do território na catequese dos aborígenes, prestando

⁵ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996: 22.

⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015: 16.

⁷ DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010: 25.

⁸ ALMEIDA, M. C. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006: 20-21.

ajuda aos lusitanos na fixação de nossas fronteiras, ajudando-os na construção de escolas e fortes.

O envolvimento de padres nos episódios de que tomou parte o Exército Colonial e ensejou a edição do Aviso Régio de 24 de maio de 1741, considerando os capelães que prestavam serviço às tropas como “párocos dos soldados”. Esses párocos estavam sujeitos à inspeção episcopal, cujo ministério precipuamente se dedicava aos militares. Essa é a primeira menção oficial àqueles que se preceituou a função de capelão militar.⁹

Torna-se evidente, portanto, que, no Brasil colonial, a assistência religiosa desempenhou um papel fundamental na consolidação da fé católica e na estruturação social. A religião estava profundamente ligada ao poder colonial, sendo utilizada como uma ferramenta de controle social e de legitimação da autoridade portuguesa. Essa assistência religiosa moldou a vida cotidiana e cultural do Brasil, influenciando aspectos que perduram até hoje.

Brasil Império

O Império compreende o período da história brasileira entre os anos de 1822 e 1889. Nesse contexto, a condição monárquica do Brasil imperial, em 1822, não foi um dado passivo. Os brasileiros não conseguiram a independência arrancando-a à força do príncipe regente; pelo contrário, tiveram nele um grande companheiro. D. Pedro I, como agente principal, com suas preocupações de constitucionalismo, restaurou a tradição de um povo com ideais políticos e econômicos, fazendo com que o Brasil se consolidasse numa nação independente.¹⁰

Poucos anos após a Independência, foi exarado o Decreto Imperial de 7 de julho de 1825, que criou o cargo de capelão-mor, tornando-se nítida a configuração organizacional do serviço de capelania. O referido decreto previa uso de uniformes, inspeção episcopal e instrução militar. Nesse período, não existia uma legislação específica que regulasse o referido serviço.

O segundo marco desta cronologia foi o Decreto Imperial nº 747, de 24 de dezembro de 1850, de Dom Pedro II, que criou a Repartição Eclesiástica do Exército e aprovou o regulamento em que eram listados os direitos, as atribuições e a fisionomia dos capelães. A Repartição Eclesiástica era composta de quatro classes de capelães: os da ativa, os agregados, os avulsos e os reformados. Também era prevista a contratação de sacerdotes para o preenchimento de vagas/claros. A previsão era de 24 (vinte e quatro) padres para o Exército, assim distribuídos: quatro capitães, seis primeiros-tenentes e quatorze alferes, designação esta que no Brasil, posteriormente, foi substituída pela de segundo-tenente.¹¹

⁹ KOWALIK, Adam. **Assistência religiosa nas Forças Armadas no Brasil**. Artigo. Disponível em: Assistência Religiosa nas Forças Armadas no Brasil by Adam Kowalik – Issuu.html> Acesso em: 01 de agosto de 2024.

¹⁰ TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada**. Brasília: Edições Câmara, 2017: 41.

¹¹ MACEDO, Josué Campos. **Capelania Militar evangélica e sua importância para o CBERJ**. Revista Heróis

Com a organização incipiente do Decreto de 1850, os capelães prestavam assistência religiosa dentro e fora do Império, tendo, inclusive, participado de três campanhas externas daquele período: contra Rosas, da Argentina (1852), contra Aguirre, do Uruguai (1864) e contra Solano López, do Paraguai (1864-1870). Esses conflitos foram cruciais na consolidação da presença militar e da influência política do Brasil na América do Sul. A presença dos capelães não só oferecia suporte espiritual às tropas, mas também reforçava o moral e o compromisso religioso em tempos de guerra.

Valendo-se da importância que a Repartição Eclesiástica adquiriu durante as operações, foi emitido o terceiro ato direcionado à configuração organizacional do serviço de Capelania Militar, o Decreto nº 5.679, de 27 de junho de 1874, que criou o Corpo Eclesiástico do Exército, com a ampliação do efetivo e aperfeiçoamento de seu funcionamento. Assim, foram estabelecidos os direitos e deveres dos capelães militares.¹²

Por conseguinte, foi formado um quadro de distribuição de postos do efetivo de capelães: um coronel capelão-mor, um capelão tenente-coronel, um capelão major, dezesseis capelães capitães e sessenta capelães tenentes. Foram estabelecidos, ainda, as atribuições do capelão chefe e de seus auxiliares. Acompanhavam-se também as promoções, transferências, licenças, passagem para a reserva e óbitos, atos em tudo semelhantes ao que se referia aos demais oficiais.

O Corpo Eclesiástico alcançou o nível de excelência na prestação do serviço religioso aos olhos do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que fazia questão da presença de religiosos no teatro de operações, chegando, inclusive, a afirmar: “Tirai-me meus generais, mas não me tirais meus capelães”.¹³ Essa declaração ressalta o quanto a assistência religiosa era vista como essencial para o moral e o bem-estar das forças militares.

Por isso, a Assistência Religiosa no Brasil Império foi um pilar fundamental na estrutura militar e na sociedade da época, sendo considerada indispensável para a manutenção do moral e da disciplina entre as tropas. A valorização dos capelães, especialmente por líderes como o Duque de Caxias, demonstra a profunda integração entre religião e o serviço militar. Essa relação não apenas fortalecia o espírito dos soldados em tempos de guerra, mas também refletia a influência da Igreja Católica na vida pública. Assim, a assistência religiosa consolidou-se como uma instituição vital para a coesão social e a identidade nacional no período imperial.

do Fogo. N 16. Ano 4, edição nacional, 1994: 56.

¹² MELLO, Walter Pereira. **O capelão Militar: interlocutor entre a religião e a guerra**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiás, 2011: Disponível em: <https://br.search.yahoo.com/search> acesso em: 02 de agosto de 2024: 76.

¹³ **Sentinela da paz**. Revista da Arquidiocese Militar do Brasil: Ser Capelão Militar. Brasília – 1995, Nº 2.

Brasil República

O período republicano tem início em 15 de novembro de 1889, com a Proclamação da República Federativa do Brasil, e continua até os dias atuais. Em linhas gerais, o fim do Império e o início da República trouxe uma grande mobilização de ideias, advindas do contexto europeu. Isso gerou um forte desconforto ideológico, com muitas disparidades nas absorções de conteúdo. Estavam em evidência o liberalismo, o positivismo, o socialismo e o anarquismo, que se misturavam e se confundiam entre si.¹⁴

Um marco dessa época foi a separação entre a Igreja e o Estado, pelo Decreto nº 119-A, de 7 de janeiro de 1890, inspirada pelos princípios liberais e positivistas, dominantes nos albores da República, que abolia dos quartéis os serviços religiosos, como de capelania, com a justificativa de ser oneroso aos cofres públicos.¹⁵ Apesar disso, o período republicano não provocou bruscas mudanças nos primeiros dois anos. Os capelães continuaram a ser nomeados, transferidos e até se modificou o uniforme, apesar de tudo ocorrer num ritmo mais lento.

Contudo, a partir de 30 de junho de 1890, foram introduzidas significativas modificações. Uma das consequências foi a desativação do Corpo Eclesiástico do Exército e o início de um período de ociosidade, durante o qual, a assistência religiosa aos militares foi prestada por padres e pastores, em caráter voluntário, até o advento da II Guerra Mundial.

Embora houvesse uma certa exclusão dos padres em atividades militares formais durante alguns períodos, essa exclusão nunca foi completa. Em momentos críticos, os padres continuavam a prestar assistência religiosa. Nessas ocasiões, eles vestiram uniformes e atuaram em hospitais e em campanha, oferecendo o apoio moral e espiritual aos militares entrincheirados. Esse envolvimento mostra que, mesmo em tempos de secularização crescente, a presença religiosa ainda era vista como essencial para o apoio moral e espiritual dos combatentes.

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a segunda Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, que trouxe uma importante mudança em relação ao papel da religião no Estado. A única referência à matéria religiosa na nova Constituição encontra-se no artigo 72º, § 7º: “Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados.” Esta disposição marcou uma clara separação entre a Igreja e o Estado, refletindo o princípio da laicidade, claramente buscando garantir a independência do poder governamental em relação às instituições religiosas, sem, no entanto, proibi-las.

¹⁴ CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019: 42.

¹⁵ CARVALHO LIMA, Rogério de. **Capelães nas Trincheiras**. Rio de Janeiro: Multifome, 2014: 49.

A Constituição de 1891 previa a prestação do serviço religioso durante expedições militares, desde que não houvesse ônus para o Estado nem constrangimentos ou coação sobre os assistidos. Vale ressaltar que, de acordo com a legislação da época, a assistência religiosa só poderia ser prestada exclusivamente por sacerdotes brasileiros natos. No entanto, apesar dessa previsão, o serviço religioso ainda não contava com o amparo jurídico formal.

Posteriormente, com o Decreto nº 6.535, de 26 de maio de 1944, durante o Governo de Getúlio Vargas, o serviço de assistência religiosa foi restabelecido nas Forças em operações de guerra. O Decreto definiu as funções e atribuições dos capelães militares autorizando, oficialmente, a presença religiosa entre as tropas. Essa medida sublinhou a importância do apoio espiritual para o moral dos soldados e reafirmou o papel essencial dos capelães em tempos de conflito.

Um dado curioso, transmitido de forma oral, dá conta de que após o desfile dos militares que compunham a Força Expedicionária Brasileira,¹⁶ que partiriam para a Itália, o Presidente Getúlio Vargas perguntou ao Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, qual era a sua opinião sobre o desfile. O Cardeal respondeu com tom de contentamento, porém aludiu que faltavam “os capelães para dar assistência aos soldados no campo de batalha.” Getúlio Vargas, de imediato, se comprometeu em editar o Decreto regulatório. E assim, foram incluídos no estado efetivo da Força Expedicionária Brasileira 26 (vinte e seis) padres católicos e 02 (dois) pastores evangélicos.

A Força Expedicionária Brasileira foi organizada nos moldes do Exército americano, com tropas de todas as armas, serviços e outros órgãos de apoio logístico.¹⁷ Os capelães mobilizados receberam postos concordes com a exigência da hierarquia militar: Do efetivo de 28 capelães (26 padres e 02 pastores) – 02 Tenentes-Coronéis, 01 Major, 05 Capitães e 20 Primeiros-Tenentes. Durante a campanha, os capelães marcaram sua atuação junto à tropa, prestando um inquestionável socorro espiritual tão necessário para o bom êxito da FEB nas operações. O serviço religioso aos militares na Itália foi extinto em fins de 1945.

É importante destacar a figura do Capitão Capelão Antônio Álvares da Silva - Frei Orlando -, o único capelão que não voltou. Na véspera da conquista de Monte Castelo, no cumprimento de uma missão de levar assistência religiosa aos homens na *front*, Frei Orlando morreu vitimado por um disparo acidental, em 20 de fevereiro de 1945.¹⁸ Sua atuação memorável durante o conflito valeu-lhe duas condecorações: a Medalha de Campanha e a Medalha

¹⁶ A Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi criada em 9 de agosto de 1943, por meio da Portaria Ministerial nº 4744, e seria comandada pelo General João Baptista Mascarenhas de Moraes.

¹⁷ CUNHA, Klinger Cadete. **Frei Orlando: patrono do serviço de assistência religiosa do exército**. Brasília: Gráfica do Exército, 2013: 27.

¹⁸ PALHARES, Gentil. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2021: 196.

de Guerra (*Post-mortem*). Foi escolhido como patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, em 26 de fevereiro de 1946, por intermédio do Decreto nº 20.680.

Outra referência relevante na história da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial é a participação de dois capelães evangélicos: o Pastor Capelão João Filson Soren,¹⁹ da denominação Batista, e o Pastor Capelão Juvenal Ernesto da Silva, da denominação Metodista. Ambos desempenharam um papel crucial ao fornecer suporte espiritual e assistência religiosa às tropas em combate. Suas presenças destacam a importância do ecumenismo religioso em campanha e a relevância do apoio espiritual para o moral dos militares em operação.

Em seguida, no pós-guerra, a legislação foi revista não somente para assegurar a continuidade do Serviço, mas também para propiciar sua extensão às demais Forças Armadas do Brasil (Marinha e Aeronáutica), anseios estes atendidos pelo Decreto nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946, que instituiu em caráter permanente o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. O argumento baseou-se no fato de o Serviço ter cumprido perante a Força Expedicionária Brasileira uma valiosa assistência, justificando a sua manutenção em tempo de paz. Trouxe, ainda, a constituição e a estruturação do Quadro de Capelães Militares. Pouco tempo depois os artigos 4º, 5º, 6º e 7º foram alterados pelo Decreto nº 9.505, de 23 de julho de 1946.

No periódico “O Cruzeiro do Sul” encontramos um depoimento do Marechal Mascarenhas de Moraes, Comandante da FEB, afirmando que os capelães brasileiros acorreram céleres ao chamado para acompanhar a tropa brasileira no teatro de operações na Itália. A preocupação dos religiosos consistia em manter, no combate, o fogo sagrado da fé cristã e o amor ao solo bendito da nossa Pátria.²⁰

Um aspecto relevante para o segmento católico foi a criação do Vicariato Castrense do Brasil, estabelecido pelo Decreto *Ad Consulendum*, de 6 de fevereiro de 1950, pelo Papa Pio XII. O primeiro chefe do Vicariato foi o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara, que atuou até 9 de novembro de 1963. O Vicariato Castrense era responsável por oferecer apoio espiritual e pastoral a todos os membros católicos das Forças Armadas, garantindo que a assistência religiosa estivesse disponível no contexto militar, apoiando tanto os militares quanto suas famílias.

A Lei Federal nº 5.711, de 8 de outubro de 1971, por sua vez, reorganizou integralmente o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, estabelecendo a contratação de militares religiosos de acordo com os credos católico e evangélico e considerando em extinção os quadros efetivos anteriores de capelães militares, ressaltados os direitos assegurados

¹⁹ AZEVEDO, Israel Belo de. **João Filson Soren: o combatente de Cristo**. RJ: Carlos Terra, 1995: 61.

²⁰ Jornal - O Cruzeiro do Sul. **Publicação do Serviço Especial da FEB na Itália**. Ed. 22: Ano I. Itália, 18/03/1945, p 01. <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=735965&pagfis=85>, acesso em 29/08/2024.

aos militares estabilizados, que foram mantidos no posto de Capitão. Em seguida, foi sancionada pelo presidente João Figueiredo a Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que regulamentou o serviço de assistência religiosa nas Forças Armadas, em vigor, continuando a regular a atuação dos capelães militares e o suporte espiritual oferecido às tropas.

Com a celebração do Acordo Diplomático entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, assinado em 23 de outubro de 1989, foi criado o Ordinariato Militar do Brasil, cujo estatuto foi homologado pela Santa Sé no Decreto “*Cum Apostolicam Sedem*”, de 02 de janeiro de 1990, da Congregação para os Bispos. Este importante acordo, firmado entre países, trouxe em seu bojo uma estrutura jurídica que propiciou o amparo legal tão necessário para garantir o funcionamento e a continuidade do suporte espiritual e pastoral aos membros das Forças Armadas brasileiras.

Assim, o serviço de assistência religiosa no Brasil República desempenhou um papel significativo no apoio espiritual e moral dos militares. A presença de capelães, tanto católicos quanto evangélicos, agora respaldada pelo acordo diplomático, tem assegurado que os valores espirituais e o bem-estar dos militares sejam mantidos, evidenciando a importância da espiritualidade no contexto da família militar.

A continuidade e a evolução desse serviço ao longo dos anos demonstram de forma inequívoca seu papel essencial na integração e no suporte às Forças Armadas, garantindo que as necessidades espirituais dos seus integrantes sejam devidamente atendidas.

Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) nos Dias Atuais

O Serviço de Assistência Religiosa do Exército é regulamentado pela Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, e desempenha um papel crucial no apoio espiritual e moral aos militares. Desde a sua formalização e regulamentação, este Serviço tem sido fundamental para proporcionar suporte espiritual em momentos difíceis da vida humana. O art. 2º da referida lei prevê que a “finalidade do Serviço de Assistência Religiosa é prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas.”

Esse dispositivo legal destaca a abrangência e a importância do Serviço, que não se limita apenas ao suporte espiritual individual, mas também inclui a promoção de valores éticos e morais essenciais para a coesão e o comportamento das tropas. Além de fornecer conforto espiritual, o serviço contribui para a formação de um ambiente de respeito e integridade dentro do Exército Brasileiro, reforçando a disciplina e o espírito de camaradagem entre os membros.

O religioso para integrar o Quadro de Capelães Militares (QCM) pode ser, de acordo com sua religião, um Padre Católico Apostólico Romano ou um

Pastor Evangélico. A formação militar inicial dos capelães de carreira tem a duração total de 37 (trinta e sete) semanas, abrangendo a formação militar específica, a especialização e as atividades complementares. A formação profissional do capelão militar exige, acima de tudo, uma verdadeira vocação para a vida na caserna.²¹

O Curso Básico de Formação Militar consiste em 25 (vinte e cinco) semanas, abrangendo 10 (dez) disciplinas e correspondendo ao 1º período de formação militar geral, conforme a Portaria nº 68-EME. Segue-se com 12 (doze) semanas de Curso de Formação Específica, que inclui 4 (quatro) disciplinas e corresponde aos 2º e 3º períodos de observação e adaptação, também conforme a Portaria nº 68-EME. Ao final do curso, o aprovado será incluído no Quadro de Capelães Militares da ativa e terá sua remuneração custeada com dotações constantes do Orçamento Geral da União, de acordo com o que dispõem os artigos 19 e 28 da Lei nº 6.923/81.²²

A reestruturação ficou evidente nas transformações registradas na cronologia das portarias do Estado-Maior do Exército. A portaria nº 309-EME, de 29 julho de 2017, integra a formação militar dos capelães de carreira à Linha de Ensino Militar Complementar, em nível superior de formação. Transfere-a da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Resende-RJ, para a Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (ESFCEEx), Salvador-BA, mantendo a periodicidade e o número de vagas do concurso público, em conformidade com o Plano de Cursos e Estágios do Exército (PCE-EB) e a Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que regula o Serviço.

No caso dos religiosos voluntários para exercerem a função de Capelão Militar como Oficial Técnico Temporário (OTT) - é exigido o cumprimento de várias etapas como: nível superior em sua área de atuação, análise curricular, exame de aptidão física, inspeção de saúde e realização de um Estágio de Adaptação à vida militar. O processo seletivo (aviso de convocação) é conduzido pelas Regiões Militares, de acordo com a disponibilidade de claros ou vagas. Esses militares podem permanecer na Força por um período máximo de oito anos, possuindo, durante esse tempo, os mesmos direitos e prerrogativas dos capelães de carreira.

No âmbito do Exército Brasileiro, a denominação utilizada é Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), o qual é diretamente subordinado à Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), que é um órgão técnico-normativo do Departamento-Geral do Pessoal (DGP) do Ministério da Defesa (MD).

O SAREx está passando por uma reestruturação organizacional. Novos procedimentos estão sendo implementados com o objetivo de aprimorar e coordenar suas atividades, atualizar a legislação que rege seu funcionamento,

²¹ CARVALHO LIMA, Rogério de. **Capelães da FEB**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2021: 68.

²² NUNES, Fabrício do Prado. **A formação dos Capelães Militares no Exército Brasileiro**. Disponível em: < <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-formacao-dos-capelaes-militares-do-exercito-brasileiro.html/> > acesso em 25/08/2024.

capacitar seus integrantes religiosos e otimizar o plano de gestão do Serviço. Para isso, o SAREx mantém uma estreita interação com o Sistema de Assistência Social do Exército (SASEx), visando proporcionar um atendimento ainda mais eficiente à família militar.

Nesse aspecto, destacamos a criação do Sistema de Informações Gerenciais (SIG-SAREx), uma ferramenta destinada à gestão de eventos das capelanias. O SIG-SAREx permite a coleta, o armazenamento e análise eficientes dos dados referentes às atividades realizadas em todas as capelanias, além de facilitar a comunicação entre a chefia do Serviço e seus integrantes.

O SAREx conta com seis projetos funcionando sob sua coordenação: Formação Religiosa nas Famílias, Formação da Cultura Religiosa no Exército, Iniciação à Fé, Promoção Religiosa na Juventude, Atualização do Caderno de Instrução Religiosa para os Militares do Exército Brasileiro e o Fé Sem Fronteiras. Além disso, para preservar a história e despertar a fé, incentiva a celebração anual da Páscoa dos Militares em todas as Unidades Militares do território nacional.

Para melhor instruir a família verde-oliva, o SAREx disponibilizou Cadernos de Orientações sobre temas como estabelecimento de ensino, capelania hospitalar, valorização da vida e família militar. O objetivo desses cadernos visa fornecer instrumentos substanciais para a implementação de ações de caráter moral e espiritual, com o fim de consolidar os valores perenes e a dignidade intrínseca da família militar no âmbito do Exército Brasileiro.

Com a finalidade de instruir os membros do serviço religioso, disponibilizou duas capacitações: aconselhamento cristão e Capelania Militar. Essas iniciativas visam capacitar e integrar os capelães militares dos segmentos católico, evangélico e representantes do segmento espírita, além dos auxiliares e os voluntários que atuam nas capelanias. Importante ressaltar que, pela primeira vez, em 2024, o SAREx promoveu a “Semana Maurícia” no Quartel General do Exército (QGEx). Esse evento teve como propósito divulgar a doutrina espírita e enaltecer a figura do Capitão Maurício, Patrono da Cruzada dos Militares Espíritas.

Anualmente, realiza-se um seminário de capacitação profissional/retiro que congrega todos os capelães militares do Brasil, com o intuito de fomentar a convivência fraterna entre os capelães e promover o fortalecimento da rede de trabalho. Semestralmente, é realizado um simpósio com a participação dos integrantes da chefia do SAREx e dos Subchefes de assistência religiosa dos Comandos Militares de Área. Esse evento visa promover o nivelamento do conhecimento e a padronização das ações do Serviço.

A legislação que rege o Serviço de Assistência Religiosa é a seguinte:

a) A Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que Dispõe Sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas;

- b) *Lei nº 7.672, de 23 de setembro de 1988, altera Dispositivos da lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que Dispõe Sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.*
- c) *Portaria nº 014/DGP, de 05 março de 2002, aprova as Normas Gerais para a Programação e Execução das Atividades do Serviço de Assistência Religiosa nas Capelarias Militares do Exército Brasileiro;*
- d) *Portaria nº 115/DGP, de 10 junho de 2003, aprova Instruções Reguladoras para o Funcionamento do SAREx (IR 30-37);*
- e) *Portaria nº 103/EME, de 20 de novembro de 2008, Cria e distribui capelarias militares no Exército Brasileiro;*
- f) *Portaria nº 063-EME, DE 18 de junho de 2009, altera a distribuição das OM por Capelarias Militares no Exército Brasileiro;*
- g) *Portaria nº 1.666 – Cmt Ex, de 29 novembro de 2017, aprova as Instruções Gerais para o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) - EB10-IG-02.011 e dá outras providências;*
- h) *Portaria nº 134/COTER, de 27 novembro de 2018, aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.240 A Assistência Religiosa nas Operações, 1ª Edição, 2018 e dá outras providências;*
- i) *Portaria-EME/C Ex nº 283, de 18 de dezembro de 2020, aprova a Diretriz para as Promoções de Oficiais de Carreira do Quadro Complementar de Oficiais, do Quadro de Oficiais Dentistas, do Quadro de Oficiais Farmacêuticos e do Quadro de Capelães Militares (EB20-D-01.058), e dá outras providências.*
- j) *Decreto-Lei nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946 - Institui em caráter permanente o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.*
- k) *Decreto Ad Consulendum, de 6 de fevereiro de 1950, do Papa Pio XII, cria-se o Vicariato Castrense do Brasil.*
- l) *Constituição Apostólica Spirituali Militum Curae (SMC), de 21 de abril de 1986, de São João Paulo II, passou a ser designado “Ordinariado Militar do Brasil”.*
- m) *Decreto Cum Apostolicam Sedem, de 2 de janeiro de 1990, da Congregação para os Bispos, é criado o Ordinariado Militar do Brasil em substituição ao Vicariato Castrense do Brasil.*
- n) *Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010 - promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, firmado na Cidade do Vaticano, em 13 de novembro de 2008.*

A assistência religiosa conduzidas pelos capelães militares traz, para toda a família militar um suporte espiritual, religioso e ético profissional. Essa segurança faz com que o militar possa focar em seu dever profissional com maior segurança e efetividade, com a convicção de fazer o melhor pela Pátria.²³

O Exército Brasileiro reconhece profundamente a prática religiosa, respeitando a opção de cada pessoa. Graças ao trabalho dos capelães militares, as tropas podem contar, em todas as circunstâncias, com a

²³ BRASIL, Exército. **Manual de Campanha EB70-MC-10.240.** A Assistência Religiosa nas Operações, 1.ed., Boletim nº 50, 14 dez 2018, p. 33.

assistência religiosa e espiritual tão necessárias para a manutenção de um estado de espírito saudável e resiliente no cumprimento de suas missões.

Considerações Finais

A assistência religiosa no Exército, desde o início, foi concebida não somente pela vontade dos sacerdotes, pastores ou membros de outras denominações religiosas, mas, sobretudo, em razão da percepção dos comandantes militares sobre a necessidade de apoio espiritual e moral aos seus comandados, reconhecendo a importância da fé e da prática religiosa na manutenção do bem-estar da família militar, seja na paz ou na guerra. Ao longo dos anos, essa assistência evoluiu significativamente, refletindo as mudanças na sociedade e nas estruturas militares. Essa evolução evidencia também o reconhecimento dos Comandantes, em todos os níveis, acerca do papel dos capelães na promoção do equilíbrio emocional, moral e espiritual dos militares, contribuindo para a coesão e eficácia das Forças Armadas.

Não há dúvidas de que a assistência religiosa é importante. Os valores constitutivos da missão do Exército são valores que encontram apoio e fundamentos também nos valores religiosos. Os militares, muitas vezes, vivem uma dura realidade de tensões humanas no cumprimento das missões. E, independentemente do credo religioso, o fomento à espiritualidade é fundamental para se obter o tão necessário equilíbrio emocional exigido na profissão das armas.

Nosso intuito foi mostrar a relevância de um trabalho religioso que edifica vidas, salva pessoas e promove o bem comum. O protagonista religioso (capelão) é sempre um instrumento da multiforme graça de Deus, operando em Seu nome e fazendo a Sua vontade, que trabalha, inexoravelmente, *ad maiorem Dei Gloriam* (para a maior glória de Deus).

Assim, concluímos este itinerário com elevado entusiasmo, convictos de que os aspectos aqui delineados se revelam valiosos instrumentos para aqueles que se dedicam ao estudo da gênese e da evolução do serviço religioso no Exército. O SAREx, por meio da promoção da fé e da espiritualidade, reafirma sua relevância na construção da dimensão humana da Força, consolidando-se como um baluarte de princípios perenes.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. C. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.
- ALVES, Gisleno Gomes de Faria (org). **Manual do Capelão: Teoria e Prática**. São Paulo: Hagnos, 2017.
- AZEVEDO, Israel Belo de. **João Filson Soren: o combatente de Cristo**. Rio de Janeiro: Carlos Terra, 1995.
- BRASIL, Exército. **Manual de Campanha EB70-MC-10.240**. A Assistência Religiosa nas Operações, 1.ed., Boletim nº 50, 14 dez 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

CARVALHO LIMA, Rogério de. **Capelães nas Trincheiras**. RJ: Multiforme, 2014.

CARVALHO LIMA, Rogério de. **Capelães da FEB**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2021.

CÓDIGO de Direito Canônico. Brasília: CNBB, 2024.

CUNHA, Klinger Cadete. **Frei Orlando: patrono do serviço de assistência religiosa do exército**. Brasília: Gráfica do Exército, 2013.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

KOWALIK, Adam. **Assistência religiosa nas Forças Armadas no Brasil**. Artigo. Disponível em: Assistência Religiosa nas Forças Armadas no Brasil by Adam Kowalik – Issuu.html> Acesso em: 01 de agosto de 2024.

MACEDO, Josué Campos. **Capelania Militar evangélica e sua importância para o CBERJ**. Revista Heróis do Fogo. N 16. Ano 4, edição nacional, 1994.

MELLO, Walter Pereira. **O capelão Militar: interlocutor entre a religião e a guerra**. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiás, 2011: Disponível em: <<https://br.search.yahoo.com/search>> acesso em: 02 de agosto de 2024.

NUNES, Fabrício do Prado. **A formação dos Capelães Militares no Exército Brasileiro**. Disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-formacao-dos-capelaes-militares-do-exercito-brasileiro.html/> acesso em 25/08/2024.

O Cruzeiro do Sul. Jornal - Publicação do Serviço Especial da FEB na Itália. Ed. 22: Ano I. Itália, 18/03/1945.

PALHARES, Gentil. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. RJ: BIBLIEx, 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloísa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Sentinela da paz. Revista da Arquidiocese Militar do Brasil: “Ser Capelão Militar. Brasília - Jun/Jul/Ago – Nº 2, 1995.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **A Democracia Coroada**. Brasília: Ed. Câmara, 2017.

(*) Primeiro-Tenente Capelão Veterano do Exército Brasileiro e Padre Diocesano.



Capítulo II

A Constitucionalidade do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro

José Juciêr Ferreira Alves ()*

Introdução

Este capítulo analisa como a Constituição Federal de 1988 consagra a liberdade religiosa como um direito fundamental e assegura a prestação de assistência religiosa a militares e civis em entidades de internação coletiva. Inicialmente, abordaremos a proteção jurídica conferida pela Carta Magna, destacando os dispositivos relacionados à liberdade de crença e culto, além da garantia de assistência religiosa. Em seguida, exploraremos o princípio da laicidade do Estado, discutindo como ele se articula com a liberdade religiosa e a prestação de assistência em instituições públicas. Também será dada ênfase à legislação que regula o Serviço de Assistência Religiosa no Exército Brasileiro.

A Garantia dos Diretos à Assistência Religiosa na Constituição Federal de 1988.

Longe de representar uma imposição religiosa, a Constituição Federal de 1988, promulgada sob a proteção de Deus, garante o Estado Democrático de Direito e assegura o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Esses valores refletem o compromisso com uma sociedade pluralista.

O artigo 5º, inciso VI, da CF/88 consagra os direitos e deveres individuais e coletivos, incluindo a liberdade de consciência e a proteção ao livre exercício da religião. Essa liberdade é um princípio fundamental para a formação integral do ser humano, especialmente no que diz respeito às suas crenças religiosas, que buscam uma relação íntima com o Ser Absoluto.

A garantia de assistência religiosa, prevista no inciso VII do mesmo artigo, é um preceito jurídico essencial e inviolável, assegurando a todos o direito de receber apoio religioso em locais de internação coletiva, como presídios, hospitais, clínicas, escolas militares, casas de recuperação de dependentes químicos, quartéis, entre outros. A assistência religiosa, no entanto, só será permitida quando não contrariar a ordem pública e os bons costumes.

O inciso VIII do artigo 5º, por sua vez, estabelece que ninguém será privado de seus direitos em razão de sua crença religiosa, convicção filosófica

ou política, salvo em casos onde tais convicções sejam invocadas para eximir a pessoa de cumprir uma obrigação legal imposta a todos, como no caso da recusa em cumprir o serviço alternativo, conforme estipulado em lei. Esse dispositivo reforça a proteção ao direito de expressão e à liberdade religiosa, enquanto estabelece limites para a utilização de crenças como justificativa para o descumprimento de obrigações civis.

Por sua vez, é fundamental que sejam respeitadas as particularidades de cada instituição. A assistência religiosa deve atender às necessidades dos indivíduos internados, estando sempre alinhada com as diretrizes dos responsáveis pelas instituições, como comandantes, chefes e diretores. O Estado, por sua parte, tem o dever de garantir o amparo legal necessário para a implementação do serviço religioso, assegurando o direito à assistência religiosa para aqueles que se encontram em ambientes coletivos.

É indiscutível a relevância da assistência religiosa no contexto militar. Os valores fundamentais que orientam a missão do Exército estão intrinsecamente vinculados a princípios que também são respaldados pelas diversas tradições religiosas. Os militares, frequentemente expostos a um cenário de intensas demandas psicológicas e tensões interpessoais durante o cumprimento de suas atribuições, beneficiam-se consideravelmente do fomento à espiritualidade. Independentemente do credo religioso, o estímulo à prática espiritual é um componente essencial para a manutenção da estabilidade emocional e resiliência psicológica dos militares, contribuindo significativamente para o equilíbrio psíquico e a performance operacional.

Vivemos numa sociedade multifacetária, onde as pessoas querem externar suas expressões de fé e de sintonia com o Ser Absoluto à sua maneira, motivo pelo qual devemos zelar pela assistência religiosa e espiritual sem cair no proselitismo. Neste foco de valor, não se pode ver com indiferença aqueles que estão de fora de crenças ou de segmentos religiosos, pois “a conquista constitucional da liberdade religiosa é a verdadeira consagração da maturidade de um povo”²⁴ e uma forma de manutenção e fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

O direito fundamental à assistência religiosa está arraigado na subjetividade e não em uma obrigação - imposição, preservando-se, irrestritamente, a liberdade religiosa daqueles que não professam crença alguma ou que professam crenças diferentes²⁵. Cada indivíduo possui autonomia pessoal e o direito à indiferença religiosa.

Por força dos dispositivos constitucionais, vivemos num Estado laico ou secular, mas não ateu, e as pessoas têm o livre direito de praticar qualquer religião. O art. 19, inciso I, fixa a separação entre Estado e Igreja, vedando as relações de dependência, permitindo, contudo, a colaboração de interesse público, nos termos da lei. No Estado secular não se adota nenhuma religião como oficial, pois existe uma neutralidade em matéria confessional. Consoante

²⁴ MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: 33ª Ed. Atlas, 2016. p. 53.

²⁵ Idem. p. 55.

a vigente Carta Magna, o Estado deve se preocupar em proporcionar aos seus cidadãos um clima de perfeita compreensão religiosa, proscrevendo-se a intolerância e o fanatismo.

O Estado não confessional respeita todas as religiões e convicções filosóficas, e não veta a prática religiosa. Também não discrimina aqueles que se consideram ateus ou agnósticos. Garantir a pluralidade de crença é acolher a diversidade de manifestações de cultos, é ser tolerante e inclusivo. Um Estado laico não privilegia uma religião em detrimento da outra. Tudo isso está também amparado no artigo 18º da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Vale ressaltar que a expressão “sob a proteção de Deus” inserida no preâmbulo da CF/88 não interfere no princípio da laicidade do Estado Democrático de Direito, uma vez que não possui força impositiva. Não é uma norma constitucional, não tem relevância jurídica ou normativa. Esse entendimento foi imputado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação de Inconstitucionalidade 2.076-5/AC, como o fundamento de assegurar o exercício de direitos.

Ao observarmos a principiologia da fé em terras brasileiras, quando o índio aponta para o altar, depois para o céu, na descrição de Pero Vaz de Caminha sobre a cerimônia da primeira expressão de fé, conclui-se que o Brasil é um País laico, mas não ateu.²⁶ Trata-se de uma laicidade democrática, porém regrada, na medida que são invioláveis os direitos de crença.

Decerto, pelo fato de ser laico e majoritariamente cristão, o Brasil não é antirreligioso. Praticar uma religião está ligado à dimensão subjetiva da pessoa. Ser religioso ou espiritual é uma manifestação interior, por isso, está desvinculado de qualquer força estatal. O Brasil é um País eminentemente cristão, porém, mantém uma neutralidade religiosa.

A Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981

Na tentativa de atender às regulamentações específicas para o funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, em 29 de junho de 1981 foi sancionada a Lei Federal nº 6.923. Essa lei revogou o Decreto-lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944, trazendo um salto importante na reestruturação organizacional do Serviço, com reflexos positivos para as três Forças (Marinha, Exército e Aeronáutica).

Desde a sua formalização e regulamentação, este Serviço tem sido fundamental para proporcionar suporte espiritual em momentos de necessidade e em operações militares. O art. 2º da referida lei prevê que a finalidade do serviço de assistência religiosa é “prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas

²⁶ ALMEIDA, M. C. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006: 20-21.

famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas.”

A Lei nº 7.672, de 23 de setembro de 1988

A Lei nº 7.672, de 23 de setembro de 1988, altera dispositivos da Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. Essa legislação ajusta as normas referentes à atuação dos Capelães Militares, estabelecendo diretrizes sobre sua nomeação, atribuições e o funcionamento do serviço religioso no âmbito das organizações militares. As alterações visam assegurar a prestação da assistência religiosa aos militares e seus dependentes, respeitando a diversidade de crenças e garantindo o direito constitucional à liberdade de culto nas Forças Armadas.

Portaria nº 014/DGP, de 05 março de 2002

A Portaria nº 014/DGP, de 05 março de 2002, aprova as Normas Gerais para a Programação e Execução das Atividades do Serviço de Assistência Religiosa nas Capelanias Militares do Exército Brasileiro. Essas normas alinham a assistência religiosa e a formação moral, tendo em vista o cumprimento da missão evangelizadora dos militares e de suas famílias.

A portaria abrange ainda duas áreas de atuação dos capelães militares: as Unidades Militares e as Vilas Militares, sem perder de vista o respeito à liberdade religiosa, contribuindo para o fortalecimento da moral e dos valores espirituais dos militares, ao mesmo tempo que respeita a diversidade religiosa presente nas Forças.

Portaria nº 115/DGP, de 10 junho de 2003

A Portaria nº 115/DGP, de 10 junho de 2003, aprova as Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), estabelecendo as diretrizes e procedimentos para a organização e execução das atividades religiosas nas Forças Armadas. A partir dessa Portaria, as Instruções Reguladoras passaram a ser consolidadas sob o documento (IR 30-37), que define com clareza o funcionamento das Capelanias Militares, orientando a atuação dos capelães e o atendimento espiritual aos militares e suas famílias.

Além disso, a Portaria nº 115/DGP revogou as Portarias nº 034/DGP, de 26 de abril de 2001 e nº 088/DGP, de 02 de outubro de 2001, visando simplificar e unificar as normas e processos relacionados ao Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx). Com isso, o Exército Brasileiro buscou aprimorar o apoio espiritual prestado aos seus membros, consolidando uma estrutura mais eficiente e alinhada com as necessidades espirituais do efetivo militar.

Portaria nº 103/EME, de 20 de novembro de 2008

A Portaria nº 103/EME, de 20 de novembro de 2008, estabelece a criação e a distribuição das capelanias militares no Exército Brasileiro, regulamentando a estrutura e a organização dessas unidades de assistência religiosa.

A partir dessa portaria, as capelanias passaram a ser distribuídas estrategicamente nas diversas organizações militares do Exército, com o objetivo de garantir o atendimento espiritual adequado aos militares e suas famílias, além de promover a formação moral e ética dentro das Forças Armadas.

A criação dessas capelanias reforçou a importância do serviço de assistência religiosa como parte essencial do bem-estar e da formação integral dos militares, proporcionando suporte espiritual independente de crença, mas sempre com respeito à diversidade religiosa. A Portaria nº 103/EME contribui para a consolidação de um ambiente de respeito à liberdade religiosa, assegurando a presença de capelães para atender às necessidades espirituais de todos os membros do Exército Brasileiro.

Portaria nº 063-EME, DE 18 de junho de 2009

A Portaria nº 063-EME, de 18 de junho de 2009, altera a distribuição das OM por Capelanias Militares no Exército Brasileiro. Essa portaria tem como objetivo ajustar e reorganizar a estrutura das capelanias de acordo com as novas necessidades e contextos operacionais da Força, garantindo uma distribuição mais eficiente e estratégica dos serviços de assistência religiosa.

Com essa modificação, a Portaria visa otimizar a cobertura espiritual nas diversas unidades do Exército, assegurando que o atendimento religioso seja realizado de forma eficaz, tanto nas unidades de combate quanto nas áreas administrativas e de apoio, respeitando as especificidades e as demandas das diferentes regiões e efetivos. A alteração também reflete a preocupação em promover a moral e o bem-estar dos militares, ao mesmo tempo em que mantém o compromisso com a liberdade religiosa, respeitando a diversidade de crenças presentes nas Forças Armadas.

Portaria nº 1.666 – Cmt Ex, de 29 novembro de 2017

A Portaria nº 1666 – Cmt Ex, de 29 novembro de 2017, aprova as Instruções Gerais para o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) - EB10-IG-02.011 e dá outras providências e revoga as Portarias do Comandante do Exército nº 1420, de 31 de outubro de 2016 e nº 232, de 21 de março de 2017. A principal finalidade dessa portaria é destacar e regulamentar os elementos essenciais para o crescimento humano, moral e espiritual dos militares, contribuindo para o fortalecimento dos valores éticos e espirituais dentro do Exército Brasileiro.

Por meio dessas instruções gerais, busca-se assegurar que o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) seja implementado de maneira estruturada e eficaz, atendendo às necessidades espirituais do efetivo militar, com foco no bem-estar da tropa e na promoção de uma formação integral que contemple tanto a disciplina militar quanto o desenvolvimento pessoal e moral.

Além disso, a portaria reforça o papel das capelanias militares como instrumentos de apoio religioso, com a missão de promover o respeito à diversidade religiosa, garantir o atendimento espiritual aos militares e suas famílias e contribuir para a formação ética e o fortalecimento da coesão e moral das tropas.

Portaria nº 134/COTER, de 27 novembro de 2018

A Portaria nº 134/COTER, de 27 novembro de 2018, aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.240 A Assistência Religiosa nas Operações, 1ª Edição, 2018 e estabelece outras providências relacionadas à implementação e execução do serviço de assistência religiosa nas operações militares.

O manual de campanha traz os princípios que norteiam a doutrina do serviço de assistência religiosa nas operações militares nas diversas fases e nos diversos escalões da Força Terrestre (F Ter), até o nível de unidade.

O manual abrange as diretrizes para o planejamento, a organização e a execução das atividades religiosas, considerando o contexto específico das operações militares, onde a assistência espiritual deve ser prestada de maneira contínua e eficaz, mesmo em cenários de alto risco e pressão.

Portaria-EME/C Ex nº 283, de 18 de dezembro de 2020

A Portaria-EME/C Ex nº 283, de 18 de dezembro de 2020, estabelece a Diretriz para as Promoções de Oficiais de Carreira pertencentes ao Quadro Complementar de Oficiais, ao Quadro de Oficiais Dentistas, ao Quadro de Oficiais Farmacêuticos e ao Quadro de Capelães Militares no âmbito do Exército Brasileiro. Esse normativo, identificado como EB20-D-01.058, tem como objetivo padronizar os critérios e procedimentos relacionados às promoções desses quadros, promovendo a justiça e a meritocracia na ascensão hierárquica. A diretriz busca garantir que as promoções sejam conduzidas de maneira transparente e fundamentada em critérios previamente estabelecidos, respeitando os princípios que regem a administração militar.

Além disso, a portaria também visa assegurar que o processo de promoção seja compatível com as necessidades institucionais e com o planejamento estratégico do Exército.

Dessa forma, contribui para o aprimoramento contínuo do desempenho e da qualificação dos oficiais, fortalecendo a eficiência e a capacidade operacional da Força. A medida reflete o compromisso do Exército Brasileiro

em valorizar os seus profissionais, reconhecendo os méritos individuais e alinhando a gestão de pessoal às exigências da instituição.

Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010

O Decreto nº 7.107, de 11 de fevereiro de 2010, promulga o Acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, que dispõe sobre o estatuto jurídico da Igreja Católica no território nacional. O referido Acordo reconhece a personalidade jurídica da Igreja e de suas instituições, assegurando a liberdade religiosa e disciplinando a cooperação entre o Estado e a Igreja em matérias como educação, assistência social e preservação do patrimônio cultural.

Ademais, prevê o reconhecimento civil dos casamentos celebrados segundo o rito religioso, bem como estabelece diretrizes sobre a imunidade tributária aplicável aos bens, rendas e serviços vinculados às finalidades essenciais da Igreja, nos termos da legislação vigente.

O instrumento normativo também regulamenta o ensino religioso de matrícula facultativa nas instituições públicas de ensino fundamental, observando o respeito à diversidade de crenças e à pluralidade religiosa. Além disso, dispõe sobre a proteção e o reconhecimento dos locais de culto, garantindo que a Igreja exerça suas atividades sem ingerência indevida do Poder Público.

O Acordo reafirma, ainda, o princípio constitucional da laicidade do Estado, assegurando a liberdade religiosa e a igualdade de tratamento a todas as confissões religiosas, nos limites estabelecidos pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Considerações Finais

O presente trabalho cumpre de forma consubstancial com a produção científica sobre o ordenamento jurídico do serviço de assistência religiosa no Exército Brasileiro. A questão desafiada era mostrar como os direitos e garantias fundamentais referentes à assistência religiosa, amparados na Constituição Federal de 1988, são relevantes para a manutenção do elevado moral da tropa e para a sua higidez mental, atribuindo ao serviço religioso castrense competências constitucionais para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

No decorrer da pesquisa procuramos relacionar os dispositivos constitucionais com as normas infralegais de regulamentação da assistência religiosa no Exército, destacando os elementos fundamentais da Lei nº 6.923/1981, das Instruções Reguladoras, das Instruções Gerais e das Normas que balizam a assistência religiosa dentro das organizações militares em todo o Brasil.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, M. C. **A religião na caserna: o papel do capelão militar**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2006.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.076-5 - Acre**. Relator: Ministro Carlos Velloso. Brasília, 15 de agosto de 2002. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=375324>. Acesso em: 15 de novembro de 2024.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2015.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948**. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dosdireitos-humanos>. Acesso em: 16 de novembro de 2024.
- Decreto nº 7.107**, de 11 de fevereiro de 2010, promulga o Acordo firmado entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé, que dispõe sobre o estatuto jurídico da Igreja Católica no território nacional
- Lei nº 6.923**, de 29 de junho de 1981, que Dispõe Sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.
- MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional**. São Paulo: 33ª Ed. Atlas, 2016.
- Portaria nº 014/DGP**, de 05 março de 2002, aprova as Normas Gerais para a Programação e Execução das Atividades do Serviço de Assistência Religiosa nas Capelarias Militares do Exército Brasileiro.
- Portaria nº 115/DGP**, de 10 junho de 2003, aprova Instruções Reguladoras para o Funcionamento do SAREx (IR 30-37).
- Portaria nº 103/EME**, de 20 de novembro de 2008, Cria e distribui capelarias militares no Exército Brasileiro.
- Portaria nº 063-EME**, DE 18 de junho de 2009, Altera a distribuição das OM por Capelarias Militares no Exército Brasileiro.
- Portaria nº 1.666 – Cmt Ex**, de 29 novembro de 2017, aprova as Instruções Gerais para o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) - EB10-IG-02.011 e dá outras providências.
- Portaria nº 134/COTER**, de 27 novembro de 2018, aprova o Manual de Campanha EB70-MC-10.240 A Assistência Religiosa nas Operações, 1ª Edição, 2018 e dá outras providências.
- Portaria-EME/C Ex nº 283, de 18 de dezembro de 2020**, estabelece a Diretriz para as Promoções de Oficiais de Carreira pertencentes ao Quadro Complementar de Oficiais, ao Quadro de Oficiais Dentistas, ao Quadro de Oficiais Farmacêuticos e ao Quadro de Capelães Militares no âmbito do Exército Brasileiro.

(*) Primeiro-Tenente Capelão Veterano do Exército Brasileiro e Padre Diocesano.



Capítulo III

Assistência Religiosa, Espiritual e Ético Profissional

João Batista Alves de Oliveira Junior ()*

Assistência Religiosa

A Assistência Religiosa engloba em si toda a Pastoral, e compreende as atividades religiosas pastorais (próprias de cada crença, fé ou religião), desenvolvidas em benefício dos militares, por meio dos segmentos religiosos de maior expressividade (segmento católico, segmento evangélico e segmento espírita) devendo-se manter, permanentemente, o ambiente de respeito e de tolerância pela crença alheia.

A Assistência Religiosa abrange a direção espiritual, o cultivo dos valores e das virtudes, a busca da purificação ascética, a vida mística da graça, a união com Deus, a vida de oração, meditação e contemplação. Inclui, ainda, o serviço caritativo, as ações para evangelizar e proclamar o Evangelho, bem como o trabalho organizado e desenvolvido pelas Subchefias do Serviço de Assistência Religiosa do Exército e pelas Capelarias Militares, sob a orientação do Ordinariado Militar do Brasil.

Para o segmento católico, tal assistência remete necessariamente à administração dos Santos Sacramentos da Igreja e outras ações, preces, estudos doutrinários e serviços ministeriais vinculados diretamente ao ministério do Arcebispo Militar do Brasil.

Para o segmento evangélico, tal vínculo se dá junto às denominações evangélicas e para o segmento espírita, junto à Cruzada dos Militares Espíritas, sempre atendendo determinadas situações em uma realidade específica, como é o caso dos militares. É por meio da Assistência Religiosa, isto é, do conjunto das atividades elencadas, que as Capelarias Militares realizam sua ação pastoral mediante três funções (Tríplice Missão no Pastoreio Militar): de ensinar (profética), santificar (sacerdotal, presbiteral, litúrgica) e reger (governar, de forma pastoral e testemunhal).

Para tanto, encontramos aqui um amplo campo de interação entre o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) e o Serviço de Assistência Social do Exército (SASEx), nas Regiões Militares. Têm-se, ainda, as diversas pastorais, comumente conhecidas como pastorais sociais, por exemplo: Pastoral da Catequese (para adultos e crianças), Pastoral da Crisma, Pastoral dos Coroinhas, Acólitos e Filhas de Maria, Pastoral dos Noivos, Pastoral da Juventude, Pastoral da Comunicação (PASCOM), Pastoral Familiar, Pastoral Social, Pastoral da Criança, Pastoral da Educação, Pastoral da Liturgia (Litúrgica), Pastoral do Acolhimento, Pastoral da Saúde

(ou dos Enfermos), Pastoral Carcerária, Pastoral da Pessoa Idosa (Melhor idade ou Mais vivência), Pastoral da Música, Pastoral do Batismo, Pastoral dos Ministros Extraordinários da Sagrada Comunhão Eucarística (MESCE), Pastoral do Catecumenato, Pastoral do Dízimo, Pastoral dos Movimentos de Obras de Misericórdia (MOM) etc. A Assistência Religiosa compreende:

1. Movimentos Eclesiais

Os Movimentos Eclesiais são grupos específicos e regidos por estatutos próprios com organização peculiar, não diretamente ligados ao Ordinariado Militar do Brasil ou a uma Capelania Militar. Para o segmento católico, são regidos pelo Código de Direito Canônico e podem ser organizados de acordo com as (arqui) dioceses ou independentemente. São constituídos de militares e fiéis leigos, contando, em casos específicos, com a assessoria de membros do clero e possuindo coordenação nacional e/ou internacional.

São ligados à vida pessoal dos participantes, têm uma espiritualidade acentuada e seguem um carisma próprio, relacionado com a inspiração de seus respectivos fundadores; por exemplo: Renovação Carismática Católica (RCC); Movimento Focolares (desde 1948); Opus Dei, Comunhão e Libertação; Nova Aliança; Movimento de Schöenstatt (Mãe, Rainha e Vencedora Três vezes Admirável de Schöenstatt ou Mãe Peregrina); Neo-Catecumenato; Obra Filhos da Ressurreição (OFR – fundada pelo Capelão Militar, Revmo. Pe. Ten Cel Lindenberg); Ação Católica (desde 1923); Comunidade de Taizé (1940); Terço dos Homens; Oficinas de Oração; Legião de Maria; Grupos de Jovens; Nossa Senhora do Rosário de Fátima etc.

2. Serviços Eclesiais

Os serviços eclesiais são trabalhos que visam oferecer uma assistência religiosa e espiritual, formativa ou social diante das necessidades de pessoas ou grupos, promovendo o encontro com Deus, a fraternidade, o fortalecimento espiritual e a defesa da vida humana integral. Compreendem: o Encontro de Pais e Padrinhos em preparação para o Batismo; o Encontro de Legitimação Matrimonial para casais que ainda não receberam o sacramento do Matrimônio; o Encontro de Casais e Aconselhamento Familiar e, ainda, obras assistenciais, cursos de conscientização, Serviço de Misericórdia, entre outros.

3. Grupos ou Núcleos

Os Grupos ou Núcleos são formados por fiéis, que se reúnem de forma espontânea, sempre com a licença e orientação de um capelão militar, para rezar, orar e escutar a Palavra de Deus, promover a justiça e a paz, visitar

doentes e proporcionar formação religiosa e espiritual, podendo compor, no caso do segmento católico, os Movimentos ou Serviços.

4. Pastoral Presbiteral

Lembrando que *“a frente do Ordinariado militar é colocado, como próprio, um Ordinário normalmente constituído na dignidade episcopal, o qual goza de todos os direitos e está sujeito a todas as obrigações dos bispos diocesanos (Spirituali Militum Curae, inciso II, §1), na qualidade de pai e pastor próprio de sua grei, considerando os fundamentos teológicos do sacerdócio católico multimilenar e coadjuvado pelo estímulo advindo da vivência profissional dos valores da camaradagem, do espírito de corpo e da coesão, entre outros.*

Caberá, ainda, aos capelães católicos, envidar esforços e orações para o necessário e sadio cultivo da fraternidade sacerdotal sacramental e a máxima cooperação fraterna nos serviços pastorais, bem como no aprimoramento dos vínculos da unidade eclesial junto ao Arcebispo Militar do Brasil e entre si mesmos, valorizando todos os momentos de espiritualidade compartilhada, celebrações de vulto, retiros espirituais nacionais ou regionais, bem como o apoio mútuo e a fraternidade pastoral, em clima de sincera afeição, respeito e intercâmbio positivo de bons préstimos em ofícios e labores, na partilha de experiências pastorais bem sucedidas e no auxílio oportuno e caritativo, sobretudo, em momentos de enfermidade, férias ou demandas diversas dos integrantes do clero do Ordinariado Militar do Brasil.

5. Assistência Espiritual

A Assistência Espiritual (é uma prática que) visa elevar o moral individual dos militares em geral e possibilitar um convívio fraternal e harmônico do militar em sua comunidade, de forma a estimular e desenvolver, de modo particular, a determinação, a coragem, o equilíbrio emocional e o espírito de corpo, atributos imprescindíveis em Operações em tempo de paz e de guerra (ou de combate).

Visa também ao progresso na vida cristã, tendo como alvo o encontro com Deus. A Assistência Espiritual trata do apoio, acompanhamento e conforto oferecido aos militares e seus dependentes, sobretudo, em relação à vida reta e às questões antropológicas existenciais em algo transcendente e não circunscrito apenas à matéria.

6. Assistência Ético Profissional

A relação entre ética profissional, liderança militar e a assistência religiosa é profundamente intrínseca e pode ser entendida a partir de princípios que regem tanto a conduta militar quanto a moral religiosa. Ambas

compartilham valores universais como integridade, respeito à dignidade humana, lealdade e responsabilidade, que servem como alicerces para comportamentos exemplares e para a promoção do bem comum.

Por isso, os capelães militares, mantendo vinculação direta ao Comando da Organização Militar, do qual são assessores técnicos diretos para a assistência espiritual e religiosa da tropa, e sempre sob sua orientação, devem transmitir aos militares o apoio adequado em diferentes ocasiões: formaturas, solenidades, exercícios no campo, confraternizações, na assistência aos baixados nos hospitais, policlínicas, enfermarias e aos presos, bem como no conforto aos militares e familiares em seus momentos de preocupação, angústia ou luto.

Igualmente solícitos e disponíveis, os capelães militares devem manter contato constante com a tropa, transmitindo aos militares uma sadia postura diante da sua missão como soldado, explicando que não há dicotomia entre uma sadia profissão de fé e o exercício profissional no uso de arma ou no cumprimento de ordens táticas.

Com o amplo respaldo de sua competência estritamente técnica e na qualidade de experientes líderes religiosos, devem ainda utilizar o momento das visitas e formaturas para proferir mensagens importantes, sobretudo de cunho espiritual e ético, relacionadas ao evento em questão.

(*) Tenente-Coronel Capelão e Capelão-Chefe do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).



Capítulo IV

O Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Antônio Dubena ()*

Introdução

Frei Orlando é um testemunho inspirador de dedicação, coragem e fé. Nascido em 1913, em Minas Gerais, teve uma vida marcada por desafios e perdas pessoais, mas também por uma profunda espiritualidade e entrega ao próximo. Como capelão militar durante a Segunda Guerra Mundial, Frei Orlando demonstrou extraordinária bravura e compaixão, oferecendo conforto espiritual aos militares em guerra e arriscando sua própria vida para servir aos feridos e moribundos.

Sua morte, em 1945, aos 32 anos de idade, foi um golpe para a tropa brasileira, mas o legado permanece como Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) e na inspiração que esta história continua a oferecer. A carta de despedida de Frei Orlando às suas irmãs é um motivante testemunho de fé e aceitação da missão, demonstrando que, mesmo em meio à guerra e ao sofrimento, a esperança e a compaixão podem prevalecer.

Frei Orlando

Frei Orlando nasceu em um pequeno povoado do interior de Minas Gerais, à margem direita do rio São Francisco, na cidade de Morada Nova de Minas, no dia 13 de fevereiro de 1913. Filho do negociante e juiz de paz Itagyba Alvares da Silva e de Jovita Aurélia da Silva, pessoas estimadas, respeitadas e queridas por sua dignidade e honra.

No dia 29 de maio de 1914, Dona Jovita esperava o décimo terceiro filho. Desta vez, parecia sentir que era o fim da sua missão como mãe neste mundo. Era um parto prematuro de gêmeos. Sabendo disso, D. Ninita, sua comadre e amiga, deixou sua casa e foi prestar-lhe cuidados. O parto estava complicado, e nada podendo fazer, sugeriu chamar o outro farmacêutico da cidade, confiando que poderia ajudar.

Mesmo que o Sr. Itagyba tivesse algumas desavenças antigas com o farmacêutico e coronel, para tentar salvar a vida de sua amada, estava disposto a reconhecer a necessidade e pedir ajuda a ele, visto que era sua opção final, e desesperada, a fim de salvar a vida da esposa, estancar a hemorragia e devolver-lhe a saúde. Chamaram então o coronel Jacinto, com a esperança de que pudesse realizar tal façanha. Depois de muita luta, viu seus

esforços serem em vão. Nada conseguiu fazer; seus conhecimentos médicos e seus dotes de profissional foram insuficientes, tamanha a gravidade da situação.

Jovita, já desfalecendo, segura a mão da D. Ninita, abre os olhos com esforço e, balbuciando algumas palavras, diz: “O Antônio é seu.” Neste momento, fecha os olhos e entrega a alma a Deus, embarcando na viagem à vida eterna. Era dia 04 de junho de 1914: ela, jovem, com apenas 36 anos. Antônio Alvares da Silva, criança de apenas um ano de idade, ficou órfão de mãe.

Já seu pai, Itagyba, morreu assassinado na sua casa comercial. Cuidava do negócio quando chegou um homem, criminoso foragido da justiça, José Palalá, que pretendia cobrar uma dívida e acertar contas com um cliente enquanto este realizava as compras. Enquanto discutiam e chegavam às vias de fato, Itagyba, que era juiz de paz, deu voz de prisão ao criminoso, e José Palalá se recusou a obedecer, apontou a arma para Itagyba, disparando cinco vezes, deixando-o caído no chão, desfalecido pelos impactos dos tiros.

Neste momento, um amigo de Itagyba, Isac, ao presenciar a cena, saca sua arma e acaba exterminando a vida do agressor. Na época, a cidade era conhecida pelos crimes bárbaros e traiçoeiros que ali ocorriam. Era um lugar perigoso e temido. Itagyba, em agonia, chama seu filho mais velho, Jeová, de apenas 16 anos de idade, e deixa a ele uma tarefa, a mais importante e com grande peso de responsabilidade: “Cuide dos teus irmãos como se fosse eu mesmo, com educação e estudo.”

Neste momento, a população aciona o padre da paróquia, que estava numa fazenda, porém, ele não possuía a hóstia consagrada para administrar o viático. Deveria esperar até o dia seguinte quando poderia celebrar a missa para obtê-la. Itagyba passou a noite toda em agonia, perguntando se a hóstia já havia chegado.

De manhã, o padre João Baroni celebrou a missa e levou a tão desejada comunhão, depois da qual, unido às orações dos presentes, deixa este mundo e parte para a eternidade para unir-se à sua esposa no paraíso eterno. Morre com apenas 37 anos de idade. Antônio, com apenas três anos de vida, fica órfão também de pai, assim como seus outros oito irmãos: Jeová, Guaraciaba, Itagiba, José, Alice, Maria, Clara e Fausta.

Já existia um combinado entre Itagyba e seu compadre e amigo Sebastião, farmacêutico: caso o primeiro viesse a falecer, o segundo assumiria a criação do menino Antônio. Desta maneira, com a morte do pai, Antônio passou a ser criado por Sebastião de Almeida Pinho e Emirena Teixeira Pinho, sua esposa. Assim, o menino ingressou no novo lar, um lugar de educação rígida, austera e de valores cristãos, que seria o berço de uma formação moral que culminaria nos altares, com a ordenação sacerdotal e, mais adiante, como capelão do exército e patrono do SAREx.

No dia 18 de março de 1913, Antônio Alvares da Silva foi batizado pelo padre João Bernardino Barone na Igreja de Nossa Senhora de Loreto, em sua

cidade natal. Em homenagem ao avô paterno, recebeu seu nome. Era o caçula de oito irmãos. O sétimo filho de Sebastião, seis deles legítimos e ele adotado pelo nobre pai, assim como tinha combinado com seu compadre. Ali estava plantada a semente da fé que, regada no seio da família religiosa, cresceria com frutos de santidade.

Antônio, quando menino, era como todos os outros de sua idade. Bem ativo, travesso, de atitudes vivas. Seu brinquedo preferido era o bodoque de atirar pedras. Gostava, também, de colecionar fotos de artistas, e ele mesmo, algumas vezes, se passava por um, armado com seu revólver de madeira. Assim, Antônio foi crescendo e sendo educado. Desde criança já tinha espírito brincalhão. Gostava de fazer graça para as pessoas rirem.

Mesmo fazendo travessuras, tinha boa formação moral com senso de respeito e obediência aos mais velhos; não gostava de mentira e era dedicado aos estudos. Por ser muito ativo e travesso, as notas na escola nem sempre eram muito boas, e algumas vezes, devido às suas travessuras, foi chamado à escola por seu irmão Jeová, com a finalidade de corrigi-lo. Antônio sempre teve o apoio e o exemplo de seus novos pais e foi crescendo no espírito de fé e sensibilidade religiosa.

Depois da primeira comunhão, em 1920, passou a frequentar assiduamente a catequese, com bastante fervor e piedade religiosa. Em 1922, tornou-se coroinha. Em 05 de janeiro de 1925, aos 12 anos, ingressou no Colégio Seráfico de Divinópolis/MG, dos frades franciscanos, para cursar o Seminário Menor. Aos 16 anos recebeu uma carta de sua mãe adotiva informando que seu pai adotivo havia falecido no dia 13 de julho de 1929, vítima de um derrame cerebral.

Para concluir seus estudos partiu para a Holanda, no dia 17 de fevereiro de 1931, com os seus incompletos 18 anos de idade, onde ingressou na Ordem Franciscana. No dia 08 de janeiro de 1932 fez seus primeiros votos simples, recebendo o hábito marrom com o cingulo branco de três nós, significando respectivamente Obediência, Pobreza e Castidade. Passados dois anos de intensos estudos, foi transferido para o convento de Alverne de Wycken, em agosto de 1934, onde iniciou o estudo da teologia.

Após concluir o curso de teologia emitiu os votos solenes no dia 08 de setembro de 1935. Com apenas 22 anos de idade, o jovem Antônio já carregava uma ampla bagagem cultural por sua dedicação e inteligência, abraçando com convicção e dedicação as oportunidades que a vida lhe apresentou.

Regressou da Holanda a bordo do navio “Highland Monarch” no dia 28 de setembro de 1935, para Divinópolis, onde continuou seus estudos de Teologia. No dia 24 de outubro de 1937 foi ordenado sacerdote, no Santuário de Santo Antônio de Divinópolis, por Dom Antônio dos Santos Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte, MG. O jovem Antônio, agora já clérigo, recebeu o nome de Frei Orlando.

No dia 1º de novembro do mesmo ano, celebrou sua primeira missa na igreja de São Francisco de Chagas, no bairro de Carlos Prates em BH. Depois da ordenação sacerdotal, por obediência, foi trabalhar em São João Del Rei, MG. Com apenas 24 anos de idade, lecionou na cátedra de história e português, no colégio Santo Antônio, onde assumiu a direção espiritual da Ordem Terceira dos Franciscanos e do colégio Santo Antônio, dirigido pela Ordem dos Franciscanos Menores.

Logo, devido à sua gargalhada famosa, passos ligeiros, fala estridente, temperamento alegre, brincalhão, de franqueza cordial e ativismo incansável, ganha sólida confiança, não só dos alunos, como também do povo da cidade, com o qual se identificava perfeitamente. Naquela cidade, o jovem padre caridoso, percebendo a pobreza e a fome na cidade, instituiu a “sopa dos pobres”, uma nobre obra de assistência social que recebeu o apoio voluntário de muitos integrantes do 11º Regimento de Infantaria, chegando a atender mais de 500 necessitados.

Com o ingresso do Brasil na 2ª Guerra Mundial, Frei Orlando presenciou a preparação brasileira para a participação na campanha da Itália. Viu o 11º Regimento de Infantaria partir e não se conformou em permanecer impassivelmente na cidade.

Assim, quando o então comandante do Regimento, coronel Delmiro Pereira de Andrade, fez o convite ao frei para ser um dos integrantes da FEB, ele foi de pronto até seus superiores do colégio com objetivo de conseguir a liberação para integrar a força. A liberação do colégio foi concedida, no entanto, ainda faltava a liberação de alguns superiores eclesiásticos.

Como essa última liberação tardou, o regimento iniciou seu deslocamento rumo ao Rio de Janeiro, nos primeiros dias de março de 1944. Era a preparação imediata em vista da próxima partida com destino à Itália, com intuito de defender a nossa nação. Todavia neste deslocamento, nosso capelão não pôde estar junto.

Depois de mais de três meses da chegada dos militares ao acampamento, surge o jovem religioso, risonho e feliz, juntos com dois outros padres: Padre Frei Alfredo, de Santa Catarina e padre Elói de Oliveira, de São Tiago, Minas Gerais. Frei Orlando foi incorporado no efetivo como primeiro-tenente, e levava consigo duas “armas” pacíficas: uma gaita e um cachimbo.

No dia 21 de julho de 1944 celebrou a primeira missa na investidura de suas funções junto à tropa. Depois da missa, percorreu todos os alojamentos, cumprimentando os militares, tocando sua gaita e cantando: “A cobra vai fumar! A cobra vai fumar!”, contagiando a tropa com seu bom humor costumeiro.

Os preparativos de atividades e capacitação eram intensos: adestramento para o combate, bom preparo físico, marchas longas para ganhar resistências, simulação de subir e descer do barco, aprestamento e ensaio em caso de naufrágio.

Foi um período de intensos esforços e treinamento até os combatentes e os capelães integrantes de FEB, todos a bordo do navio, partirem a caminho de um lugar desconhecido, de maneira sigilosa, até mesmo por segurança, para não serem atacados pelos inimigos.

No dia 05 de outubro do ano citado avistaram Nápoles e o vulcão Vesúvio. Estavam chegando à gloriosa Itália, palco de tremenda guerra. Contudo, o desembarque não seria nesta cidade. Seguiram mais adiante até Livorno, chegando no dia 12 de outubro ao porto, onde receberam ordem para desembarque imediato e definitivo. Em poucos minutos, já estavam em viaturas para seguir destino a Pisa, local do alojamento.

Depois de montar seus acampamentos e neles se instalarem, seu primeiro trabalho foi celebrar uma missa para os militares recém-chegados. Além do serviço e atenção religiosa, o frei também implantou o mesmo serviço social que fazia em São João Del Rei, uma de suas obras marcantes no Brasil, que era a “sopa dos pobres”.

A prática de preparar a comida e alimentar pessoas humildes em sua terra natal, agora estava sendo aplicada a uma parte da população italiana devastada pelas consequências da guerra. Uma multidão de pessoas famintas se aproximava todos os dias do acampamento, querendo saciar suas necessidades mais básicas. Sequer queriam as coisas de graça, pois estavam dispostos a pagar com o próprio serviço: lavar, passar, cozinhar, fazer trabalho de jardinagem. A fome atacou brutalmente a população, e muitos que tudo perderam não conseguiam sequer os mantimentos mais básicos, sendo esta ação caridosa instituída pelo Frei Orlando a sua única fonte de alimento.

Alguns dias depois da chegada ao local do acampamento, por desejo do comandante, um dos capelães foi designado para celebrar uma missa na imponente catedral de Pisa, da qual participariam os militares que ali se encontravam. A missa tinha como intenção agradecer a Deus por todos terem desembarcado sãos e salvos nas terras italianas.

O comandante concedeu apenas dois dias para que os capelães preparassem a celebração. A cargo desta missão estavam: Frei Orlando, Frei Alfredo e Pe. Elói. A missa foi celebrada na manhã do dia 22 de setembro de 1944, na catedral de Pisa, às 09:30h. Contou com a presença do Comandante da I Divisão de Infantaria, o General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, juntamente com muitos oficiais de alta patente do Exército Americano. Encerrada a missa, pela primeira vez depois de muito tempo, retumbaram nos ares da cidade de Pisa os acordes do Hino Nacional Brasileiro.

Ao todo, foram enviados ao *front* italiano 25 capelães católicos e dois protestantes. Os religiosos católicos rezavam missas todos os dias, ouviam confissões e ministravam sacramentos, se a situação militar permitisse. Os padres e pastores buscavam estar junto aos feridos e moribundos, tanto na linha de frente quanto nos hospitais de retaguarda.

Frei Orlando fazia questão de estar nas linhas de frente da batalha, para prestar atenção espiritual aos moribundos que caíam e para dar ânimo aos que esmoreciam no combate. Equipava-se com capacete e galochas para se proteger do frio, e seguia rastejando e se esgueirando, aqui e ali, para não ser visto pelo inimigo, e poder chegar mais perto da linha de frente, elevando assim o moral dos soldados. Resoluto, parecia ir ao encontro da morte, arriscando sua própria vida inúmeras vezes.

Neste período, depois de vários dias de guerra no front de batalha, o comando do exército americano, ao qual se vinculavam os “pracinhas”, concedeu alguns dias de folga para o grupamento. Eles tinham duas opções. Poderiam ir à Florença, que tinha sido atingida parcialmente pela guerra, ou para Roma. Frei Orlando, originário de tradições religiosas, sem titubear escolheu Roma, acompanhado por seu comandante de companhia. Em Roma, por concessão especial do Papa, frei Orlando pôde celebrar na Catedral de São Pedro. O Capitão Rodarte o acolitou. Ao sair da Basílica, o capelão disse o seguinte ao Capitão Rodarte: *“Meu caro Rodarte, penso que não voltarei ao Brasil, e se tal acontecer, quero pedir-lhe para que seja enterrado com o hábito franciscano e com capuz na cabeça. Desejo, ainda, que meu altar portátil, a coleção de vida dos Papas, o meu cachimbo e minha gaita sejam entregues aos franciscanos de São João Del Rei.”*

Frei Orlando foi sempre muito íntegro nas virtudes, na lealdade e na honradez. Certo dia, os militares organizaram uma farra e decidiram aprontar com o capelão. Convidaram-no para uma saída, uma patuscada. E todos, a uma só voz, disseram que iam trocar a roupa. E cada um foi se preparar.

O nobre Capelão entrou na sala da capelania e, depois de todos já estarem prontos esperando a sua chegada, ansiosos e desejosos de galhofar, se decepcionaram. Aparece o Frei com seu hábito marrom de franciscano, o mesmo com o qual pediu para ser enterrado quando morresse. O semblante de frustração dos militares foi grande. Então disseram que ele deveria ir de farda. Respondendo, o Frei falou solenemente: “Saibam senhores, meus patrícios, que onde não pode entrar este hábito, também não pode entrar a farda do nosso exército!” E, firme em sua atitude, deu a volta e retornou para a sala da capelania.

Segundo relatos históricos, Frei Orlando sempre buscava identificar e remover os corpos insepultos dos soldados mortos. Ele ainda escrevia cartas e lia correspondências para os que não eram alfabetizados e, principalmente, procurava sempre estar junto à tropa. Podemos afirmar com a consagrada expressão que Frei Orlando “vestiu a camisa”, atuando convicto de que essa era a sua vocação, e que se realizava ao agir daquela forma.

Iniciando a manobra para tomada de Monte Castelo, a 1ª Divisão de Infantaria enfrenta a árdua missão nos dias 18, 19, 20 e 21 de fevereiro de 1945, concluindo no dia 21 a posse do Monte, a 977 metros de altitude. A tropa brasileira foi recebida com um forte bombardeio alemão, sofrendo muitas baixas, espalhando terror no campo de batalha.

Então, os comandantes incitaram e motivaram os combatentes a sustentarem o fogo, a exemplo deles, que eram os primeiros a não recuarem diante do fogo inimigo, até dar a vida se fosse preciso, como muitos acabaram fazendo.

Alguns feridos, outros em agonia são atendidos, mas ninguém abandona seu posto, e o ataque não cessa. Alguns com muita coragem, outros mostrando sangue frio prosseguiram no ataque para a conquista do monte. Finalmente se vê um foguete luminoso no céu, e três estrelas verdes que, no código de sinais, significavam que o objetivo havia sido conquistado.

Frei Orlando, vendo o que se passava e o sofrimento dos soldados na frente de combate, decidiu seguir adiante para dar assistência espiritual àqueles que estavam perecendo sem um conforto sacramental na frente de batalha. Eram soldados que estavam manchando a neve com seu sangue e deixando uma marca indelével na História.

Os aviões brasileiros e americanos despejavam toneladas e mais toneladas de bombas para afugentar os alemães; a fumaça tomava conta do ambiente e se escutava o barulho dos morteiros, das metralhadoras e dos fuzis cantando serenatas, dizimando os que se encontravam adiante.

Frei Orlando ajusta seu equipamento, se prepara, toma o estojo das hóstias consagradas e sai morro acima ao encontro dos necessitados de consolo e conforto para dar o sacramento da vida eterna a cada um dos moribundos. Por mais que tentassem dissuadi-lo de tal façanha, devido ao elevado e iminente perigo de vida que corria ao percorrer aquelas estradas, nada foi possível fazer. Ele seguiu firme pelo caminho em direção aos pés do Monte. Seguiu correndo aqui, se esquivando ali, se agachando lá, desviando das varreduras das metralhadoras, levando corajosamente o consolo e o conforto espiritual aos que estavam entregando suas vidas na guerra.

Numa dessas missões, o nobre capelão tenta chegar à 6ª Companhia rumo a Docce, caminho recomendado pelo seu comandante. Quando já próximo do destino, cruza depara-se com um jipe aliado. Informando para onde seguiria a pé, o chefe da viatura ofereceu-lhe carona e ele embarcou na viatura. A bordo da mesma já se encontravam o Capitão Francisco Ruas Santos, o Cabo Gilberto Torres, motorista, um praça do 2º Batalhão e um sargento italiano, que estava à disposição da tropa brasileira para transporte nas regiões de montanha.

O coronel Ruas, escritor-militar, assim descreve em documento a continuação da viagem do nosso capelão e o desfecho trágico que acabou acontecendo: *“Frei Orlando, em caminho, depois de dizer o que fizera pela manhã, e o que ainda pretendia fazer, falava de uma irradiação feita pelos holandeses livres, para a parte ocupada do seu país. A uma observação qualquer, ainda soltou uma de suas costumeiras gargalhadas. O jipe marchava lentamente, subindo e descendo elevações, quando, de repente, estaca, imobilizado por uma pedra. Prendia esta o eixo dianteiro. Os passageiros conseguem retirar a viatura que foi posta a alguns metros além*

da pedra fatídica. Tomo a manícula do jipe e me esforço para removê-la. O sargento italiano, no intuito de ajudar-me, recurva-se junto à pedra e também tenta retirá-la a violentas coronhadas de sua carabina. Esta dispara e Frei Orlando, que se achava parado a uns três metros, é atingido pelo projétil. Solta um grito, leva a mão ao peito, dá alguns passos à frente, tirando ao mesmo tempo do bolso do casaco o seu terço e balbuciando ao mesmo tempo, às pressas, uma Ave-Maria. Corro para ele e o faço deitar-se à margem do caminho. A oração apenas começada é abafada pelo ofegar da agonia. Tudo isso, desde o fatal disparo, dura dez segundos. Retorno rapidamente à Docce, em busca de socorro médico e trago o capitão João Batista Pereira Bicudo, facultativo do Batalhão. Este pode apenas verificar achar-se morto o capelão, desde o momento, talvez, que acabara de ser deitado à margem do caminho. O italiano, abraçado ao corpo do capelão, chorava e se lamentava. Um pastor das redondezas, na sua natural indiferença, contemplava esta cena. O médico descobre-se, persigna-se e reza pela alma de frei Orlando, no que é seguido por mim e pelo cabo.”

Eram, aproximadamente, 14:00h do dia 20 de fevereiro de 1945. As bombas não cessavam, as metralhadoras não descansavam e os morteiros continuavam mandando fogo, pois os alemães ainda não tinham sido vencidos. Mas tudo era questão de tempo, visto que no dia 21 seria tomada a fortaleza do Monte Castelo com a vitória definitiva pela tropa brasileira.

Nosso herói capelão, caído em terra, deu os últimos suspiros, e seria recolhido nos braços da mãezinha do Céu, de quem era devoto, a quem tanto amou e a quem sempre honrou com o santo Rosário. A notícia ecoou por toda a tropa, desde o ponto mais recuado ao mais avançado na linha de combate. Todos lamentavam e choravam a morte de tão estimado militar, pois se tratava de um exemplo de liderança de nossa amada pátria.

Já morto, foi transportado para uma capelinha que estava próxima do ocorrido. Era a capelinha de Santo Antônio, onde se reuniram os militares para prestar as homenagens ao herói tombado na batalha. Estavam presentes oficiais, sargentos, cabos e soldados. Não eram muitos, pois a maioria estava combatendo, mas os que lá estiveram representavam a todos os outros, e tinham em seus corações os sentimentos de uma perda irreparável e uma dor inconsolável.

O Capitão Rodarte realizou o desejo do Frei, vestindo-o com sua roupa de monge e capuz na cabeça. Às 19 horas do mesmo dia 20, Frei Alfredo, ajudado pelo Capitão Rodarte, celebrou a missa de corpo presente. Todos choravam a partida de tão valente e querido irmão de farda, de luta, e de ideal defendido. E no dia 21 de fevereiro, quando os alemães eram derrotados definitivamente, por volta das 15:00h, nosso capelão era depositado no cemitério de Pistoia, onde descansaria eternamente. Foi enterrado entre dois soldados, como sempre viveu, viajando para o mesmo destino de cada um deles, motivando-os, como também dando exemplo. Sempre o primeiro, até mesmo para entregar sua vida.

Enquanto era depositado na terra, foi hasteado o pavilhão nacional; os sinos da igreja tocavam, anunciando a morte de um ministro de Deus, e os militares davam as salvas de tiros de homenagem póstuma, a que tinha direito como capelão militar. Desta forma, se encerrou fisicamente na terra a vida de Frei Orlando. *“Deus deu Deus tirou, bendito seja Deus”* (Jó 1:21). Faleceu Frei Orlando com apenas 32 anos e sete dias de vida, fatidicamente como os seus pais: a mãe com 36 e o pai com 37 anos, sendo estas três vidas interrompidas precocemente, aos trinta e poucos anos de idade.

Em solo italiano, no seio da terra longínqua, ficou sepultado por 16 anos nosso capelão com outros 450 combatentes. No dia 22 de dezembro de 1960, o Brasil todo se curvava em homenagem àqueles que não voltaram vivos para seus entes queridos, mas que se despojaram de suas vidas derramando seu sangue pela vitória de nossa pátria.

Na cerimônia de chegada dos restos mortais dos soldados, nosso Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, afirmou: *“As urnas dos soldados brasileiros não vieram de Pistoia, apenas pelo imperativo dos nobres sentimentos afetuosos do nosso povo, mas porque sua presença fazia-se necessária em solo pátrio”*. Neste momento, a banda de Clarins do Batalhão de Guarda executou o toque de silêncio e o Hino da “Vitória”. Depois desta canção, que mostra a própria alma embelezando-se com seus versos, as urnas dos 451 soldados do Brasil foram depositadas no Panteão e descansam no silêncio e na tranquilidade. Todos companheiros uns dos outros; assim como foram em batalha, agora no descanso, acompanhados por frei Orlando, dormindo o sono eterno do corpo.

Finda a guerra, com o decreto-lei número 20.680, de 28 de fevereiro de 1946, o Presidente da República, Getúlio Dorneles Vargas, erige Frei Orlando como Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).

No dia 26 de janeiro do mesmo ano, dias antes, o mesmo presidente por meio do Decreto 8.921, estendia a assistência religiosa à Marinha e à Força Aérea. Desta maneira, as três Forças estavam amparadas pela assistência espiritual e religiosa, levada pelos capelães militares.

Concluímos nosso passeio pela vida de Frei Orlando, transcrevendo a sua carta de despedida. Como ele tinha esta certeza de que morreria, deixou escrita esta carta para ser entregue às suas irmãs. Está escrito no envelope: “Para ser aberto depois de minha morte”. Eis a carta, por intermédio da qual encerramos este capítulo com chave de ouro:

MINHAS IRMÃS

A paz de Deus esteja com vocês. Um dia, em uma manhã cheia de sol, vocês colheram umas flores. Flores que vocês plantaram. E me ofereceram as flores, também numa brilhante manhã de sol. Sol no firmamento belo de nossa Pátria! Sol nos corações de vocês: sol da graça. Sol, sobretudo, no meu coração. O Sol do Espírito Santo que então recebi pelo Sacramento da

Ordem, da minha Ordem Franciscana. As flores, lembro me bem, eram cinco margaridas e cada uma delas, na sua singeleza e brancura, devia representar uma de vocês. E elas ornaram, na vida, a minha cela de Frade. Nunca mais as viram... Eu queria depositar uma por uma, ao lado de cada uma de minhas queridas irmãs, que Jesus chamasse para a recompensa eterna... Mas, parece-me que não é este o plano de Jesus. Eu fui primeiro... E as margaridas, agora, murchas, feias, pelo tempo enegrecidas, lembram-nos da alegria que tivemos: vocês plantando-as, colhendo-as e oferecendo-as ao irmão caçula, que subia os degraus do altar do Senhor! Eu me lembro do momento feliz daquela manhã... E, por isso, quero dar-lhes de presente as margaridas. Quando chegar, também, a vez de vocês se despedirem, quem ficar ainda coloque ao lado da irmã a margarida plantada e colhida ao Padre da família. E eu estarei satisfeito, porque estarei com Jesus. Nunca pensei em deixá-Lo! Nunca! Quando o desânimo queria apoderar-se de mim, pensava no sofrimento Dele, Jesus! Passei minha vida sempre rindo, embora tivesse muitos motivos de chorar... Sejam também assim, traduzam os sofrimentos pelo riso... Adeus! Espero que Jesus me receba de braços abertos para poder esperar por vocês! Adeus Margaridas!

Vila Militar, RJ. 31 de Agosto de 1944

Frei Orlando.

Referências

Departamento-Geral do Pessoal. **Frei Orlando – Patrono do Serviço de Assistência Religiosa**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/bdeefcnu>>. Acesso em: 09/12/2024.

PALHARES, Gentil. **Frei Orlando, o capelão que não voltou**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/4j7erfrf>>. Acesso em: 09/12/2024.

Jornalismo de Guerra. **Crônicas, histórias, notícias e relatos sobre o Brasil na II Guerra Mundial. Frei Orlando: um controverso e duvidoso processo de beatificação**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/36jr9bzf>>. Acesso em: 09/12/2024.

Ecos da Segunda Guerra. FEB - **A Morte de Frei Orlando**. Disponível em: <<https://segundaguerra.org/feb-a-morte-de-frei-orlando/>>. Acesso em: 09/12/2024.

MAGALHÃES, João. Jornal das Lajes. **Frei Orlando, o capelão que não voltou (II)**. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3zj35cmb>>. Acesso em: 09/12/2024.

LIMA, Rogério de Carvalho. **Capelães de FEB, participação histórica da Capelania Militar do Exército Brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial (1944 – 1945)**. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

(*) Segundo-Tenente Capelão do Exército Brasileiro.



Capítulo V

Coronel Capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis: O primeiro Capelão-Chefe do SAREx

Daniel Mata Roque ()*

Introdução

Com a Proclamação da República (1889) e a separação entre Igreja e Estado defendida pela doutrina positivista, que influenciava os líderes militares e civis que arquitetaram o golpe contra D. Pedro II e o futuro III Reinado da Princesa D. Isabel, foram extintos diversos vínculos oficiais, ideológicos e financeiros entre o Estado Brasileiro e a Igreja Católica.

Um deles foi o serviço de Capelania Militar, que deixou de existir por força do Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890, cujo Art. 4º declara oficialmente que “fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas”, seguido das disposições constitucionais de 1891, uma vez que a nova Carta Magna proibiu o Estado de “estabelecer, subvencionar ou embaraçar o exercício de cultos religiosos” (Brasil, 1891, Art. 11-2º) e, explicitamente, estabeleceu que “nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência ou aliança com o Governo da União ou dos Estados” (Brasil, 1891, Art. 72-7º).

Proibida a subvenção e a aliança, os religiosos não poderiam mais atuar como os servidores públicos – civis ou militares – que, na prática, até então eram (Lima, 2021).

Apenas meio século depois, no contexto da Segunda Guerra Mundial e dentro do esforço do Presidente Getúlio Vargas para restabelecer boas relações com a Igreja Católica e reabilitar publicamente a memória e as realizações do Império do Brasil, o serviço de Capelania Militar seria recriado nas Forças Armadas do Brasil.

Para o Capelão Alberto Reis, “o Serviço Religioso das Forças Armadas deve-se a duas pessoas: Dom Jaime de Barros Câmara [então Arcebispo do Rio de Janeiro, depois Cardeal e primeiro Vigário Castrense do Brasil] e Doutor Getúlio Dornelles Vargas” (Reis in Motta, 2001, p. 217).

O novo Serviço de Assistência Religiosa (SAR) foi criado para integrar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), nos moldes do exército norte-americano, ao qual os brasileiros se integraram. No grupo dos capelães, pela primeira vez, também havia ministros evangélicos – apenas dois, frente a outros 25 padres e freis católicos – o que pode ser visto como resultado do aumento de evangélicos na população brasileira nas primeiras décadas do século XX e da organização e articulação política da Confederação

Evangélica do Brasil, que pleiteou tais vagas ao governo e indicou os dois aprovados.

O SAR, ao contrário do grosso do efetivo da FEB, era composto exclusivamente por voluntários. Dentre estes, podemos destacar a figura do Padre Alberto da Costa Reis, cuja trajetória biográfica analisaremos a seguir.

Coronel Capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis

Alberto da Costa Reis nasceu em Maceió, capital do estado de Alagoas, hoje região Nordeste do Brasil, em 02 de janeiro de 1916 (Exército, 1984). Estudou no Colégio Diocesano, em Maceió, e formou-se em teologia no Seminário Central da Imaculada Conceição, em São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul (Reis, 1983).

Retornou a Alagoas, onde foi ordenado padre, sacerdote da Igreja Católica Apostólica Romana, no ano de 1942 – o mesmo em que, em virtude dos torpedeamentos de navios mercantes em nosso litoral, pouco ao sul de Alagoas, o Brasil ingressou na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha e a Itália (Reis *in* Motta, 2001).

Nessa cidade atuou como professor de psicologia e lógica no Colégio Estadual de Alagoas e foi designado pela Arquidiocese como assistente eclesiástico da Guarnição Militar de Maceió, atendendo espiritualmente aos militares católicos das unidades do Exército e das polícias lá sediadas, e estendendo-se, inclusive, a uma base aeronaval norte-americana ali instalada já no contexto do Brasil em guerra, onde estavam baseados os famosos dirigíveis de patrulha “blimp” (Reis, 1983).

Em 1944 o Padre Alberto mudou-se com a família para o Rio de Janeiro e, no mesmo ano, voluntariou-se para integrar a Capelania Militar criada para a Força Expedicionária Brasileira, onde foi designado para o II Grupo do 1º Regimento de Obuses Auto-Rebocados (105mm), o Grupo Da Camino, de artilharia.

Juntamente com os capelães Padre Noé Pereira e Padre João Pheeney de Camargo e Silva (este nomeado como capelão-chefe da FEB), o Padre Alberto integrou o primeiro escalão de embarque da tropa brasileira, partindo do Rio de Janeiro em 02 de julho de 1944, a bordo do navio norte-americano de transporte de tropas *General Mann*, e desembarcando em Nápoles, na Itália, duas semanas depois, em 16 de julho. A FEB seria a única tropa latino-americana a combater na Europa durante a Segunda Guerra Mundial (Reis *in* Motta, 2001).

Assim como ocorreu com o grupo de enfermeiras da FEB, também voluntárias e também um quadro novo criado para a guerra nos moldes norte-americanos, os capelães eram, inicialmente, “civis fardados”, sem posto militar ou nível hierárquico claro. Eles recebiam como 1º tenente, agregados ao Estado-Maior, e elas como 3º sargento, dentro do Serviço de Saúde (Roque; Porto, 2025; Roque, 2019).

Em ambos os casos a mudança e a “efetivação” como militares – ainda que, então, temporários ou honorários – veio por sugestão/imposição do modelo e dos militares norte-americanos: o próprio Padre Alberto relata que, ao chegarem à Itália, reuniram-se com o Capelão-Chefe do V Exército Norte-Americano, Padre Ryan, católico e no posto de coronel.

Surpreso com a situação brasileira, disse que conversaria com o Comando da FEB, o que deu resultado efetivo: todos os capelães receberam postos e estrelas correspondentes²⁷, ficando o Padre Alberto, como capelão de grupo, arvorado a 1º tenente honorário (Reis *in* Motta, 2001).

Junto ao Grupo Da Camino²⁸ o Padre Alberto desempenhou sua função por um ano, acompanhando a tropa na frente de combate até a rendição alemã em maio de 1945. Retornou ao Brasil em 18 de julho de 1945, com o primeiro contingente de veteranos, a bordo do navio norte-americano *General Meighs*. Recebeu a Medalha de Campanha, a Medalha de Guerra e a Cruz de Combate de 2ª Classe, essa por feito de bravura coletiva.

Sobre a experiência na guerra, ao narrar seu batismo de fogo, deitado ao lado de um jipe para fugir das explosões de granadas lançadas pelos alemães na estrada, quando ia cumprir sua missão espiritual na linha de frente, registou: “quem disser que não tem medo de morrer está mentindo ou está doido, porque medo a gente tem. Eu nem diria bem medo, diria saudades da vida [...]” (Reis *in* Motta, 2001, p. 208).

Dentre vários casos e causos contados pelo Padre Alberto com relação à experiência do sacerdócio cristão em uma frente de combate, na multiplicidade de funções da capelania, podemos destacar sua atuação quando um soldado da 1ª Bateria do Grupo Da Camino teve uma “crise nervosa” – ou um surto psiquiátrico – e, armando-se com uma carabina, anunciou que ninguém mais poderia atirar com os canhões em posição, ou ele abria fogo contra os companheiros.

Com a mediação voluntária do Padre Alberto, que apelou para a honra familiar e para a tristeza que a mãe do soldado sentiria ao saber daquela situação, conseguiu-se desarmar o “revoltoso” e embarcá-lo na ambulância do Posto Avançado de Neuro-Psiquiatria da FEB, a caminho da internação, com a qual ele só concordou mediante a garantia de que o capelão o acompanharia, na ambulância e no hospital, pelo tempo que fosse necessário (Reis, 1994).

Conforme registrado nas memórias do Padre Jacob Emilio Schneider, também capelão da FEB, servindo no I Batalhão do 1º Regimento de Infantaria, “o impacto violento dos combates causara em muitos um notável

²⁷ Interessante observar que, tendo o Frei Orlando – do II Batalhão do 11º Regimento de Infantaria – recebido o posto honorário de capitão do Exército Brasileiro, foi um capelão o militar da FEB de mais alta patente a morrer na guerra.

²⁸ O Coronel Geraldo Da Camino, comandante do II/1º ROAuR e por cujo nome a unidade era conhecida, foi enviado de volta ao Brasil logo após o fim da guerra, em 17/05/1945, passando a unidade, administrativamente, ao comando do Tenente-Coronel Emílio Maurel Filho até retornar ao Brasil, dois meses depois.

trauma psicológico” e a missão dos comandantes e, em particular, dos capelães era também “restabelecer o equilíbrio mental e emocional” da tropa (Schneider, 1983, p. 67). Ainda segundo Schneider, as missas celebradas na linha de frente e na retaguarda se tornaram cada vez mais concorridas durante a campanha, aumentando de público conforme a unidade progredia na experiência de combate.

Também podemos destacar o efeito cultural e simbólico exercido sobre os combatentes da FEB – e, em particular, os capelães – pela visita à Itália, capital mundial do catolicismo, às suas igrejas e aos seus locais sagrados, com destaque para as romarias coletivas ao Vaticano e as audiências com o Papa Pio XII, que abençoou diversos brasileiros falando em português. Foi provavelmente a primeira vez que o Padre Alberto visitou Roma e esteve diante do Sumo Pontífice, uma jornada, em meio a tanta tragédia, que deve ter lhe fortalecido a fé e a missão.

Os capelães da FEB também estiveram em frequente contato com o Pontifício Colégio Pio Brasileiro, local de formação religiosa dos padres brasileiros em Roma, onde diversas reuniões e discussões teológicas tiveram lugar (Schneider, 1983; Reis *in* Motta, 2001).



Capitão Capelão Padre Alberto da Costa Reis
Fonte: A Noite Ilustrada, 14/10/1947, p. 6

O SAR foi tornado permanente logo após o retorno da FEB, através do Decreto-Lei nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946²⁹ e desde então previa

²⁹ Já no mês seguinte o Decreto nº 20.680, de 28 de fevereiro de 1946, instituiu o Capitão Capelão Militar Antônio Álvares da Silva, titulado Frei Orlando, como Patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro. Frei Orlando também integrou a FEB e morreu vítima de um acidente com arma de fogo quando se dirigia à frente de combate para abençoar e confortar as tropas na véspera do decisivo ataque ao Monte Castello. É curioso observar que o decreto que cria o SAR refere-se apenas a “Serviço de Assistência

absorver novos capelães que se candidatassem, não apenas os ex-integrantes da FEB. Já no primeiro ano de funcionamento pós-guerra o SAR tinha 57 integrantes – mais que o dobro de capelães veteranos existentes, dos quais apenas 15 escolheram permanecer na ativa –, sendo apenas um pastor evangélico: o capelão veterano da FEB Juvenal Ernesto da Silva (Servir, 1947).

Ainda não havia previsão para que os capelães tivessem posto militar nem se tornassem militares de carreira, mas sim – e novamente – civis convocados e fardados. Logo depois, no entanto, com as modificações trazidas pelo Decreto-Lei nº 9.505, de 23 de julho do mesmo ano, todos os capelães, incorporados às três Forças, foram comissionados como capitães capelães, com os vencimentos correspondentes.

O capelão designado como Chefe do SAR³⁰ seria coronel capelão, e os capelães designados para as escolas de formação de oficiais seriam maiores capelães, embora mantivessem o soldo de capitão e, ao deixarem essas funções específicas e retornarem como “capelães de tropa”, tornariam-se novamente capitães capelães, sem direito à promoção.

Foi assim que o Padre Alberto se voluntariou para seguir como capelão militar do Exército Brasileiro, sendo comissionado como capitão e designado para apoiar moral, intelectual e espiritualmente o I Batalhão de Guardas (BG), no Rio de Janeiro, onde serviu por vários anos, desde a sua reincorporação em outubro de 1946 até setembro de 1958, atendendo toda a guarnição militar sediada no bairro carioca de São Cristóvão³¹.

Enquanto servia no BG o Capelão Alberto celebrou o casamento do companheiro Tenente Apollo Miguel Rezk, herói da FEB nas conquistas de Monte Castello e La Serra, ferido em combate e agraciado com a Cruz de Combate de 1ª Classe e as americanas Distinguished Service Cross e Silver Star (Reis *in* Motta, 2001).

Apollo casou-se com Yvette Antunes em 26 de maio de 1951, na Igreja de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro (Enlace, 1951, p. 40).

Religiosa nas Forças Armadas”, e assim seria, sem distinção de cada Força, até a década de 1970. Mas a escolha do patrono foi setorizada, especificamente para o Exército, e não para as Forças Armadas no geral, cunhando no decreto a expressão “Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro”, que demoraria décadas para ser novamente usada de forma oficial. O Serviço de Assistência Religiosa da Marinha teria um patrono oficialmente designado apenas em 1988 (Padre Redomark Fernandes), e o Serviço de Assistência Religiosa da Aeronáutica faria o mesmo em 2004 (Padre Bartolomeu de Gusmão).

³⁰ A função de Chefe do SAR foi formalmente criada pelo mesmo Decreto-Lei nº 9.505. Na mesma data de 23 de julho de 1946 foi baixado o Regulamento do Serviço de Assistência Religiosa, por meio do Decreto nº 21.495, estabelecendo a chefia subordinada ao Conselho de Segurança Nacional, que deveria intermediar o relacionamento do capelão-chefe com os três ministérios militares e seus gabinetes. Essa hierarquia foi alterada pelo Decreto nº 27.373, de 28 de outubro de 1949, que transferiu a chefia do SAR para a subordinação direta ao Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), por sua vez criado também em 1946, como Estado-Maior Geral (Decreto nº 9.107, de 1º de abril), e reestruturado como EMFA em 1948 (Decreto-lei nº 600-A, de 24 de dezembro). O primeiro Capelão-Chefe do SAR foi o Monsenhor Leovigildo Franca, que exerceu a função desde a sua criação até setembro de 1950, quando foi exonerado a pedido.

³¹ Arquivo Histórico do Exército. Pasta do Coronel-Capelão Alberto da Costa Reis.



Capitão Capelão Padre Alberto da Costa Reis
em continência ao Corpo da Guarda do 1º Batalhão de Guardas (1º BG)
Fonte: A Noite Ilustrada, 30/09/1947, p. 6

Em 1949, sem deixar o 1º BG, Alberto tornou-se cumulativamente adjunto do chefe do SAR (Designação, 1949), então oficialmente renomeado com a sigla SARFA – Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas, supervisor da capelania do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares de todo o país.

Com a saída do Monsenhor Leovigildo Franca da chefia do SARFA, em setembro de 1950, Padre Alberto assumiu interinamente a função e exerceu-a por dois meses. Em novembro de 1950 houve uma reformulação do Serviço pelo aspecto da administração religiosa, sendo criado pelo Papa Pio XII o Vicariato Castrense do Brasil, função exercida cumulativamente pelo Arcebispo do Rio de Janeiro, como um supervisor e orientador do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

No mesmo mês o Padre Alberto transmitiu a chefia do SAR ao Monsenhor João Pheeney de Camargo e Silva, antigo Capelão-Chefe da FEB e veterano da Revolução Constitucionalista de 1932, que exerceu-a até 24 de março de 1958, sendo exonerado a pedido e permanecendo como capelão militar³².

³² Acervo do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.



Padre João Pheeney de Camargo e Silva,
Capelão-Chefe da FEB, celebrando missa campal na Itália (1944)
Fonte: Associação Nacional dos Veteranos da FEB (MIS/ANVFEB-DC)

Monsenhor Pheeney foi sucedido pelo Cônego Marcial Muzzi do Espírito Santo, também veterano da FEB, adjunto do SARFA comissionado como major capelão que assumiu em caráter interino. Em setembro do mesmo ano de 1958 o Major Capelão Cônego Muzzi teve um colapso cardíaco súbito, passando cinco dias internado no Hospital Central do Exército, onde veio a falecer no dia 13 do mesmo mês. Três dias antes assumira a chefia do SARFA, de novo em caráter interino, o Capitão Capelão Padre Alberto, que dessa vez seria efetivado na função³³.

Em virtude da nova função, ainda de acordo com o regulamento de 1946, Padre Alberto foi comissionado como coronel capelão, com direito às insígnias e às honras do posto, mas sem os vencimentos. Ao assumir plenamente a função de Chefe do SARFA o Capelão Alberto da Costa Reis também foi distinguido pela Igreja Católica com o título de monsenhor³⁴.

³³ Acervo do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

³⁴ Acervo do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

Na ocasião ainda não existia um Ordinariado Militar próprio no país, e Dom Jaime de Barros Câmara continuava a exercer a função de Vigário Castrense do Brasil.

Como Chefe do SARFA, o capelão veterano integrou a Comissão de Repatriação dos Mortos da FEB e celebrou a missa solene com a qual os restos mortais foram recebidos e sepultados no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, inaugurado no Rio de Janeiro em 05 de agosto de 1960, além de acompanhá-los desde Roma (Transladação, 1960).

Monsenhor Alberto chefiou o SARFA de 10 de setembro de 1958 até 22 de junho de 1964, exonerado a pedido³⁵. Foi sucedido pelo novo Coronel capelão Dom Alberto Trevisan, capelão militar sagrado bispo no mesmo ano e que foi, cumulativamente com a chefia do SARFA, o primeiro Bispo Auxiliar do Vicariato Castrense do Brasil, exercido a partir de 1963 por Dom José Newton de Almeida Baptista, Arcebispo de Brasília, nova capital nacional desde 1960³⁶.

Em agosto de 1964 o Capelão Alberto Reis foi transferido para o Quartel-General do IV Exército, na cidade de Recife, onde retomou as funções de capitão capelão da tropa e do comando (Atos, 1964).

Em dezembro do mesmo ano voluntariou-se como capelão para integrar a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) para manutenção da paz na região de Suez, no Oriente Médio, onde o Brasil mantinha desde 1957 o efetivo militar de um batalhão (cerca de 460 homens), cuja metade era revezada a cada seis meses (Motta, 2010).

O conflito cultural-político-religioso na região do Oriente Médio é mais do que milenar, onde fiéis das três maiores religiões monoteístas do mundo – judeus, católicos e muçulmanos – convivem, ora de maneira mais integrada e harmoniosa, ora em conflitos profundos, disputando os mesmos territórios e locais sagrados.

Em 1956, com a nacionalização da Companhia do Canal de Suez pelo governo egípcio de Gamal Abdel Nasser, forças francesas, britânicas e israelenses atacaram o Egito para manter seus interesses geopolíticos e econômicos na região.

Após um armistício, intermediado pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada no mesmo ano a UNEF, primeira grande missão de paz da ONU, com tropas de várias nacionalidades e comando de um general de três estrelas, para supervisionar o cessar-fogo e a saída das forças estrangeiras do Egito, bem como para agir como uma força-tampão a separar os egípcios e os israelenses na disputada fronteira da Península do Sinai com o Sul de Israel e a Faixa de Gaza (Motta, 2010).

³⁵ Acervo do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.

³⁶ Disponível em <https://arquidiocesemilitar.org.br/clero/dom-alberto-trevisan>. Acesso em 01 nov 2025.

Aceito como voluntário, Monsenhor Alberto foi então transferido para o III Batalhão do 2º Regimento de Infantaria³⁷, popularizado como “o Dois de Ouro” e sediado na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

Essa foi a unidade designada para o cumprimento da missão de paz, passando a ser conhecida como Batalhão Suez. Alberto integrou o 16º Contingente da missão, partindo do Rio de Janeiro em janeiro de 1965, a bordo do navio de transporte de tropas da Marinha do Brasil *Ary Parreiras*, com cerca de 240 companheiros, rumo a Port Said, no Egito, em uma viagem de quase 30 dias (Cupertino *in* Motta, 2010).

Diversos outros veteranos da FEB tomaram parte na missão em Suez ao longo da década, inclusive os dois brasileiros que comandaram a UNEF: General de Divisão Carlos Flores de Paiva Chaves (1964), que na FEB, como tenente-coronel, fora observador de motomecanização junto ao quartel-general da 1ª Divisão Blindada do V Exército dos EUA, ao qual os brasileiros eram subordinados, sendo ferido em combate por estilhaços de granada³⁸; e General de Divisão Syzeno Sarmento (1965-1966, durante a atuação do Capelão Alberto), que na FEB, como major, comandou o II Batalhão do 1º Regimento de Infantaria e participou da Tomada de Monte Castello, agraciado com a Cruz de Combate de 2ª Classe por ato de bravura coletiva. O Comandante do 16º Contingente, Tenente-Coronel Sylvio Christo Misco, quando tenente, foi Comandante do Pelotão de Canhões Anticarro do III Batalhão do 6º Regimento de Infantaria da FEB, sendo agraciado com a Cruz de Combate de 1ª Classe por ato de bravura individual.

Usando a boina azul com o símbolo da ONU, as tropas portavam armas durante as missões de patrulha e vigilância, mas só podiam reagir em caso de autodefesa (Motta, 2010). O capelão, claro, tinha como arma a palavra e a fé. Uma capela católica havia sido construída na Faixa de Gaza, na região denominada como Campo Brasil, onde ficava a sede do Comando do Batalhão brasileiro, além dos órgãos de apoio e parte da tropa. Ali as missas eram celebradas com regularidade pelo capelão católico (Misco *in* Motta, 2010).

Conforme relata o então comandante Coronel Misco, o Capelão Alberto celebrava missa para o batalhão brasileiro “quase todo dia”, era muito enturmado com a tropa, participava das formaturas diárias pela manhã e “gostava de esportes” (Misco *in* Motta, 2010, p. 86). Na descrição de um jornalista, Padre Alberto era “alvo, moço e culto”, vinha “sempre com um sorriso nos lábios e um profundo desejo de auxiliar quem quer que seja” (Servir, 1947). Após um ano de missão na fronteira árabe-israelense, baseado na Faixa de Gaza, o 16º Contingente retornou ao Brasil em fevereiro de 1966, por via aérea, nos recém-adquiridos aviões Hércules da Força Aérea Brasileira (Cupertino *in* Motta, 2010).

³⁷ Atual 2º Batalhão de Infantaria Motorizada (Escola), subordinado à 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Grupamento de Unidades Escola) e ainda sediado na Vila Militar, no Rio de Janeiro.

³⁸ Museu da Vitória Brigadeiro Nero Moura. Verbete biográfico. Vide <https://tinyurl.com/bdej6v6s>.



Capelão Militar celebrando missa na Faixa de Gaza em 1965

Fonte: imagens geradas por inteligência artificial (ChatGPT) a pedido do autor

De volta ao Brasil, Monsenhor Alberto foi mais uma vez servir no Recife por alguns anos, como capelão do Quartel-General da 7ª Região Militar (Capelães, 1969). Durante seus sermões, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, o Monsenhor Alberto parece ter sido uma voz firme e constante da ala conservadora da Igreja Católica, militando contra o comunismo internacional.

Foi presença constante nas missas solenes celebradas pelos mortos brasileiros na Intentona Comunista (1935) e na Segunda Guerra Mundial (1944-1945), além de atos litúrgicos pela alma e pela memória de militares tombados no combate à guerrilha de esquerda no Brasil, com falas contrárias à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, principalmente, à União Soviética e à Internacional Socialista (Gueiros, 1971).

Com a reestruturação do SARFA e a extinção de sua chefia junto ao EMFA, a partir da Lei nº 5.711, de 08 de outubro de 1971, a Capelania Militar foi desmembrada e cada Força singular organizou seu próprio Serviço de Assistência Religiosa, subordinado ao respectivo Departamento de Pessoal e com chefias independentes.

Foi então estipulado e aumentado o Quadro de Efetivos de Capelães Militares da Reserva Não Remunerada e estabelecida uma carreira mínima para os capelães, ainda com a progressão limitada a capitão (exceto as chefias) e com a necessidade de renovação do “estágio militar” a cada três anos³⁹.

³⁹ Os capelães se tornaram militares efetivos do quadro da ativa, com estabilidade, progressão de carreira, reserva remunerada e todos os demais direitos e deveres dos oficiais, inclusive soldo correspondente, com a Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, atualmente em vigor. O acordo diplomático celebrado entre o Brasil e a



Coronel Capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis
Fonte: Revista do Exército Brasileiro, out/dez 1983, p. 221

Ao ser organizado o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), mediante a Portaria Ministerial (MEx) nº 995, de 9 de outubro de 1972, o Capitão Capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis foi designado como seu primeiro chefe, assumindo a função em 08 de julho de 1973, mais uma vez comissionado como coronel capelão⁴⁰.

Extremamente curioso observarmos, em uma instituição pautada em hierarquia e disciplina, a “progressão de carreira” deste capelão: civil, tenente, capitão, coronel, de novo capitão e de novo coronel.

Em 1976, ao atingir 60 anos de idade, conforme previa a lei, o Monsenhor Alberto foi transferido *ex officio* para a reserva remunerada, no posto de coronel, mas foi especialmente designado para o serviço ativo, mantendo-se na chefia do SAREx, fardado, até 25 de dezembro de 1983.

Deixou as funções efetivas no Exército e mudou-se em 1984 para Recife, capital do estado de Pernambuco, retornando ao Nordeste do Brasil, onde continuou celebrando missas, particularmente na Igreja Nossa Senhora da Conceição dos Militares.

Santa Sé em 23 de outubro de 1989 criou o Ordinariato Militar do Brasil, chefiado por um clérigo civil nomeado pela Igreja, com status de Arcebispo, para liderar moral e espiritualmente os capelães de todos os Serviços de Assistência Religiosa das Forças Armadas. Nessa data, Dom José Newton de Almeida Baptista, Vigário Castrense do Brasil desde 1963 e Arcebispo de Brasília de 1960 até 1984, tornou-se o primeiro Arcebispo Militar do Brasil.

⁴⁰ Acervo do Serviço de Assistência Religiosa do Exército.



Monsenhor Alberto é promovido a coronel ao assumir o SAREx

Fonte: Diário de Pernambuco, 30/03/1973, p. 1

Em 1998, com mais de 80 anos de idade, teria articulado com o então Ministro do Exército, General Zenildo de Lucena, a nomeação do primeiro – e até hoje único – capelão evangélico para a chefia do SAREx: Coronel Capelão Pastor Elio Eugênio Müller (Alonso, 2016).

Seria mais uma quebra de paradigma, renovação e preservação institucional, demonstração de certa tolerância religiosa em um Brasil mudado e um novo enfrentamento de uma profícua fronteira cultural.



Monsenhor Alberto celebrando missa na Igreja

Nossa Senhora da Conceição dos Militares, no Recife, em 1994.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (imagem congelada extraída de vídeo)

O Coronel capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis faleceu na cidade de Recife em 24 de fevereiro de 2004, aos 88 anos de idade⁴¹.



Monsenhor Alberto e Major Elza Cansanção Medeiros, enfermeira veterana da FEB, durante entrevista em 1994.

Fonte: Arquivo Histórico do Exército (imagem congelada extraída de vídeo)

Considerações finais

O capelão militar deve tratar não apenas do mistério da fé, mas principalmente do mistério da vida. Todo sacerdote católico deve ser, também, um filósofo, um orador e um psicólogo.

A batina justaposta à farda deve representar mais do que espiritualidade e, mesmo, do que a presença etérea da deidade – se é que a fé permite acreditar que há algo mais do que isso –, mas, humanamente, simbolizar educação, disciplina, patriotismo, ânimo.

Em uma palavra: sentido – e em sentido amplo.

O sentido de cada missão militar, arriscando a vida e a segurança, precisa estar conectado ao próprio sentido da existência.

Acreditamos que o Coronel capelão Monsenhor Alberto da Costa Reis bem encarnou essa missão, à qual dedicou a vida, e, nestas breves linhas em que esboçamos sua trajetória eclesiástica e militar, exemplo de dupla vocação, esperamos transmitir alguma inspiração.

Referências

ALONSO, Leandro Seawright. As memórias da Capelania Militar e o Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro: história, (in)tolerância e chefia castrense. **Revista Horizonte**, Belo Horizonte, v. 14, n. 44, p. 1589-1618, out./dez 2016.
ATOS do Ministro. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 01 ago 1964, p. 8.
BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 1891.

⁴¹ Cadastro Nacional de Falecidos. Alberto da Costa Reis. Acesso em 18 set 2025.

CAPELÃES Militares completam 25 anos de contínuos serviços. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 01 jun 1969, p. 8.

CUPERTINO, José Mauro Moreira. *in* MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). **História Oral das Operações de Paz: Missão em Suez**. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2010.

DESIGNAÇÃO de Capelão Militar. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, 25 jun 1949, p. 5.

ENLACE Yvette Antunes - Apollo Rezk. **Vida Doméstica**, Rio de Janeiro, jul 1951, p. 40.

EXÉRCITO. **Correio Braziliense**, Brasília, 02 mar 1984, p. 20.

GUEIROS comparece à missa por alma do tenente Levino. **Diário de Pernambuco**, Recife, 31 mar 1971, p. 3.

LIMA, Rogério de Carvalho. **Capelães da FEB**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2021.

MISCOW, Sylvio Christo. *in* MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). **História Oral das Operações de Paz: Missão em Suez**. Tomo II. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2010.

MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). **História Oral das Operações de Paz: Missão em Suez**. Tomo I. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2010.

REIS, Alberto da Costa. Depoimento concedido à Major Elza Cansanção Medeiros. Vídeo em VHS, digitalizado (72 min). Acervo do Arquivo Histórico do Exército. Recife, 1994.

REIS, Alberto da Costa. Quando o conheci. **Revista do Exército Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 120, nº 4, p. 218-221, out/dez 1983.

REIS, Alberto da Costa. *in* MOTTA, Aricildes de Moraes (coord). **História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial**. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

REIS, Alberto da Costa. O Serviço de Assistência Religiosa no Exército ontem e hoje. *in* PALHARES, Gentil. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2013.

ROQUE, Daniel Mata. **A Veterana**. Rio de Janeiro: AHIMTB, 2019.

ROQUE, Daniel Mata; PORTO, Fernando. **De Altamira a Zilda: a guerra permanente das enfermeiras da Força Expedicionária Brasileira**. São Paulo: Dialética, 2025.

SCHNEIDER, Jacob Emílio. **Vivência de um ex-capelão da FEB**. Curitiba: Edições Rosário, 1983.

SERVIR a Deus servindo ao Brasil. **A Noite Ilustrada**, Rio de Janeiro, 30 set 1947, p. 5.

TRANSLADAÇÃO dos corpos dos ex-combatentes da FEB. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 nov 1960, p. 6.

(*) Cineasta e Historiador. Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército e do Museu Virtual da FEB.



Capítulo VI

Curso de Formação de Capelães Militares: O Capelão na Escola

Filipe Costa Machado ()*

Introdução

Depois de uma rotina cansativa – que geralmente dura alguns anos – de estudos teológicos e do nosso idioma pátrio, de treinos árduos e, por fim, infundáveis exames de saúde e psicotécnico, chega o tão sonhado dia da matrícula no Curso de Formação de Capelães Militares, por ora realizado junto com o Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar de Oficiais e do CFO do Serviço de Saúde, na Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército (EsFCEx) na gloriosa cidade de Salvador, BA.

A EsFCEx tomou para si a missão de transformar civis já graduados, muitos com anos de atuação em suas respectivas áreas, em militares de carreira, responsáveis por importantes Serviços e Quadros do Exército Brasileiro. Com o capelão militar, não é diferente.

Segundo a Lei nº 6.923 de 1981 que “dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas”, todo capelão militar de carreira deve entrar no Serviço com no mínimo 30 anos, formação teológica regular de nível universitário, pelo menos 3 anos de atividades pastorais, consentimento da autoridade eclesiástica e ser aprovado em todas as etapas do concurso.

Após toda essa homérica aventura, passará por estágio de instrução e adaptação de no máximo 10 meses – no caso da EsFCEx, em torno de 36 semanas –, que constará de um período de instrução militar geral, um período como observador na Escola de Sargentos, na Academia de formação de Oficiais da linha bélica – AMAN – e em corpo de tropa. É sobre essa longa – e paradoxalmente rápida – trajetória que versa o presente capítulo.

O Curso de Formação de Capelães Militares

O curso é composto de 37 semanas, o CF/CM tem por objetivo adaptar o líder religioso, padre ou pastor, à vida na caserna, bem como equipá-lo das ferramentas necessárias para que desempenhe sua função na Força. Sendo assim, o curso se divide em dois períodos: o Curso Básico de Formação Militar – CBFM – e o Curso de Formação Específica.

Curso Básico de Formação Militar

Esse é o período inicial do Curso de Formação, com em torno de 20 semanas. É nesse momento que o civil se torna militar, aprende suas regras, seus rituais, seus simbolismos. Em suma, adquire o *ethos* militar. Há três importantes marcos desse curso: o internato, as instruções e os campos (e atividades relacionadas a esse último). Eles se entrelaçam, porquanto essa divisão é apenas didática aqui.

As primeiras semanas do curso são particularmente tensas. É nesse período em que acontece a entrega de documentos e a resolução de toda pendência necessária para dar início ao curso, cheio de expectativas, ansiedades e preocupações.

São dias em que se vai para a Escola com o cotonete, “uniforme” do meio militar que deixa clara a condição de quase aluno/candidato, e se espera que esteja tudo em ordem para a tão sonhada matrícula. Especialmente angustiante é ver um colega sendo reprovado por algum detalhe na documentação ou precisar acionar o sistema jurídico para regularizar sua situação. Mas a matrícula vem e com ela a tranquilidade de dias “piores”.

Findada a burocracia, tem-se dias de treinamentos para a tão esperada Entrada no Portão das Armas com a solene entrega da boina. Ali se aprende não somente a entrar em forma, a marchar, a atitude, o gesto e a duração adequados para a continência, mas também a compartilhar o espaço numa convivência forçada com estranhos que se tornarão seus irmãos de farda.

É quando se conhece o “canga”, o pelotão e a companhia, com os respectivos instrutores, tendo sua primeira experiência com a turma que vai se formando. As conversas giram em torno da formação e do lugar de origem, muito cheios de orgulho das suas cidades-natal, seus sotaques e costumes, costuradas durante as refeições rápidas que propiciam um intervalo renovador nos exaustivos treinamentos de ordem unida.

A formatura de entrega da boina na Entrada pelo Portão das Armas marca o início da vida castrense. É mais do que “tomar posse em um concurso público”; é o passo inicial de uma longa caminhada de dedicação completa ao serviço da Pátria; é a conquista e o compromisso que se firma com a instituição de carregar consigo seus valores e cumprir seus deveres.

Mas, como nem tudo – ou quase nada – são flores no militarismo, após a entrega da boina começa o internato. Trata-se do período em que o aluno fica duas semanas ou mais alojado na Escola, num convívio ininterrupto com seus colegas de turma.

Aqui se sente o cansaço depois de horas de ordem unida, Treinamento Físico Militar diário, canelites, dores na coluna, pouco sono e instruções no horário da noite. Além disso, há a infindável necessidade de realizar as atividades básicas do aquartelamento: lavar os uniformes, limpar os alojamentos, arrumar as camas de acordo com a Norma vigente, sem descuidar da apresentação pessoal. Tudo previsto pelos instrutores e

necessário para forjar o valor militar e incutir a mentalidade de resiliência e disciplina, tão importantes para a vida castrense.

Um aprendizado aqui é fundamental para os alunos: “nada detém a inexorável marcha do tempo”. Os futuros militares começam a desenvolver a expectativa da liberação, sem descuidar do cumprimento da missão, algo que vai acompanhá-los pelo resto da vida militar. É preciso, portanto, assimilar a disciplina de se fazer o que é necessário, mas sem esmorecer pelo cansaço, com os olhos fitos no horizonte próximo do almejado “fora-de-forma” de sexta-feira: ele chegará, pois, a marcha do tempo é invencível.

Para o capelão, há uma transição necessária durante esses primeiros dias. Acostumado muitas vezes a regalias e posições de destaque em suas paróquias e igrejas, o padre ou o pastor aqui se encontram na condição de meros alunos, mais um entre dezenas de profissionais da saúde, administradores, advogados, contadores e tantos outros. Sua postura pode – e deve – ser pastoral, espelhando o caráter do Nazareno e levantando o moral de seus colegas em momentos de maior desânimo.

Entretanto, ele precisa estar ciente de que não é o padre/pastor da turma, bem como não deve esperar tratamento diferenciado por ter sido outrora líder religioso. A mesma exigência do médico ou do professor recém-formado de 25 anos e solteiro será a do capelão, geralmente mais perto dos 40 anos e, no caso dos pastores, já casado e com filhos.

As semanas seguintes terão uma rotina constante: TFM, instruções e alguns dias de serviço. Os TFM são importantes para melhorar o condicionamento do aluno, não apenas para os Testes de Aptidão Física, que contam pontos na média e muitas vezes definem a classificação, como também para as difíceis missões dos campos.

Já no âmbito acadêmico-intelectual, as instruções vão primeiramente ensinar o aluno o básico da vida militar, ou seja, legislações pertinentes às Forças Armadas, organização do Exército, os regulamentos de serviços gerais, de continência e apresentação, disciplinar, de uniformes, de administração, além de armamento, história militar e liderança.

Somados a isso, o aluno ainda escreverá um TCC e um artigo de opinião. Portanto, não é raro ver um aluno “pagando” flexão à retaguarda da sala de aula ou assistindo uma instrução completa em pé. Os “braços de Morfeu” são bastante convidativos para alguém que tente dar conta de uma rotina assim.

Uma breve pausa nos aprendizados técnicos vem por conta das Olimpíadas do CFO, que geralmente acontecem na primeira metade do CBFM. O esporte e a competição são aspectos importantes da vida militar por estimularem o constante aprimoramento da capacidade física. São, portanto, dias de empenho e entrega por parte dos alunos, mas também de fortalecimento do espírito de corpo e da camaradagem. Aqui são formadas as memórias que serão levadas para o restante do curso e sem dúvida relembradas nas reuniões de turma de 10, 20, 30 anos ou até mais.

Uma atividade constante na vida militar e, portanto, do CFO são as formaturas. Diariamente os alunos entram em forma para apresentar o pelotão e companhia aos seus respectivos instrutores, informar alterações e faltas, além de receber avisos importantes do Corpo de Alunos.

É a primeira atividade do dia, também pode acontecer após o almoço e para liberação ao final do expediente. Além disso, semanalmente há a formatura da Escola com a presença do Comandante, Subcomandante, Estado-Maior, Banda de Música e demais militares da Organização Militar.

É o momento de receber as palavras e avisos do Comandante, prestigiar militares homenageados e mostrar ao Comando o desenvolvimento da Ordem Unida, da marcialidade e da vibração do Corpo de Alunos (CA). Tudo é ao mesmo tempo uma preparação e já a experiência do oficialato que inicia no Curso, mas ainda não consolidado.

Alguns dias ficam marcados para a história do aluno em formação. Um deles, sem dúvida, é o Tiro de Instrução Básico. Após diversos treinamentos no manejo do fuzil e Instrução Preparatória para o Tiro, vem o aguardado momento de se dirigir ao 19º BC para realizar de fato os disparos com o PARAFAL. O capelão militar é dispensado de realizar o TAT (Art. 21, Portaria nº 115-DGP, de 10 março de 2003), logo, durante a formação, a pontuação das notas de tiro de fuzil e pistola não contam e ele pode optar por não os realizar.

Porém, vale a experiência. O cheiro da pólvora, o som do disparo, o desconforto, a concentração segundos antes de apertar o gatilho, cada aspecto dessa atividade contribui na construção do caráter militar e é fundamental também para o capelão em formação, pois lhe permite adquirir os reflexos necessários para a carreira, como também entender a mentalidade dos seus subordinados, pares e superiores, a fim de melhor auxiliá-los em suas necessidades futuras ao longo da carreira.

Por fim, temos os temidos e ansiosamente aguardados Exercícios de Longa Duração e Sobrevivência, os campos do CFO. Antes deles, claro, são realizadas diversas atividades de preparo, como Dia Verde, Bivaque, marchas e aprestamento do material. Neles se aprende a acostumar-se com o desconforto da mochila e do armamento e a necessidade do melhor preparo, além de desenvolver técnicas que serão úteis nas atividades de campo. Esses, por sua vez, são os momentos mais difíceis do curso.

O Exercício de Longa Duração é o auge do CBFM. Aqui o aluno equipado e armado precisa cumprir uma série de missões, como patrulhas, transposições de obstáculos, progressão noturna e diurna, técnicas de camuflagem, orientação e até TFM, além do desconforto dos intermináveis dias desprovido de higiene pessoal, com poucas horas de sono numa barraca apertada até a consagrada “alvorada festiva”. Todo deslocamento é realizado com canções vibrantes, moral elevado e “joelho no peito”, porque o aluno é uma “bola de energia”.

Sem dúvida, o ELD é um importante momento para o capelão militar em formação. Mais uma vez, ele terá a oportunidade de acalantar ânimos e elevar o moral abatido de companheiros, em face do alto grau de cansaço e exigências físicas e psicológicas, exercendo efetivamente a prática da camaradagem e do companheirismo. Se “é na angústia que se faz o irmão” (Pv 17.17), é no ELD que o capelão pode ser visto como a calma, a serenidade e a confiança em Deus que o SAREx espelha para o Exército. Mais uma vez, toda dor é passageira e a liberação chega, para a alegria – e “tora” – do aluno. Além do ELD, o campo de sobrevivência, que pode acontecer em seguida ao primeiro ou em outro período, marca a formação dos alunos, apesar de serem os dois muito diferentes.

O segundo é mais técnico, com instruções de obtenção de água, alimento, fogo, construção de abrigos e armadilhas. Nele, os alunos tomam o famoso sopão e têm outras experiências um pouco mais “inesquecíveis”, tudo com o devido preparo técnico e profissional dos instrutores.

É o momento também de experimentar tudo que a selva oferece e, caso não se obtenha o necessário, a fome e a sede se apresentam. É, sobretudo, o momento de exercitar o autocontrole para “desembocar” todas as missões com o empenho necessário. Mais uma vez, a presença do capelão é sempre um diferencial para que o grupamento fique coeso e trabalhe bem em equipe, mantendo a calma e o foco na missão.

Por fim, o CBFM se encerra com o juramento à Bandeira, numa formatura emocionante em que cada aluno presta sua continência individual ao Pavilhão Nacional, envergando por vez primeira o 8º uniforme, outrora apelidado de “delta”. Ainda que o CFO não tenha acabado, nesta fase já se visualiza o aluno com um perfil diferente, notadamente em relação à sua postura militar, já devidamente alicerçada e com adiantado preparo e direcionamento para exercer sua função técnica na vida castrense. Após um breve recesso, terá início o Curso de Formação Específica.

Curso de Formação Específica

No Curso de Formação Específica a turma, que antes estava sempre unida em todas as atividades, separa-se em seus diferentes segmentos, e os padres e pastores seguem com o capelão da Escola. Trata-se do período em que terão maior contato com o seu futuro ofício e suas particularidades. Nesse sentido, estudam as legislações relativas ao SAREx, escutam e trocam experiências com seu instrutor, escrevem textos e fazem apresentações que serão realizadas no corpo de tropa sobre abuso de álcool, valorização da vida, prevenção ao suicídio, apostas e outros problemas existenciais que afetam a sociedade geral e o ambiente da caserna, pois o militar, principalmente o recém incorporado, não é outro senão o cidadão civil fardado.

O ritmo desse segundo semestre é bem mais leve. Os alunos já estão preparados para o militarismo e, por já terem uma vasta experiência na vida civil, são considerados – e na maioria dos casos de fato estão – prontos para exercer sua atividade técnica. A rotina de formaturas, TFM e instruções é mantida, porém com menos cobrança. O ponto alto do CFE é, sem dúvida, o Pedido de Cooperação de Instrução (PCI). É o período de observador ou de estágio previsto em Lei citada anteriormente. Os alunos e o instrutor têm a oportunidade de visitar a sede do SAREx em Brasília, bem como conhecer o Quartel General do Exército.

São momentos de imersão no “topo da cadeia”, em que os Aspirantes a Oficial conhecem não somente o comando do Serviço, mas também a Diretoria de Assistência ao Pessoal, à qual está subordinado o SAREx, e o Departamento-Geral do Pessoal, órgão que tem por missão “tomar todas as medidas para Fortalecer a Dimensão Humana e Contribuir com a Prontidão e a Operacionalidade da Força.” (DGP, 2024)

São, portanto, diversas instruções com militares das mais variadas patentes sobre tudo que diz respeito ao Serviço e à vida militar, como movimentações, promoções, missão, visão e estrutura organizacional do SAREx, além de palavras importantes dos chefes do DGP, DAP e do Comandante do SAREx, quando tem disponibilidade para fazê-lo.

Os Aspirantes a Oficial serem recepcionados na sala de um General de Exército, como o chefe do DGP, denota a importância que a Força dispensa ao Serviço e aponta aos alunos a necessidade de desempenharem com o máximo empenho suas missões.

Durante o PCI, há também a visita à Academia Militar das Agulhas Negras, Resende-RJ, e à Escola de Sargentos das Armas, em Três Corações-MG. As duas têm objetivo e rotinas semelhantes, embora sejam diferentes. Na primeira, conhece-se o berço do oficialato do Exército Brasileiro, o lugar de desenvolvimento e instrução dos cadetes que um dia estarão à frente da Força.

Há o rigor e a exigência esperados desse tipo de formação, bem como diversas atividades da linha bélica que os capelães-alunos precisam conhecer para melhor entender as necessidades dos oficiais que compõem as fileiras do Exército de Caxias. Aqui os Aspirantes a Oficial da EsFCEEx podem entender melhor quem são e como pensam seus pares e superiores. Já a ESA é a escola de formação dos sargentos da linha bélica. Apesar do alto rigor e exigência, os alunos ficam apenas um ano em Minas Gerais, o que faz o curso ter um ritmo acelerado e intenso.

O contato do capelão local com os formandos é menor, mas é fundamental conhecer melhor os futuros sargentos – comandantes de fração de tropa – da Força. Eles desempenham papéis importantíssimos para o Exército, por serem o elo entre o comando e a tropa, necessitando de toda a assistência do SAREx.

Em ambos os locais, o Aspirante a Oficial da EsFCEEx tem a oportunidade de conduzir estudos bíblicos, bençãos em formaturas, missas e cultos, participar de instruções, fazer TFM, enfim, vive a rotina que terá quando for servir em sua primeira Organização Militar após término do curso. São, portanto, dias de muito aprendizado e exercício do seu ofício, já se habituando à vida castrense que escolhera meses atrás – e que parecem anos pela quantidade de atividades já realizadas até aquele momento.

Voltando à EsFCEEx, os alunos finalizam as últimas demandas do curso e se preparam para a tão esperada formatura das espadas. É o momento de terminar o TCC e o artigo de opinião, tirar diversas fotos para o livro de formandos, ter treinamentos sem fim de ordem unida com espada e, finalmente, desfrutar de todos os momentos do fim do curso, cheios de orgulho e honra por ter chegado até ali.

As merecidas comemorações são abrilhantadas pela presença de familiares e de personagens do alto escalão da Força, que sabem a importância que o Serviço de Saúde, o Quadro Complementar e o nosso Serviço de Assistência Religiosa têm para o Exército Brasileiro.

Conclusão

O Curso de Formação de Capelães Militares é o primeiro passo na vida do capelão militar a preparação para o sacerdócio que escolheu exercer. É o encontro entre a prática religiosa já exercida no meio civil e o serviço militar que se inicia. É o período em que se formam os soldados de Deus da Pátria.

O curso é também repleto de rica convivência com os colegas e formação de amizades que devem durar muitos anos, bem como de difíceis momentos de cansaço, saudades e adaptações. Não há aluno que não saia de alguma forma impactado por tão ricas e diferentes experiências, equipado e preparado para desempenhar as mais diversas funções no Exército de Caxias. Para o capelão-aluno, é, enfim a oportunidade de seguir as palavras do nosso patrono, Frei Orlando, e contagiar todo o CFO com o mesmo espírito: “passei pela vida sorrindo, embora tivesse muitos motivos para chorar”. Sigamos na missão.

Referências

BRASIL. Lei nº 6.923 de 29 de junho de 1981. Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. Vide: <https://tinyurl.com/43ktnue7>. Acesso 23 nov. 2024.
MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria nº 115 de 10 de junho de 2003. Aprova as Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (IR 30-37). Disponível em: <https://tinyurl.com/5n8amkrh>. Acesso 10 dez. 2024.

(*) Segundo-Tenente Capelão do Exército Brasileiro.



Capítulo VII

Os segmentos de maior expressividade no Serviço de Capelania

O Segmento Católico

João Batista Diniz Ferreira ()*

O Sacerdote Católico

O Capelão Militar “é o Sacerdote a quem se confia, de modo estável, o cuidado pastoral, ao menos parcial, de alguma comunidade ou grupo peculiar de fiéis, que deve exercer segundo as normas do direito universal ou particular” (Cân. 564), do Código de Direito Canônico.

Em conformidade com as normas da Constituição Apostólica *Spirituali Militum Curae*, no art. VII, estabelece-se que “no âmbito que lhes é atribuído em relação às pessoas que lhes são confiadas, os sacerdotes nomeados como capelães no Ordinariado gozam dos direitos e estão obrigados a observar os deveres dos párocos, salvo disposição em contrário, seja pela natureza das coisas ou pelos estatutos particulares; cumulativamente, contudo, com o pároco do lugar, em conformidade com o art. IV.” Assim, esses sacerdotes exercem seu Ministério Sacerdotal no âmbito do Exército Brasileiro.

Os Sacramentos da Iniciação Cristã

O trabalho desempenhado pelo segmento católico nas capelarias militares⁴² “Capelas” e nas organizações militares tem um foco na preparação para os sacramentos da iniciação cristã: batismo, confirmação e eucaristia, como experiências sagradas que vão marcando a vida do católico, bem como o cuidado com o processo mistagógico da família militar. Aqui são lançados os fundamentos da vida cristã.⁴³

De início, existe uma ligação entre o aspecto da comunhão entre a jurisdição do Ordinariado Militar do Brasil e a jurisdição canônica das Arquidioceses onde as capelarias militares estão situadas. Tal comunhão e coordenação explicitam o sentido salvífico da pregação do evangelho que não deve ter divergência entre os irmãos. Isso é o que prevê o artigo 30º, do

⁴² Termo análogo a Paróquia.

⁴³ Cf. CIC, nº 1212.

Estatuto do Ordinariado Militar do Brasil⁴⁴, quanto aos assuntos pastorais, prevendo a legalidade canônica dos atos celebrados pelos capelães católicos apostólicos romanos.

Outro ponto importante é que as capelanias devem prestar contas dos serviços exercidos durante cada semestre. Além de se constituir um instrumento relevante para se perceber como cada capelão está desenvolvendo suas atividades, ao mesmo tempo propicia as condições favoráveis para se estudar as necessidades de avaliação e de orientação. Esta diretriz está regulamentada pelo artigo 31º, do mesmo Estatuto.

Já o artigo 32º dispõe que as capelanias devem buscar o máximo de envolvimento de seus membros para que exerçam todas as atividades, sobretudo no que diz respeito aos conselhos pastorais, como forma de organizar todas os serviços prestados à família militar, assim como gerir de forma clara e transparente os recursos que são ofertados pelos fiéis, o que é realizado por meio de balancetes mensais, analisados e aprovados pelo comando militar enquadrante e posteriormente encaminhados para o Ordinariado Militar do Brasil, visando sempre o princípio da transparência e o devido zelo para com os recursos doados pela comunidade paroquial. Isso está previsto nas instruções e procedimentos administrativos para as capelanias militares.⁴⁵

É imprescindível um zeloso cuidado com a jurisdição das capelanias, lugar ao qual estão vinculados os militares do exército e seus familiares como espaço sagrado e legitimamente canônico para receber os sacramentos. Entre os muitos serviços religiosos prestados pelos capelães católicos, a celebração dos sacramentos é um ato ritualístico importantíssimo para marcar a caminhada de fé.

Nas organizações militares, o capelão no contato com a tropa, incentiva a participação dos militares nos acontecimentos religiosos, seja na participação do sacramento dominical da santa eucaristia celebrada dentro dos espaços do exército, seja nos outros momentos que são preparados nos quartéis por ocasião da páscoa dos militares, aniversário da organização militar e datas comemorativas dos patronos e padroeiros das armas, quadros e serviços.

Instruções Religiosas e Espirituais

As instruções religiosas e espirituais são instrumentos de transmissão de valores éticos profissionais com enfoque religioso e espiritual, transcendendo as diferenças doutrinárias, a partir dos quais o militar possa

⁴⁴ “A ação pastoral do Ordinariado Militar terá estreito vínculo de comunhão e coordenação de forças com o Bispo da Igreja local (SMC II, § 4), sem perder de vista que a jurisdição do Arcebispo Ordinário Militar é cumulativa com a jurisdição do Bispo Diocesano (SMC art IV, 3º).”

⁴⁵ Instruções e Procedimentos Administrativos para Capelanias e Paróquias Militares do Ordinariado Militar do Brasil, Brasília, maio de 2016.

orientar sua vida pessoal, familiar e profissional, de forma saudável e produtiva. O objetivo é fortalecer o elevado moral da tropa.

São dadas instruções sobre os seguintes temas: - Programa de Valorização da Vida (SASEx/PVV); Promoção da Saúde Mental e Prevenção e Redução de Estados Mentais de Risco; Prevenção e Combate ao Uso Abusivo de Álcool e Outras Drogas; Prevenção ao Suicídio e à Automutilação; Dependência de jogos de azar (principalmente as BETs); Abuso do uso de Redes Sociais; Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação; Programa Ambiente Seguro (SASEx/PAS); Programa de Apoio à Família Militar (SASEx/PAFAM), entre outras. Aqui está a sinergia com o Sistema de Assistência Social do Exército.⁴⁶

Atividades de Culto – Católicas, Ecumênicas e Inter-Religiosas

As atividades católicas são aquelas realizadas separadamente, sob coordenação do capelão militar, em 5 (cinco) eventos de maior porte, como segue discriminado: Dia do SAREx; Páscoa dos militares; Semana do Exército; Semana do Soldado; e Dia da família militar. O objetivo é estimular o valor e a egrégia militar, conforme as orientações do Diretório Litúrgico Sacramental do Ordinariado Militar do Brasil, para os Capelães Militares Padres.⁴⁷

Já as atividades ecumênicas são aquelas realizadas conjuntamente entre as denominações religiosas católica e evangélica (momento ecumênico), sob coordenação do capelão militar, nos eventos a critério do Cmt OM, com planejamento prévio. O objetivo promover o espírito de corpo, a coesão e a sã camaradagem. Os eventos mais importantes são: Passagem de Comando OM, Aniversário de OM, Dia das Armas, Quadros e Serviços. E as atividades entre denominações religiosas católica e evangélica (momento ecumênico) ou entre ambas e a doutrina espírita são chamadas de (momento inter-religioso).

Outra atividade importante é a assistência no momento de luto da família militar (celebração das Exéquias). Trata-se de atividade onde o capelão executa o rito religioso, conforme a fé professada pelo falecido ou de seus familiares, visando a prática do acolhimento, por meio da religião, para o conforto daqueles que sofrem perdas definitivas. O objetivo é desenvolver a dimensão da caridade e a solidariedade.

Para tanto, é importante ressaltar que é vedado ao capelão militar prestar assistência alheia a sua profissão de fé e administrar ritos ecumênicos ou inter-religiosos tendo em vista a imprevisibilidade canônica. Entretanto, não há impedimento para que o capelão esteja presente ao velório e/ou

⁴⁶ Portaria C Ex nº 1.971, de 25 ABR 23 — Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército (EB10- IG-02.013), 3ª edição, 2023.

⁴⁷ Diretório Litúrgico Sacramental do Ordinariado Militar do Brasil/MD, de 26 Abr 2013, para os Capelães Militares Padres.

sepultamento como presença espiritual da OM naquele momento de dor. Observe-se, ainda, que a assistência religiosa ao luto e morte será realizada mediante solicitação do Cmt, Ch ou Dir de OM e a critério da família.

Por último, o capelão pode realizar atividades de manutenção das relações de cordialidade e integração entre o Exército, a Arquidiocese Militar e o SAREx com igreja local e instituições militares, civis e religiosas.

Referências Bibliográficas

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA CIC. Loyola, São Paulo, 2000.

CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, promulgado pelo Papa João Paulo II em 25 de janeiro de 1983.

CONSTITUIÇÃO APOSTÓLICA. *Spirituali Militum Curae*, do Papa João Paulo II com a qual se dá uma nova regulamentação à assistência espiritual aos militares, 21 de abril do ano de 1986.

CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS. Estatuto do Ordinariado Militar do Brasil, de 2 de janeiro de 1990.

ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL. Diretório Litúrgico Sacramental do Ordinariado Militar do Brasil/MD, de 26 ABR 13, para os Capelães Militares Padres.

ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL. Instruções e Procedimentos Administrativos para Capelarias e Paróquias Militares do Ordinariado Militar do Brasil, Brasília, maio de 2016.

Portaria C Ex nº 1.971, de 25 ABR 23 — Aprova as Instruções Gerais para o Funcionamento do Sistema de Assistência Social do Exército (EB10- IG-02.013), 3ª edição, 2023.

(*) Primeiro-Tenente Capelão do Exército Brasileiro.

O Segmento Evangélico

Guilherme Estevam Emílio ()*

A Capelania Militar Evangélica do Brasil e do Exército Brasileiro

A **Capelania Militar** Evangélica desempenha um papel crucial nas Forças Armadas do Brasil e no Exército Brasileiro, sendo uma expressão de cuidado espiritual e apoio moral aos militares e suas famílias. Desde suas origens, essa instituição tem sido um reflexo do compromisso entre fé, espírito de sacrifício e patriotismo, contribuindo para a formação de valores morais, espirituais e de resiliência emocional entre os integrantes das Forças Armadas e do Exército Brasileiro.

Este texto examina a história, a evolução e as contribuições dos primeiros pastores e capelães no Brasil e da Capelania Militar Evangélica no Brasil, com foco especial no Exército Brasileiro. Exploraremos suas origens, funções, desafios e o legado deixado pelos capelães ao longo dos anos.

A Presença de Pastores e Capelães em Solo Brasileiro: Fé, Serviço e Mártires

A história da presença de pastores e capelães em solo brasileiro é marcada por coragem, resiliência e sacrifício. Desde os primeiros movimentos protestantes no Brasil, no século XVI, até a consolidação da Capelania Militar e das igrejas evangélicas, esses homens e mulheres enfrentaram adversidades políticas, sociais e culturais para levar o Evangelho às populações locais. Entre eles, destacam-se também mártires que selaram com sangue seu testemunho de fé.

A França Antártica e os Mártires Huguenotes (1555-1567)

A chegada dos huguenotes franceses ao Brasil marcou o início da presença protestante no país. Em 1555, a expedição liderada por Nicolas Durand de Villegaignon instalou a colônia da França Antártica na Baía da Guanabara. Influenciado pelos ideais da Reforma Protestante, Villegaignon solicitou à Igreja Reformada de Genebra o envio de pastores e colonos calvinistas. Villegaignon, apoiado pelo almirante Gaspard de Coligny, um dos principais líderes dos calvinistas franceses (huguenotes), visava criar uma colônia que fosse um refúgio seguro para os protestantes perseguidos na França. Villegaignon percebeu a necessidade de apoio espiritual e moral para os colonos e, em 1556, escreveu a João Calvino, em Genebra, solicitando o envio de ministros da Igreja Reformada para atender às necessidades religiosas da colônia.

O apelo também incluía a esperança de que os pastores ajudassem a elevar o padrão moral e espiritual dos colonos e contribuíssem para a organização da vida religiosa na colônia. João Calvino, reconhecido como uma das principais lideranças do movimento da Reforma Protestante, atendeu prontamente ao pedido de Villegaignon. Ele selecionou e enviou dois pastores experientes, Pierre Richier e Guillaume Chartier, acompanhados por um grupo de colonos calvinistas, incluindo leigos comprometidos com a fé reformada.

Em 1557, os pastores Pierre Richier e Guillaume Chartier desembarcaram no Brasil, acompanhados de um grupo de huguenotes, celebrando o que é considerado o primeiro culto protestante no Novo Mundo. No dia 10 de março de 1557, o pastor Pierre Richier pregou sobre o Salmo 27.4 e a congregação cantou o Salmo 5.

Apesar de inicialmente favorável à presença dos pastores, Villegaignon entrou em conflito teológico com os calvinistas. Influenciado por outras figuras religiosas, ele passou a questionar os princípios reformados, proibindo a celebração da Ceia do Senhor e, posteriormente, todas as atividades dos calvinistas. O conflito culminou na expulsão dos reformados da colônia e na perseguição aos que permaneceram.

O martírio de cinco calvinistas, que redigiram a Confissão de Fé da Guanabara, evidencia a profundidade do compromisso desses pioneiros com a fé reformada. Por se recusarem a abjurar, Jean du Bourdel, Matthieu Verneuil e Pierre Bourdon foram mortos por estrangulamento e seus corpos lançados ao mar. Jacques Le Balleur, após anos de prisão, foi enforcado em Salvador em 1567, tornando-se o último mártir dessa fase inicial. Esses mártires deixaram um legado de fidelidade que inspira a igreja evangélica brasileira até hoje.

Pastores e Capelães no Brasil Colonial e Imperial

Após a expulsão dos franceses, o protestantismo no Brasil permaneceu praticamente inexistente até o século XIX. Durante o período colonial, o catolicismo foi a religião oficial, e outras confissões enfrentaram repressão. No entanto, iniciativas individuais de pastores protestantes começaram a surgir no contexto de conflitos armados.

Entre esses pioneiros destaca-se Friedrich Christian Klingelhöffer, pastor luterano alemão que chegou ao Brasil em 1828. Durante a Revolução Farroupilha, ele ofereceu assistência espiritual aos soldados e civis no Rio Grande do Sul. Klingelhöffer foi morto em combate em 1845, servindo como exemplo de capelania evangélica, de dedicação e de fé em meio à guerra. Por sua prática, Klingelhöffer pode ser considerado como um capelão militar servindo em solo brasileiro.

Outro nome relevante foi o pastor Carl Leopold Voges, que acompanhou soldados na Guerra do Paraguai (1864-1870), fornecendo apoio espiritual aos Voluntários da Pátria; em especial, aos luteranos da colônia alemã das Três

Forquilhas, no Rio Grande do Sul. Os Voluntários da Pátria eram, em sua maioria, homens comuns que decidiram, por diferentes razões, integrar o esforço de guerra.

O alistamento era voluntário, mas, em muitos casos, foi incentivado por campanhas governamentais, promessas de recompensas e pressão social. Entre os alistados havia: a. homens livres e pobres: Muitos se alistaram para escapar da pobreza ou melhorar suas condições de vida, já que o governo prometia salários, terras e outros benefícios; b. Escravos: alguns proprietários alforriaram seus escravos em troca de que estes fossem para a guerra.

Esse foi um dos primeiros passos para a abolição da escravatura no Brasil, pois muitos escravos receberam liberdade por seus serviços; c. imigrantes: em algumas regiões, imigrantes, especialmente alemães e italianos, também se alistaram; d. jovens urbanos e rurais. Muitos voluntários participaram de batalhas como a Batalha do Riachuelo (1865), a Batalha de Curupaiti (1866) e a Batalha de Lomas Valentinas (1868), que culminaram na vitória da Tríplice Aliança.

Durante a guerra, capelães e líderes religiosos desempenharam um papel significativo no apoio moral e espiritual aos soldados, incluindo os Voluntários da Pátria. Havia padres católicos e alguns pastores protestantes que acompanharam as tropas, especialmente em contingentes compostos por colonos alemães luteranos. Os capelães evangélicos celebravam cultos religiosos, realizavam enterros cristãos e ofereciam conforto espiritual aos soldados antes das batalhas. Essas práticas eram fundamentais para elevar o moral dos combatentes, especialmente diante das adversidades.

A Segunda Guerra Mundial e os Capelães da FEB

A institucionalização da Capelania Militar no Brasil ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial, com a criação do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas em 1944. Em 26 de maio de 1944, foi promulgado o Decreto-Lei n.º 6.535, que instituiu o Serviço de Assistência Religiosa (SAR) nas Forças Armadas do Brasil. O SAR tinha como objetivo oferecer suporte espiritual, moral e emocional aos militares brasileiros, refletindo um esforço para respeitar a pluralidade religiosa do país, ainda que o catolicismo fosse a religião oficial do Estado até 1890.

A Capelania Militar Protestante foi oficialmente instituída em 13 de julho de 1944, quando dois pastores foram nomeados como os primeiros capelães protestantes das Forças Armadas Brasileiras: João Filson Soren (Batista), designado ao 1º Regimento de Infantaria (Regimento Sampaio) e; Juvenal Ernesto da Silva (Metodista), designado ao 6º Regimento de Infantaria e às unidades de Artilharia e Engenharia.

Os pastores, Juvenal Ernesto da Silva e João Filson Soren, designados para acompanhar a Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália, foram os

primeiros capelães militares evangélicos após a institucionalização do SAR enviados pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB).

A Confederação Evangélica do Brasil (CEB) desempenhou um papel fundamental na inclusão e organização de capelães evangélicos para atender às tropas brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial. Criada em 1934, a CEB foi uma organização interdenominacional que visava unir igrejas protestantes no Brasil para promover ações evangelísticas, educacionais e sociais. Seu envolvimento na formação da Capelania Militar Protestante foi um marco importante para a presença evangélica institucionalizada nas Forças Armadas Brasileiras.

A CEB surgiu em um momento de expansão do protestantismo no Brasil, quando igrejas evangélicas buscavam maior integração e representatividade no cenário religioso nacional. A organização era composta por diversas denominações protestantes, incluindo batistas, metodistas, presbiterianos e luteranos, refletindo o crescente pluralismo do protestantismo brasileiro.

No início da década de 1940, a CEB já desempenhava um papel relevante na promoção de direitos civis e liberdade religiosa, bem como na defesa dos interesses evangélicos em um país com predominância católica. Assim, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial em 1942, a Confederação viu uma oportunidade de colaborar com o esforço de guerra, fornecendo assistência espiritual às tropas e consolidando sua presença como uma força influente no cenário nacional e, em parceria com o governo brasileiro, enviando dois capelães para a FEB.

PASTOR JUVENAL ERNESTO DA SILVA

O pastor Juvenal Ernesto da Silva, membro da Igreja Metodista e um dos primeiros capelães militares protestantes do Brasil, desempenhou um papel vital durante a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial. Sua atuação transcendeu os limites de sua missão religiosa, mostrando-se um exemplo de coragem, humanidade e compromisso espiritual em um dos períodos mais sombrios da história moderna.

Nascido em 20 de junho de 1907, em São Roque - SP, Juvenal Ernesto da Silva sentiu-se chamado a servir sua nação em um momento de grande dificuldade. Era formado em Letras e em Teologia pelo Instituto Metodista Granbery, em Juiz de Fora, e mestre em Teologia em Nashville, EUA.

Sua formação fornecia-lhe preparo teológico, cultural e linguístico necessário para atuar em contexto internacional ao lado dos aliados. O pastor Juvenal foi designado, inicialmente, para o 6º Regimento de Infantaria da FEB, embarcando para a Europa com o Segundo Escalão da FEB em setembro de 1944.

A Vida no Front

A rotina do pastor Juvenal nos campos de batalha era marcada por desafios extremos. Sob o frio intenso das montanhas italianas, enfrentando bombardeios constantes e convivendo com a dor da perda de companheiros, ele manteve seu compromisso de servir aos soldados com dedicação e amor ao próximo.

Juvenal realizou cultos e reuniões de oração em condições adversas, muitas vezes em trincheiras ou sob o céu aberto. Nessas ocasiões, era comum ouvir o Salmo 23, recitado ou cantado por ele, trazendo alívio e esperança aos soldados que enfrentavam o medo e a incerteza do combate. Para muitos, suas palavras eram um bálsamo em meio às feridas físicas e emocionais da guerra.

Uma das missões mais comoventes de Juvenal foi a assistência aos soldados feridos. Ele visitava hospitais de campanha, levando palavras de consolo e orações àqueles que lutavam por suas vidas. Sua presença era uma lembrança de que, mesmo nas circunstâncias mais difíceis, ninguém estava sozinho.

Durante a campanha, Juvenal também realizou diversos batismos e profissões de fé, algumas em situações particularmente memoráveis. Um dos casos mais marcantes ocorreu em Montese, onde um jovem soldado, após sobreviver a uma missão arriscada, pediu para ser batizado. Usando a água de seu cantil, um recurso valioso na batalha, Juvenal realizou o batismo em meio aos escombros de uma casa destruída pela guerra, ao som dos bombardeios. Este gesto de fé e dedicação exemplifica o impacto profundo de sua atuação, a primazia de sua fé em Jesus Cristo e seu espírito de sacrifício em prol da missão.

Em relação aos ofícios fúnebres, Juvenal realizou cerimônias para os soldados que tombaram em combate, garantindo que esses homens fossem lembrados com dignidade e respeito, confortando seus companheiros e honrando o sacrifício daqueles que deram suas vidas pela liberdade e da pátria.

Desafios e Sacrifícios

A jornada do pastor Juvenal na Itália não foi isenta de dificuldades pessoais. Ele enfrentou o frio intenso, passou fome e foi hospitalizado após sofrer fraturas em duas costelas. Mesmo assim, continuou a desempenhar suas funções com uma dedicação inabalável, frequentemente acompanhando o comando em missões perigosas para estar próximo dos soldados que mais precisavam de sua presença.

Juvenal também enfrentou os horrores psicológicos da guerra. Ele testemunhou cenas de sofrimento, desespero e morte, que testaram sua fé e humanidade. Contudo, ele encontrou forças na mensagem do Evangelho,

utilizando sua fé como um poderoso antídoto contra o desespero que permeava os campos de batalha.

Ademais, a atuação de Juvenal Ernesto da Silva na FEB não passou despercebida. Ele recebeu elogios formais de seus comandantes por sua coragem e dedicação. Sua presença constante e seu compromisso com o bem-estar espiritual dos soldados contribuíram para elevar o moral das tropas e fortalecer sua resiliência emocional.

A caixa de chocolate

Durante a campanha da FEB na Itália, a logística de suprimentos e correspondências era frequentemente precária. As cartas e pacotes enviados pelas famílias dos “pracinhas” chegavam, às vezes, danificados, atrasados ou eram extraviados. A chegada de qualquer item enviado de casa era um evento carregado de emoção, trazendo conforto e esperança em meio às adversidades do combate. Certa vez, o Pastor Juvenal recebeu uma caixa de bombons enviada por uma mãe ao filho combatente. O pacote, embora aberto e parcialmente depredado, ainda continha alguns bombons. Juvenal sabia que aquele presente representava um ato de amor e preocupação maternal, algo precioso para um soldado que enfrentava a dura realidade da guerra.

Apesar de o front ser um lugar extremamente perigoso, com minas terrestres e bombardeios constantes, o Pastor Juvenal decidiu pessoalmente levar a caixa de bombons ao soldado destinatário. Ele foi alertado pelos companheiros sobre os riscos e aconselhado a não ir, mas sua determinação em cumprir essa missão foi inabalável. Para ele, aquele gesto era mais do que uma simples entrega; era uma oportunidade de demonstrar cuidado e solidariedade em um momento de extrema dificuldade.

Um soldado voluntário acompanhou Juvenal na missão. O caminho estava repleto de perigos, incluindo a possibilidade de pisar em minas terrestres. O soldado, que tinha pés grandes, orientou Juvenal a pisar exatamente em suas pegadas para minimizar o risco de acidentes. Com cautela, eles avançaram pelo terreno perigoso até chegar ao destino. Ao entregar a caixa de bombons ao soldado, Juvenal trouxe lágrimas aos olhos do jovem combatente. O simples gesto de receber algo enviado por sua mãe reforçou o vínculo com sua família e deu-lhe forças para continuar enfrentando os horrores da guerra. A ação do Pastor Juvenal não apenas entregou um presente material, mas também carregou consigo uma mensagem de cuidado, esperança e amor.

Este episódio ficou registrado como um dos muitos exemplos da dedicação do Pastor Juvenal Ernesto da Silva ao bem-estar espiritual, moral e emocional dos soldados da FEB. Sua coragem e humanidade em meio ao caos da guerra simbolizam o papel vital dos capelães militares: serem portadores de conforto e esperança, mesmo nas circunstâncias mais adversas.

Condecorações

O Pastor Juvenal Ernesto da Silva foi amplamente reconhecido por sua coragem, dedicação e exemplo moral e espiritual. Suas ações no campo de batalha, marcadas pela bravura e altruísmo, renderam-lhe várias condecorações militares e honrarias civis, tanto do Brasil quanto de outros países. Estas distinções simbolizam não apenas seu impacto entre os soldados da FEB, mas também seu legado na história militar e religiosa do Brasil.

Eis as suas condecorações militares: 1. Medalha do Esforço de Guerra, concedida por serviços prestados no contexto da guerra, reconhecendo sua dedicação ao apoio espiritual e moral aos combatentes brasileiros; 2. Medalha da Campanha da FEB, destinada aos militares e colaboradores da FEB que participaram diretamente das operações na Itália durante a Segunda Guerra Mundial; 3. Cruz de Combate de Primeira Classe, a mais alta condecoração de guerra do Exército Brasileiro, atribuída a Juvenal por seus atos de bravura e pela assistência direta aos soldados em situações de extremo perigo; 4. Silver Star (Estrela de Prata), uma das mais altas honrarias do Exército Norte-Americano, conferida a Juvenal por sua atuação excepcional no apoio às tropas brasileiras e pela colaboração com as forças aliadas; 5. Medalha Mascarenhas de Moraes, concedida em reconhecimento ao trabalho prestado à FEB sob o comando do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes; 6. Medalha Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, condecorando sua participação e serviço prestado em memória dos que tombaram no conflito; 7. Medalha Monte Castelo, um reconhecimento específico pela participação nas batalhas em Monte Castelo, um marco importante da FEB na campanha italiana; 8. Medalha Amigos da Marinha; honraria concedida em reconhecimento aos serviços prestados ao Brasil em áreas que transcendem a atuação terrestre, reforçando o simbolismo de sua contribuição ao espírito das Forças Armadas.

Além das medalhas, o Pastor Juvenal também recebeu elogios e honrarias, a saber: a) Elogio do Comandante Caiado de Castro. Em 5 de março de 1945, o comandante do Regimento Sampaio da FEB reconheceu publicamente os serviços de Juvenal, especialmente pelo recolhimento e identificação de corpos de soldados em Monte Castelo. b) Elogio do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes. Publicado no Boletim da Divisão em 28 de fevereiro de 1945, reconhecendo a bravura e os atos humanitários de Juvenal no campo de batalha.

Após o término da guerra, Juvenal continuou a receber reconhecimentos por sua contribuição: 1. Diploma de Cidadão Benemérito do Estado do Rio de Janeiro (1974); Diploma de Cidadão Fluminense (1973) e Cavaleiro de Grande Ordem da Libéria (1971), uma honraria internacional concedida pelo governo da Libéria, destacando sua atuação humanitária e espiritual que transcendeu fronteiras.

Essas condecorações refletem o impacto do trabalho de Juvenal não apenas na campanha da FEB, mas também em sua trajetória como pastor, capelão e cidadão. Seu legado, marcado pela assistência espiritual e moral aos soldados, inspirou respeito e admiração em várias esferas, tornando-o uma figura icônica na história da Capelania Militar brasileira.

O pastor Juvenal Ernesto da Silva exemplificou o que significa ser um verdadeiro servo em tempos de crise. Sua atuação como capelão da FEB demonstrou que a fé, a compaixão e o compromisso com o próximo podem trazer esperança e força mesmo nos momentos mais sombrios.

Sua história é um lembrete poderoso do impacto que um indivíduo pode ter ao servir com amor e dedicação, mesmo nas circunstâncias mais adversas. O legado de Juvenal continua vivo na memória das Forças Armadas do Brasil e na história da Capelania Militar Protestante, inspirando novas gerações a servir com coragem, fé e humanidade.

PASTOR JOÃO FILSON SOREN

O Pastor João Filson Soren, além do Pastor Juvenal, foi um dos dois capelães militares evangélicos do Brasil que serviram na FEB durante a Segunda Guerra Mundial. Reconhecido por sua dedicação espiritual, moral e humanitária, o pastor Soren destacou-se por atos de bravura que inspiraram os soldados brasileiros nas adversidades do campo de batalha. Sua atuação foi amplamente elogiada e condecorada, refletindo o impacto significativo de seu trabalho no front.

Atos de Bravura no Campo de Batalha

Após a vitória brasileira em Monte Castelo, no dia 21 de fevereiro de 1945, Soren, por iniciativa própria, liderou uma operação para o recolhimento e identificação de corpos de soldados brasileiros que haviam tombado nas ofensivas anteriores.

Durante três dias, percorreu terrenos minados e ainda sujeitos a bombardeios inimigos, recuperando 33 corpos e identificando pessoalmente 22 deles. Este gesto altruísta permitiu que famílias brasileiras soubessem o destino de seus entes queridos, sendo amplamente reconhecido como um ato de heroísmo e compaixão.

Em Monte Castelo, Soren identificou um soldado brasileiro morto, cujo corpo havia sido usado pelos nazistas como armadilha. Ele descobriu um fio que acionaria uma bomba ao ser manipulado. Sua atenção e coragem evitaram uma explosão que poderia ceifar a vida de muitos soldados brasileiros. Soren frequentemente acompanhava as tropas no front, oferecendo orações, conselhos espirituais e conforto emocional. Ele realizava cultos em trincheiras e campos de batalha, muitas vezes sob bombardeio, demonstrando um compromisso inabalável com sua missão.

Tal como o Juvenal havia feito, em meio aos escombros de Montese, Soren realizou batismos com a água de seu cantil, um recurso vital para a sobrevivência. Um dos momentos mais marcantes foi o batismo de um soldado de 21 anos, que procurou o capelão para professar sua fé após sobreviver a uma missão perigosa.

Condecorações

O reconhecimento por sua atuação veio na forma de condecorações e elogios oficiais, tanto do Brasil quanto dos aliados. Entre elas: 1. Cruz de Combate de Primeira Classe, a mais alta honraria militar brasileira, concedida a Soren por seus atos de bravura, incluindo o recolhimento de corpos em Monte Castelo e a desativação da armadilha nazista; 2. Medalha do Esforço de Guerra, reconhecendo sua dedicação aos esforços da FEB durante a campanha na Itália; 3. Medalha da Campanha da FEB, atribuída a todos que participaram ativamente das operações da FEB na Segunda Guerra Mundial; 4. Silver Star, uma das mais altas condecorações do Exército dos Estados Unidos, concedida a Soren por sua colaboração com os aliados e por seu papel vital na manutenção do moral das tropas; 5. Medalha Marechal Mascarenhas de Moraes, uma homenagem ao trabalho excepcional realizado sob o comando do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes; 6. Medalha Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em reconhecimento de sua atuação em memória dos combatentes brasileiros; 7. Medalha Monte Castelo, concedida pela participação nas operações de Monte Castelo, onde suas ações de bravura foram especialmente marcantes e 8. Medalha Amigos da Marinha, em reconhecendo seu impacto como capelão e cidadão comprometido com a causa nacional.

Elogios

Os elogios publicados destacaram o papel único de Soren durante a guerra foram: 1. Elogio do Comandante Caiado de Castro que no dia 5 de março de 1945, o comandante do Regimento Sampaio reconheceu publicamente a dedicação de Soren ao recolhimento de corpos em Monte Castelo, chamando-o de exemplo de sacerdote cristão; e 2. Elogio do Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, no Boletim da Divisão de 28 de fevereiro de 1945, o marechal enalteceu os esforços de Soren para apoiar espiritualmente os soldados e promover a humanidade em meio à destruição.

A atuação do Pastor Soren transcendeu os campos de batalha. Sua coragem e dedicação inspiraram soldados e civis, deixando um legado de fé, altruísmo e amor ao próximo. Após a guerra, ele continuou seu ministério e fundou a CONFRATEX, organização destinada a apoiar ex-combatentes evangélicos e preservar a memória dos feitos da FEB. Os atos de bravura e a

vida do Pastor Soren permanecem como um testemunho do poder da fé e do compromisso com o bem em meio às maiores adversidades.

A Capelania Evangélica nos dias atuais

No Exército Brasileiro, a Capelania Militar Evangélica é uma parte integrante do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx), que busca oferecer suporte espiritual aos militares e suas famílias.

Os capelães evangélicos realizam uma série de atividades, como cultos, aconselhamento pastoral, visitas às organizações militares, mensagens e orações em formaturas militares e reuniões, palestras sobre valorização da vida, prevenção ao uso de drogas, religião e valores militares dentre outras. Ademais, os capelães visitam os baixados, prestam apoio nas honras fúnebres e nutre espiritualmente os militares.

Uma das funções dos capelães evangélicos que não aparece nos documentos é a de gerir núcleos evangélicos espalhados pelas organizações militares. Ademais, em locais onde há capelas militares evangélicas, o capelão militar evangélico daquela área também é responsável pela condução das atividades da capela.

Nas escolas militares, os capelães evangélicos têm uma atuação destacada. Seu trabalho se concentra em Educação de Valores Morais, isto é, 1. Conduzem palestras e estudos bíblicos voltados para jovens, promovendo princípios como respeito, disciplina, integridade e responsabilidade; incentivam o desenvolvimento de caráter e resiliência em um ambiente que valoriza a formação de líderes; 2. Aconselhamento Espiritual e Emocional: oferecem orientação a alunos que enfrentam desafios pessoais, como ansiedade, dúvidas sobre vocação, problemas familiares ou dificuldades com o curso; 3. Prestam apoio a pais e responsáveis que enfrentam dificuldades relacionadas à vida estudantil de seus filhos; 4. Promoção de Eventos Religiosos: organizam celebrações interdenominacionais em datas comemorativas, como Páscoa e Natal; 5. Realizam momentos devocionais em formaturas e cerimônias escolares. 6. Prevenção de Problemas Sociais: abordam questões como bullying, depressão e outros desafios emocionais enfrentados por jovens em formação.

Ademais, oferecem suporte em situações de crise, como luto ou dificuldades de adaptação ao ambiente escolar. Em suma, os capelães contribuem significativamente para criar um ambiente de aprendizado e convivência saudável, promovendo a coesão entre alunos, instrutores, servidores civis e familiares.

Nos hospitais militares, a capelania evangélica presta assistência espiritual e emocional a pacientes, familiares e profissionais de saúde. Esse trabalho é essencial em momentos de fragilidade, como enfermidades graves, cirurgias e tratamentos prolongados.

As principais atividades incluem: 1. Visitação Hospitalar: realizam visitas regulares aos pacientes internados, oferecendo conforto espiritual, oração e palavras de ânimo. Prestam atenção especial a militares feridos em combate ou em missões, ajudando na recuperação emocional. 2. Apoio aos Profissionais de Saúde: atuam junto à equipe médica e de enfermagem, oferecendo suporte emocional em um ambiente frequentemente marcado por estresse e pressão. Ademais, organizam momentos de reflexão e oração para fortalecer o bem-estar dos profissionais. 3. Assistência a Familiares: aconselham familiares que acompanham o tratamento de entes queridos, oferecendo orientação e consolo em momentos de incerteza, facilitando o diálogo entre equipes médicas e familiares em situações difíceis. 4. Celebrações religiosas: realizam cultos, celebrações de Páscoa e Natal, além de cerimônias fúnebres em casos de falecimento de pacientes. Também oferecem batismos e a Santa Ceia a militares e familiares que desejam participar desses sacramentos. 5. Apoio em Situações de Crise: atuaram de maneira significativa durante a pandemia de COVID-19, trazendo consolo em um período de isolamento e medo; e prestam assistência em eventos de grande impacto emocional, como acidentes ou situações de emergência médica.

Em geral, o capelão militar deve lidar com a pluralidade denominacional, atuando de maneira interdenominacional, promovendo a harmonia e o respeito entre diferentes crenças religiosas e denominações evangélicas.

Muito embora haja a segmentação entre evangélicos e católicos, a função geral do capelão perante a tropa não implica segmentação, mas ecumenismo, tolerância e respeito.

As atividades gerais do capelão resumem-se em assistência religiosa e espiritual, realização de cultos e cerimônias religiosas, aconselhamento espiritual, nutrir a tropa, isto é, elevar o Moral da tropa, apoio em Situações de Crise, apoio à família Militar, atuação em missões, educação e valores morais, coordenação de núcleos religiosos e, por fim, coordenação com Capelães Subordinados.

Em uma Região Militar, o capelão desempenha um papel de liderança, coordenando os capelães subordinados nas diversas guarnições e unidades. Por sua vez, em um Comando Militar de Área, o capelão desse comando exerce uma Subchefia e coordena os demais capelães, auxiliado por seu adjunto que é de credo diferente do seu.

Conclusão

A Capelania Militar Evangélica é um segmento da Capelania Militar que possui uma história que é exemplo de fé e patriotismo. Desde seus primórdios até os dias atuais, ela tem servido como um pilar de apoio espiritual e ético para os militares brasileiros, contribuindo para o fortalecimento da moral e da coesão dentro das Forças Armadas.

Sua história é marcada por coragem, dedicação e um profundo compromisso com o bem-estar dos militares e de suas famílias, consolidando-se como uma parte essencial da identidade das Forças Armadas do Brasil.

O legado dos capelães militares, como Friedrich Christian Klingelhöffer, Juvenal Ernesto da Silva, João Filson Soren e outros continua a inspirar novas gerações a servir com fé, honra e dedicação a Deus, à Pátria e à família militar.

Referências Bibliográficas

- Matos, A. S. **A Presença Protestante no Brasil Colonial**. São Paulo: Vida Nova, 2006.
- Souza, P. C. **A História da Capelania Militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2015.
- Duarte, M. F. **Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- Soren, J. F. **Cartas à Igreja durante a II Guerra Mundial (1944-1945)**. Rio de Janeiro: Primeira Igreja Batista, 1995.
- Silva, J. E. **O Capelão e a FEB: Uma História de Fé e Serviço**. Campinas: Imprensa Metodista, 1987.
- Azevedo, I. B. **João Filson Soren: O Combatente de Cristo**. Rio de Janeiro: Primeira Igreja Batista, 1995.
- Moreira, L. C. **Os Mártires da Guanabara: Fé e Martírio no Brasil Colonial**. Recife: Editora Clio, 2014.
- Nascimento, E. L. **A Reforma Protestante e suas Influências no Brasil**. Brasília: Editora Evangélica, 2012.
- Ministério da Defesa. **História do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.
- Araújo, A. B. **Capelania Evangélica Contemporânea: Desafios e Oportunidades**. Curitiba: Vida Nova, 2019.
- Ministério do Exército. **FEB: Memórias de uma Guerra**. Brasília: Biblioteca do Exército, 1985.

(*) Primeiro-Tenente Capelão do Exército Brasileiro.

O Segmento Espírita

Pedro Paulo Carneiro Camello (*)

A Doutrina Espírita ou Espiritismo

Espiritismo, é um neologismo criado por Hippolyte Léon Denizard Rivail a nova Doutrina científico-filosófico-religiosa que surgiu na França, em meados do século XIX, a partir dos estudos e observações feitas pelo renomado pedagogo e educador francês. Nos trabalhos da codificação espírita ficou conhecido pelo pseudônimo de Allan Kardec (1804 – 1869), pseudônimo utilizado com o propósito de separar seus estudos e pesquisas da relação entre os dois mundos (material e espiritual), dos seus trabalhos científicos e acadêmicos.

A Doutrina Espírita ou Espiritismo, é ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica que trata da natureza, origem e destino dos Espíritos, bem como a relação do mundo espiritual com o corporal.

Como ciência prática, ela consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os Espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que emanam dessas mesmas relações.

O Espiritismo é uma doutrina filosófica de efeitos religiosos, como qualquer filosofia espiritualista, que forçosamente vai ter as bases fundamentais de todas as religiões: Deus, a alma e a vida futura. No entanto, não se trata de uma religião constituída, visto que não tem sacerdotes, cultos, rituais e templos.

A moral dos Espíritos superiores se resume, como a moral do Cristo, nesta máxima evangélica: **“fazer aos outros o que quereríamos que os outros nos fizessem”**, isto é, fazer somente o bem, sem olhar a quem.

O Espiritismo procura, sob orientações dos Espíritos Superiores que contribuíram para a Codificação, respostas para as problemáticas morais, físicas e espirituais que a Humanidade vivencia ao longo dos séculos, como por exemplo: – O que somos? – De onde viemos? – O que fazemos aqui nesta existência? – Para onde vamos, após o desencarne? Entre outras.

O Espiritismo buscou sempre o entendimento científico e moral para as doenças físicas e emocionais do homem. Defende o “amor” pregado e praticado pelo Mestre Jesus – Guia e Modelo da Humanidade terrestre; o amor a Deus, ao próximo e a si mesmo para evolução da Humanidade.

O segmento espírita nas Organizações Militares é regulado pelas orientações da Cruzada dos Militares Espíritas (CME), uma sociedade civil, legalmente constituída, fundada em 10 de dezembro de 1944, que possui Estatuto próprio, ocupa cadeira no Conselho Federativo Nacional da Federação Espírita Brasileira e tem por finalidade o estudo, a prática e a

difusão do Espiritismo no âmbito das Forças Armadas e das Forças Auxiliares.

A Cruzada dos Militares Espíritas procura congrega os militares da ativa, veteranos, servidores civis e seus familiares que professam o Espiritismo, conforme definido na Codificação Kardequiana, composta de cinco obras basilares: O livro dos Espíritos (1857); O livro dos médiuns (1861); O Evangelho segundo o Espiritismo (1864); O Céu e O Inferno (1865) e A Gênese (1868).

A atuação dos representantes da Cruzada Espírita nas Organizações Militares é caracterizada pelas reuniões de estudos doutrinários realizadas nos Grupos de Estudos da Doutrina Espírita (GEDE), participação em atividades inter-religiosas regulares e em datas comemorativas, mensagens por assunção e passagem de cargo de Chefe/Diretor/Comandante, realizadas nas Organizações Militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, bem como nas Organizações Policiais Militares e Corpos Bombeiros Militares, com a participação de militares da ativa, veteranos, servidores civis e, ocasionalmente, os seus respectivos familiares.

Os militares e servidores espíritas contribuem, ainda, com palestras de cunho moral, didático, evangélico, motivacional e espiritual com diversos temas e programas, como por exemplo, fortalecimento da família, valorização da vida e prevenção do suicídio, combate aos jogos de azar e à dependência química. Apesar de ter sido fundado na França, o Brasil é o maior país de representação de espíritas do mundo, com aproximadamente 3,5 % da população se declarando espírita ou adepta à Doutrina Espírita.

O Espiritismo é uma Religião?

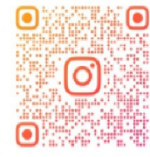
“Se assim é”, perguntarão, então o Espiritismo é uma religião? Ora, sim, sem dúvida, senhores; no sentido filosófico, o Espiritismo é uma religião, e nós nos glorificamos por isto, porque é a doutrina que funda os laços da fraternidade e da comunhão de pensamentos, não sobre uma simples convenção, mas sobre as mais sólidas bases: as próprias leis da natureza.”⁴⁸

“Por que, então, temos declarado que o Espiritismo não é uma religião? Porque não há uma palavra para exprimir cada ideia, e porque, na opinião geral, a palavra “religião” é inseparável da ideia de culto; porque ela desperta exclusivamente uma ideia de forma, que o Espiritismo não tem. Se o Espiritismo se dissesse religião, o público não veria aí senão uma nova edição, uma variante, se quiserem, dos princípios absolutos em matéria de fé; uma casta sacerdotal com seu cortejo de hierarquias, de cerimônias e de privilégios; ele não o separaria das ideias de misticismo e dos abusos contra os quais tantas vezes a opinião pública se levantou.”⁴⁹

⁴⁸ Rivas, Luis Hu. **Allan Kardec pra todos**. Federação Espírita Brasileira. Brasília/DF. 1/2016. 2.

⁴⁹ **Revista Espírita**. Sociedade Parisiense de Estudos Espíritas. Dezembro/1868.

NÚCLEOS E GEDES DA CRUZADA DOS MILITARES ESPÍRITAS



@CME.CRUZADADOSMILITARES

NÚCLEO E/OU GEDE	CIDADE/ESTADO	ENDEREÇO
Núcleo Central Rio de Janeiro	Praça da Bandeira/RJ	Rua São Valentim, 142 - Praça da Bandeira, Rio de Janeiro/RJ
Núcleo Região dos Lagos Comunhão Espírita/Casa do Caminho	Araruama/RJ	Rua Heron Domingues, 455 - Centro, Praia Seca - Araruama/RJ
Núcleo Barra Mansa	Barra Mansa/RJ	Rua Francisco Amaral de Souza, 10 Bairro Bom Pastor, Barra Mansa/RJ
Núcleo Resende	Resende/RJ	Rua Fernandes Vieira 02 - Guararapes, Resende/RJ
GEDE Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN	Resende/RJ	Comando do Exército, Rodovia Presidente Dutra, Km 306 - Resende/RJ
Núcleo da Praia Vermelha e Urca	Urca/RJ	Edifício da Praia Vermelha, Urca/RJ
Núcleo Vila Militar e Deodoro	Vila Militar-DeodoroRJ	Vila Militar, Rio de Janeiro/RJ
Núcleo Campinas	Campinas/SP	Rua Herculano Couto, 484, Jardim Chapadão, Campinas/SP
NÚCLEO E/OU GEDE	CIDADE/ESTADO	ENDEREÇO
GEDE - EsPCEX	Campinas/SP	Avenida Papa Pio XXII, 350 Jardim Chapadão - Campinas- SP
GEDE Academia da Força Aérea - AFA	Pirassununga/SP	Comando da Aeronáutica, Estrada de Aguiar S/Nº - Campo Fontenelle - Pirassununga/SP
GEDE Pirassununga (Eduardo Medeiros)	Pirassununga/SP	Comando da Aeronáutica, Estrada de Aguiar S/Nº - Campo Fontenelle - Pirassununga/SP
Núcleo Taubaté (Fabiano de Cristo)	Taubaté/SP	Estrada dos Remédios 2135, Bairro Itaim, Taubaté/SP
Núcleo Juiz de Fora	Juiz de Fora/MG	Avenida Maruípe 1735 - Juiz de Fora/MG
Núcleo São João Del Rei Casa Imão Maurício	São João del Rey/MG	Rua Hermínio Alves, S/N. Subsolo do Museu da FEB, Centro, São João Del Rei/MG
Núcleo Três Corações	Três Corações/MG	Rua Dr. José Garcia da Fonseca, 69, Três Corações/MG
GEDE Escola de Sargentos das Armas - ESA	Três Corações/MG	Av. Sete de Setembro, 628, Centro, Três Corações, MG
Núcleo Vitória Grupo Espírita Imão Maurício	Vitória/ES	Av Maruípe 1735, 3 PAV - Vitória/ES
NÚCLEO E/OU GEDE	CIDADE/ESTADO	ENDEREÇO
Núcleo Brasília	Brasília/DF	Oratório do Soldado - Avenida Duque de Caxias n. 33, SMU, Brasília/DF
GEDE QGEx Brasília	Brasília/DF	Quartel General do Exército - DGP/Bloco E - SMU - Brasília/DF
Núcleo Campo Grande	Campo Grande/MS	Rua Jaborandi, nº 80 - Jardim Aeroporto, Campo Grande - MS.
NÚCLEO E/OU GEDE	CIDADE/ESTADO	ENDEREÇO
Núcleo Jaguarão Sociedade Espírita Irmãos Unidos	Jaguarão/RS	Avenida Odilo Marques Gonçalves, 1565 - Centro, Jaguarão-RS
Núcleo/GEDE Comando Militar do Sul	Porto Alegre/RS	Rua Gen Bento Martins, 45 - Centro, Porto Alegre/RS
Núcleo Santa Maria	Santa Maria/RS	Rua Dutra Vila 221 - Centro - Santa Maria/RS
GEDE Florianópolis	Florianópolis/SC	Auditório da Academia da Polícia Militar de Santa Catarina, Rua Madre Benvenuta, 265, Trindade, Florianópolis/SC
GEDE Ponta Grossa	Ponta Grossa/PR	Rua Brasília, 86 Vila Marina, Ponta Grossa/PR
NÚCLEO E/OU GEDE	CIDADE/ESTADO	ENDEREÇO
Núcleo de Fortaleza - Jaime Rollemberg	Fortaleza/CE	R. Raul Uchôa, 31 - Bom Futuro, Fortaleza/CE
Núcleo João Pessoa	João Pessoa/PB	Rua Martin Leitão, 142, Bairro Varadouro, João Pessoa-PB
Núcleo Recife	Recife/PE	Rua Caetés, 66 - Santo Amaro, Recife/PE
Núcleo Maceió Núcleo Manoel Coelho Neto	Maceió/AL	Rua Projetada EF N 61 CEP 57.014-506, Ponta Grossa, Maceió/AL
Núcleo Natal	Natal/RN	Rua Joaquim Fagundes, 628 - Tirol, Natal/RN
Núcleo Salvador	Salvador/BA	Av. Mestre Manoel, 257, Boca do Rio, Salvador/BA
Núcleo Espírita da Polícia Militar da Bahia	Salvador/BA	Rua Conselheiro Spinola, Prédio do Departamento de Pessoal da PM, Barris - Salvador/BA
GEDE/CPCOM/PMPI Piauí	Teresina/PI	Rua Jarbas Martins, 673 - Bairro Ilhotas - Teresina/PI
NÚCLEO E/OU GEDE	CIDADE/ESTADO	ENDEREÇO
Núcleo Manaus	Manaus/AM	Avenida Agulhas Negras, nº 02 - Vila Militar do Bafururu 1 - Chapada, Manaus/AM
GEDE 2º Grupamento de Engenharia 2º Gpt Eng	Manaus/AM	Av. Coronel Teixeira, 6800 - Ponta Negra, Manaus/AM

(*) Major Veterano do Exército. Representante Espírita no Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).



Capítulo VIII

Algumas Áreas de Atuação dos Capelães Militares

Capelania Carcerária

Wesley Simonton Cindra Rédua ()*

Introdução

O serviço de capelania é uma atividade voltada para a assistência religiosa, espiritual, ética e moral, por meio de uma pessoa religiosa/sacerdote que recebe o título de capelão. A capelania normalmente é exercida em instituições de internação coletiva como escolas, universidades, hospitais, presídios, asilos, creches, albergues etc.

Dentro deste contexto, em nosso país, podemos citar a existência da Capelania Militar, que pode ser considerada a mãe de todas as capelanias. Trata-se de uma assistência religiosa e espiritual prestada a um público muito específico - os militares -, sendo realizada, atualmente, por padres e pastores, que recebem o título de capelão militar.

Possui um campo de atuação bem definido, a saber: Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e Forças Auxiliares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares). A regulamentação da carreira de capelão militar está prevista na Lei nº 6.923/81, que dispõe sobre o serviço de assistência religiosa nas Forças Armadas, e o ingresso na carreira é definido por cada Força, por meio de concurso público.

Vastos são os terrenos em que o capelão militar pode atuar. Assim sendo, vamos propor uma breve reflexão sobre a atuação do capelão militar numa área específica: a Capelania Militar prisional ou carcerária. Destaca-se que o trabalho do capelão militar é multidisciplinar e traz consigo uma certa dificuldade de determinar os contornos de sua atividade.

Pode-se perceber esta miopia, podemos assim dizer, quando o capelão é interpelado com a seguinte pergunta: “O que faz um capelão?”. Buscando oferecer uma resposta prática, abordaremos o trabalho do capelão militar no contexto prisional, apresentando a necessidade da capelania prisional, um modelo para o ministério de capelania prisional e algumas funções que um capelão militar prisional pode exercer.

A Necessidade da Capelania Carcerária

A Bíblia Sagrada testemunha que já no primeiro século um jovem líder da igreja primitiva chamado Timóteo atendeu as necessidades do apóstolo Paulo enquanto estava preso. O Apóstolo Paulo pediu a Timóteo que “quando vier, traga a capa que deixei na casa de Carpo, em Trôade, e os meus livros, especialmente os pergaminhos.” (2 Timóteo 4.13).

Desde o primeiro século, religiosos têm visitado prisões procurando assistir espiritualmente os presos. Este tipo de assistência tem crescido e evoluído ao longo das eras históricas. Nos dias atuais, nos Estados Unidos, a capelania prisional passou a ser vista como uma parte regular no processo de reabilitação dos encarcerados. Isso não quer dizer que a assistência religiosa seja obrigatória na reabilitação dos prisioneiros, mas que a presença de capelães tem sido um fator positivo neste processo.

O Monsenhor Ambrósio Echebarria reflete que a prisão é uma instituição tão antiga quanto a sociedade organizada. (1990 apud NIETO, 1990, p.3). A história dos povos faz sempre menção das prisões e aos presos encarcerados em algum lugar, excluindo-os do convívio social.

A prisão é um fenômeno presente em qualquer grupo social constituído e não é diferente no contexto brasileiro. No Brasil, a população carcerária tem aumentado a cada ano. Segundo a Secretaria Nacional de Políticas Penais – SENAPEN, o número de presos passou de 826,8 mil para 839,7 mil de dezembro de 2022 a junho de 2023, uma elevação de 0,8%. Entre as 19 unidades da Federação em que a população carcerária subiu, O Piauí está na dianteira com uma variação de 13%, seguido por Tocantins 8%, Goiás 7% e Alagoas 5%.

Estes números indicam um cenário de encarceramento massivo, segundo o coordenador do Grupo de Estudos de Novas Ilegalidades – GENI da Universidade Federal Fluminense – UFF, pesquisador Daniel Hirata. Ele ainda constata que os encarceramentos “é um problema global que atinge diversos países do mundo”.

Vivemos nas últimas 3 décadas, pelo menos, um aumento contínuo em praticamente em todos os países.” No mundo existem, aproximadamente, 10,77 milhões de pessoas em instituições penais, conforme dados do World Prison Brief – WPB. Segundo a SENAPEN, a população carcerária do Brasil cresceu 44% em 10 anos com tendência de recrudescimento nos números. (População Carcerária cresce nos EUA e no Brasil. Poder 360: 2024. Vide: <https://tinyurl.com/57j6mym4>. Acesso em: 08 de outubro de 2024).

A despeito do recrudescimento da população carcerária no mundo, o Exército Brasileiro caminha na direção oposta ao contexto global e nacional. Um dos fatores para esse cenário é o fato de que o serviço de assistência religiosa tem atuado de forma preventiva junto a tropa militar, oferecendo oportunidades de exercer algum tipo de fé ou espiritualidade com o fito de promover a saúde mental. Os resultados são sentidos nas baixas taxas de

presos nos quartéis distribuído no Brasil. A validação desta realidade é fruto de mais de 10 anos de exercício da Capelania Militar no Exército Brasileiro com foco na assistência religiosa prisional e carcerária.

Este cenário não deverá eclipsar a realidade, ainda que baixa, da presença de presos em unidades carcerárias em nossos quartéis. O Exército Brasileiro impressiona com a extensão de sua capacidade organizacional.

Um exame, ainda que superficial, do arcabouço da Força Terrestre, nos possibilita identificar que dentro de sua estrutura organizacional existem quadros especializados que atuam de forma muito profissional na custódia de militares que cometeram crimes militares previstos no Código Penal Militar e legislações correlatas.

Este fenômeno pode ser visto dentro dos Batalhões de Polícia, que tem como uma de suas finalidades a custódia dos presos e o seu cuidado, por meio do Pelotão de Investigações Criminais – PIC. Os presos nestas Organizações militares recebem todo apoio que lhes cabe por previsão legal, e, um deles é a da assistência religiosa, realizada pelos capelães militares.

Comparando-se os já impressionantes números de indivíduos no sistema da justiça criminal comum e os da realidade entre os militares, podemos afirmar que o ministério da capelania carcerária é de uma inegável necessidade. O ministério capelania prisional tem como aspiração levar esperança aos presos, no sentido de afirmar as possibilidades reais de reabilitação, transformação e restauração ao convívio social por meio dos conceitos religiosos da regeneração e santificação.

O capelão militar, ao prestar a sua assistência aos presos, carrega consigo alguns conceitos fundacionais de sua prática. Um deles é o conceito de que o Deus cristão é um Deus Onipresente.

Esta concepção teológica, de um ponto de vista positivo, aponta que Deus está presente em todos os lugares possíveis na existência. Não existe um lugar tão horrível que esteja fora da capacidade divina de se fazer presente e de se fazer conhecido, o que significa asseverar que Deus está presente nas prisões, e, principalmente, nestas. (“Sendo estrangeiro, não me hospedastes; estando nu, não me vestistes; e enfermo, e na prisão, não me visitastes” – Mt, 25,43).

O cárcere, de um ponto de vista sociológico, é um lugar para pessoas que falharam em seu convívio social, quando o ser humano se mostrou fraco, frustrado, falido moralmente em algum momento de sua vida. Deste modo, a capelania prisional é um canal para transmitir a verdade de que ainda há esperança e que Deus tem um propósito para as suas vidas. O capelão militar prisional pode conscientizar o encarcerado de que nem mesmo o crime mais hediondo o poderá separar do amor de Deus em Jesus Cristo.

No texto do Evangelho de Mateus 25.36, Jesus Cristo afirmou: “Eu estava na prisão e você veio até a mim.” Esta passagem poder ser entendida a partir de dois pontos: O primeiro é sobre os que visitam, ou seja, é dirigido aos capelães. Eles são abençoados por Deus porque a visita a um preso é

como se fosse uma visita a Ele. O segundo ponto é que o texto aponta para o amor de Deus para as mães, filhos, amigos e pais que estão atualmente no sistema prisional.

Deus não se esquece dos famintos, dos sedentos, dos nus e dos presos. No livro sagrado, em Hebreus 13.1,3, encontramos as seguintes orientações “Seja constante o amor fraternal. Lembrem-se dos que estão na prisão, como se aprisionados com eles; dos que estão sendo maltratados, como se vocês mesmos estivessem sendo maltratados.”

Para tanto, a capelania carcerária é um imperativo.

O texto sagrado de Hebreus nos incentiva a amar as pessoas não apenas com palavras, mas com ações. Mas como amarmos os nossos irmãos e irmãs na prisão? Indo até eles e oferecendo cuidado, apoio, orientação, encorajamento e a bênção divina.

Jesus Cristo: Modelo de Ministério para a Capelania Carcerária

O Capelão Militar deve realizar o seu ministério inspirado em algum modelo. Dos vários exemplos que poderiam ser listados aqui, inclusive do patrono do Serviço de Assistência Religiosa do Exército, o Frei Orlando, e de seu companheiro no Teatro de Operações na Segunda Guerra Mundial, o Pastor João Filson Soren, optamos por eleger a pessoa de Jesus Cristo, claro, como o modelo de capelão a ser seguido. O capelão dos capelães.

Refletir sobre a vida e as obras de Jesus Cristo é um trabalho para toda uma vida. Aqui, destacaremos a compaixão de Cristo como um modelo para o serviço de capelania prisional. Em primeira Coríntios, Deus, por meio do apóstolo Paulo, nos ensinou sobre o amor: “E se eu der todos os meus bens para alimentar os pobres, e se entregar o meu corpo para ser queimado, mas não tiver amor, nada disso me aproveitará.” Esse é o padrão do amor de Jesus pela humanidade.

O Mestre de Nazaré ofertou a sua assistência espiritual nas cidades, ao longo das praias, na casa de estranhos e durante a sua terrível crucificação. Embora Ele tenha sofrido uma morte vil por amor a humanidade, um dos aspectos mais bonitos do seu ministério é que Ele sofreu com as pessoas em momentos de necessidade.

O serviço compassivo de Jesus Cristo foi resumido no Antigo Testamento pelo profeta Miquéias, centenas de anos antes Cristo vir em forma humana. O profeta declara que Deus exige três coisas do seu povo; e aqui, tomamos a liberdade de incluir os capelães militares, isto é, Deus nos exige três coisas no mundo: a prática da justiça, amor à misericórdia e andar humildemente (Miquéias 6.8). Esta é a essência do ministério compassivo de Jesus: defender os fracos, cuidar dos doentes e servir ao próximo. Este é o modelo para um Ministério de Capelania Militar Prisional.

Prática da Justiça

O capelão militar, mais do que ser uma pessoa justa e um modelo entre os seus pares, deve ser um defensor da justiça, cabendo a ele defender, acima de tudo, os que padecem de injustiças. O profeta Isaías, como porta-voz de Deus, disse: “Aprendam a fazer o bem! Busquem a justiça, acabem com a opressão. Lutem pelos direitos do órfão, defendam as viúvas.” (Isaías 1.17).

Os capelães militares, de uma forma geral, devem ser a voz moral da instituição militar a que servem. A vida de um religioso deve ser irrepreensível e um modelo de inspiração para todos os militares. Ao praticar e defender a justiça, o capelão luta pela preservação da dignidade da pessoa humana. Em uma prisão, o capelão pode defender que um recluso, de uma religião diferente da sua, possa receber a assistência religiosa de acordo com o seu credo.

Pastoral da presença

“Deus é o nosso refúgio e força, uma ajuda sempre presente nas dificuldades.” (Salmo 46.1). Um bom capelão militar está sempre presente na vida dos militares. O ministério da presença é o ato intencional de estar totalmente atento às necessidades do próximo, ofertando um cuidado integral, isto é, uma assistência que atenda as instâncias da mente, do corpo e do espírito humanos. A prática da presença procura tirar o foco da necessidade que muitos acham que ajudar significa falar ou fazer alguma coisa.

A presença não significa necessariamente ação, mas somente estar ao lado de uma pessoa nos melhores e, mais ainda, nos piores momentos da vida. Jesus Cristo, quando estava no Getsêmani, em seu momento de agonia avassaladora, fez um pedido aos seus discípulos: Ele apelou para que eles ficassem presentes naquele momento em sua angústia. Disse Jesus: “minha alma está oprimida pela tristeza até a morte. Fiquem aqui comigo.” (Mateus 26.38-40).

Numa capelania, há momentos em que somente a presença do capelão é necessária; às vezes, estar ao lado do militar é mais eficaz do que a realização de qualquer ritual religioso. No contexto da capelania prisional, uma rotina de visitas proporciona ao preso a convicção que ele não está sozinho em sua dificuldade.

Prática do Serviço

Jesus Cristo apresentou um padrão para a prática do serviço, a humildade. Sobre este tema, a Bíblia Sagrada esclarece: *“Nada façam por ambição egoísta ou por vaidade, mas humildemente considerem os outros superiores a si mesmos. Cada um cuide, não somente dos seus interesses,*

mas também dos interesses dos outros. Seja a atitude de vocês a mesma de Jesus Cristo que, embora sendo Deus, não considerou que o ser igual a Deus era algo a que devia apegar-se; mas esvaziou-se a si mesmo, vindo a ser servo, tornando-se semelhante a homens. E, sendo encontrado em forma humana, humilhou-se a si mesmo e foi obediente até a morte, e morte de cruz!” (Filipenses 2.3-8).

A Capelania Militar é uma prática do serviço em um contexto militar com características diversas e pluralistas. O capelão deve exercer o seu serviço longe de ambições egoístas, de vaidades e da altivez. Jesus Cristo deve ser o exemplo a ser seguido pelo religioso em sua prática assistencial.

Atuação do Capelão no Ambiente Carcerário

Uma vez apontada a necessidade da assistência religiosa aos presos e sugerido um modelo pelo qual os capelães militares poderiam se inspirar, neste tópico abordaremos algumas funções que o capelão militar pode exercer em sua prática na assistência religiosa carcerária. Os principais papéis que um capelão militar poderá exercer no contexto da assistência é de pastor, professor, conselheiro e administrador.

Função de Pastor

O papel principal do capelão é ser um ministro que presta cuidado pastoral aos presos. Nesta função, ele tem condições de conduzir e liderar cultos religiosos e oferecer orações. Eles pastoreiam encarcerados oferecendo atendimento espiritual e participando do dia a dia da comunidade prisional.

Os capelães podem auxiliar os presos no preenchimento de documentos legais ou na redação/leitura de cartas, e, como pastores, podem até visitar as famílias dos prisioneiros, acompanhar o preso em caso de necessidades hospitalares e em julgamentos nos tribunais etc. A mera presença de um capelão pode ser um fator positivo na criação de um ambiente agradável nestas salas.

Por fim, o capelão militar, como bom pastor, pode apresentar oportunidades para que os presos se reconciliem com o seu passado como parte do processo de reconciliação com Deus.

Função de Instrutor

Como professores, os capelães prisionais têm a responsabilidade de discipular os presos que desejam um relacionamento maduro com Jesus Cristo. Isto pode ser feito por meio de estudos bíblicos regulares. Além da educação religiosa, fornecem instrução moral sobre como tomar boas decisões e como ser bons cidadãos, pais, mães etc.

Função de Conselheiro

Conforme já demonstrado ao longo deste texto, um componente importante do capelão em todas as áreas é o de conselheiro. Dado que as famílias são separadas devido ao encarceramento, os capelães podem ser chamados a prestar aconselhamento conjugal, aconselhamento pré-marital, aconselhamento familiar etc.

Durante o período do pagamento da pena, o preso pode passar por perda de entes queridos ou amigos. Assim, os capelães são responsáveis pelas “notificações de morte” e pelas consequências das emoções que acompanham essas situações. Muitas vezes, as famílias e os amigos abandonam o preso intencionalmente. Esta, também, é uma perda pessoal pesada, e o preso terá que superar as camadas de tristeza, separação e solidão associadas à essa perda.

Conclusão

A capelania carcerária é um ministério necessário e gratificante que requer indivíduos com competência profissional, visão religiosa e sabedoria divina para navegar pelas complexidades da mente humana, em situações de extrema tensão, não somente pela perda da liberdade, por si só, mas também por problemas conscienciais, em razão dos atos praticados.

Importante ressaltar que o trabalho da assistência religiosa sempre dará frutos, contanto que realizado de forma sistemática, ininterrupta, com espírito de tolerância religiosa e com a perspectiva de entrega de um resultado promissor ao apenado, que é o de lhe proporcionar ferramentas e recursos para não desistir da própria vida, se reconectando com o Criador.

Referências

BÍBLIA LEITURA PERFEITA: evangelismo. 1 Ed: Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

CRICK, Robert. **Outside the Gates: Theology, History, and Practice of Chaplaincy Ministry**. Ed.: HigherLife, Flórida: USA:2011.

NIETO, Evaristo Martin. **Vade-mécum do Agente da Pastoral Carcerária**. Ed.: Paulinas. Madrid: Espanha: 1990.

Lei nº 6.923, de 29 Jun 81, que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

Poder 360: **População carcerária cresce nos EUA e no Brasil**. Link:<<https://tinyurl.com/57j6mym4>>, acessado em 8 de outubro de 2024.

(*) Capitão Capelão do Exército Brasileiro.

Operação Acolhida

Idelson Alves Scarcela Júnior ()*

Preâmbulo

A Operação Acolhida, lançada em 2018 no Estado de Roraima, é uma iniciativa do Governo Brasileiro com o objetivo de fornecer assistência humanitária e promover a inserção social de imigrantes venezuelanos que chegam ao Brasil fugindo da crise econômica e política em seu País.

A operação é coordenada pelo Exército Brasileiro, em parceria com a Aeronáutica e a Marinha e outros órgãos governamentais, organizações não governamentais (ONGs) e agências internacionais.

Como capelão que atuou nesta operação, relato alguns aspectos do trabalho de capelania e a participação da Diocese de Roraima e das congregações religiosas nesse trabalho humanitário.

Introdução

Na Operação Acolhida, em Boa Vista e Pacaraima, o Capelão Militar desempenha um papel fundamental na assistência espiritual e emocional aos militares de várias regiões do Brasil. Tive a oportunidade de trabalhar com o 18º Contingente composto por militares do Comando Militar do Oeste e Comando Militar do Norte.

A presença de um religioso é fundamental na operação acolhida. Este relato é um testemunho e apoio visando contribuir para a importância da assistência religiosa e humanitária integral. Tudo começou no dia 28 de fevereiro de 2024, quando o capelão Marinho, ao qual estava recebendo a missão, marcou uma reunião com o Bispo Local, Dom Evaristo Pascoal Spengler, para conhecê-lo e apresentar o trabalho da Igreja Local com os imigrantes.

Objetivo da Operação Acolhida

A Venezuela é um dos países mais urbanizados da América do Sul, com cerca de 85% de sua população vivendo em áreas urbanas, principalmente em Caracas, Capital do país, e em seu entorno. Em 2015, a população venezuelana contabilizava 30.081.829 pessoas e, em 2018, já sob o governo de Nicolás Maduro, o número de habitantes do país havia caído para 28.820.195, ou seja, uma redução de cerca de 1,2 milhão de Habitantes.

Nosso objetivo e missão fundamental: cooperar com o Governo Federal e com o Governo do Estado de Roraima nas ações de assistência emergencial, visando ao ordenamento da fronteira, o acolhimento e à integração de pessoas

em situação de vulnerabilidade, decorrentes do fluxo migratório oriundo da República Bolivariana da Venezuela.

É importante mostrar alguns números até 2024:

- + de 100 agências participantes
- 10 abrigos e alojamentos distribuídos em Boa Vista e Pacaraima
- Cerca de 7 Mil acolhidos nos abrigos e alojamentos da Operação
- + de 2,7 Milhões de atendimentos realizados nos Postos de Triagem
- + de 2.000 indígenas atendidos
- Cerca de 2.200 indígenas venezuelanos abrigados atualmente
- + de 21 Mil refeições servidas/dia
- Cerca de 900 Mil atendimentos médicos
- + de 20 Mil remoções médicas realizadas
- + de 1,2 milhão de doses de vacinas aplicadas
- + de 640 Mil pessoas imunizadas
- + de 134 Mil interiorizados
- + de 1.022 cidades acolhedoras
- + de 650 Mil CPF emitidos
- Cerca de 400 Mil autorizações de residência expedidas
- + de 90 Mil solicitações de refúgio deferidas
- Cerca de 500 vagas em abrigos e alojamentos geradas em 2023
- + de 500 empregos diretos gerados para a população local
- + de 600 Mil itens doados.

Principais Ações da Operação Acolhida

Recebimento e Triagem: os imigrantes são recebidos em pontos de entrada designados e submetidos a uma triagem para identificar suas necessidades imediatas.

Alojamento: os imigrantes são alojados em abrigos temporários, onde recebem alimentação, assistência médica e psicológica.

Assistência Médica: os imigrantes têm acesso a serviços médicos, incluindo vacinação, exames médicos e tratamento de doenças. Acompanhei o trabalho dos nossos médicos e enfermeiros militares e suas ações nos abrigos.

Regularização Migratória: a operação ajuda os imigrantes a regularizar sua situação migratória no Brasil, fornecendo orientação e apoio para obtenção de documentos.

Integração Social: são oferecidos cursos de língua portuguesa, qualificação profissional e atividades culturais para promover a integração dos imigrantes na sociedade brasileira.

Reinstalação: os imigrantes que desejam se estabelecer em outras cidades brasileiras são ajudados a encontrar emprego e moradia. As Forças Armadas possuem um papel fundamental no processo de interiorização, que se inicia em Boa Vista, com destino primário em Manaus, onde os militares

realizam todo acompanhamento desde o embarque no aeroporto com a missão de não ocorrer falhas ou evitar que algum imigrante não consiga chegar ao seu destino final.

Existem também algumas parcerias e financiamentos para o bom êxito da missão. Na primeira semana do dia 25 a 27 de fevereiro de 2024, os militares do 18º Contingente do ano de 2024, recebemos uma instrução militar sobre a postura e o trabalho, como proceder na Operação com os imigrantes que chegam com costumes e cultura diferentes do nosso país. Ou seja, conhecer a realidade para evitar conflitos e problemas. Cada agência que faz parte esta integração apresentou em instrução as atividades da sua missão na Acolhida, que conta com o apoio de: Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), União Europeia, Governos estaduais e municipais, ONGs e organizações da sociedade civil.

O financiamento é proveniente de fontes governamentais brasileiras e internacionais, além de doações privadas. Como legado e Perspectivas a nossa Operação Acolhida brasileira é um exemplo de resposta humanitária eficaz a crises migratórias. Embora enfrente desafios, a operação tem contribuído significativamente para a integração social e econômica dos imigrantes venezuelanos no Brasil. O legado da operação pode servir de modelo para outras respostas humanitárias em contextos semelhantes.

Atividades da Capelania

A presença do capelão visa oferecer suporte moral e religioso, ajudando a mitigar a adaptação do militar no novo cenário, como superar a angústia, o medo da nova missão, a saudade dos familiares decorrentes da situação e da distância, por ficar fora de casa por cinco meses, dos amigos e colegas de fardas conhecidos, causando muito desconforto ao militar, principalmente no início da missão até a sua completa adaptação ao novo ambiente operacional. Ou seja, até sua psicoadaptação aos traumas da nova missão. Assim, entre outras atividades, cabe ao capelão:

Acompanhamento espiritual: oferecer orientação e apoio espiritual aos militares, independentemente de sua religião.

Assistência emocional: fornecer suporte emocional para ajudar a lidar com o estresse, a ansiedade e a tristeza.

Celebrações religiosas: organiza cerimônias e celebrações religiosas para manter a fé e a esperança.

Intermediação cultural: ajuda a facilitar a comunicação entre os imigrantes e os voluntários/funcionários da operação.

Articulação com organizações religiosas: estabelece parcerias com organizações religiosas locais para ampliar a assistência. A Diocese de Boa Vista tem um papel importante nesse complexo cenário. As paróquias ajudam com as pastorais, as irmãs religiosas da Congregação das Irmãs Missionárias

da Caridade ajudam na confecção do café da manhã, e todas as sextas feiras, às 17:00h, celebrávamos a santa missa na casa conventual.

Visitar os abrigos: uma vez por semana o capelão visita os militares nos abrigamentos Rondon 1, alojamento Rondon2, Abrigo emergencial (13 set) e Cia Ass Civ, Abrigo Pricumã, Abrigo Jardim Floresta, Abrigo Tuaranoko, Ptrg, PRA e CCI e CCE. As atividades dos militares nestes abrigos ocorrem de segunda a segunda.

Celebrações religiosas: celebração do Culto evangélico nas terças feiras às 19:00h no rancho da base acolhida e missas nos domingos às 09:00 h e às 19:00 h na capela Nossa Senhora Aparecida, da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Atribuições diversas: Acompanhamento e visita à base da acolhida em Pacaraima com palestra e atendimento espiritual. Visita aos abrigos onde se inicia todo processo de imigração; Assistência à Capelania da Brigada com missas, confissões e formação catequese; Apoio à Diocese local, com reuniões quando a Base Acolhida precisa do apoio da Igreja local; Reuniões com voluntários e organizações; Trabalho em conjunto com a Psicóloga da FAB e o Assistente Social; Realização uma vez por semana de momento de uma Palavra espiritual e orações nas seções da Base da Acolhida; Realização de mensagem espiritual e oração nas formaturas que ocorrem no pátio da base da operação acolhida.

Um marco importante e histórico que não podemos deixar de relatar na nossa missão ocorreu no dia 23 de maio, no pátio da Base Ayrton Senna. Uma cerimônia de entronização da Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres. Na Operação acolhida a imagem da Santa representa a proteção de todos os trabalhadores civis e militares que se dedicam à operação e, ao mesmo tempo, um local em que os militares realizam as suas orações pessoais. Sempre nossa Mãe Maria.

O trabalho dos capelães católicos e evangélicos na Operação Acolhida em Boa Vista é um testemunho de solidariedade e compaixão. Sua presença é fundamental para o bem-estar emocional e espiritual dos militares, demonstrando a importância da assistência religiosa e espiritual em contextos de operações e missões humanitárias.

Desde 2018, a presença do capelão militar nesta nobre missão cumpre seu ministério de acolher o próximo, segundo o evangelho: “Eu era estrangeiro e me acolhestes em casa” (Mt 25, 35c).

O Perfil do Capelão na Operação

O perfil do capelão em missão humanitária é caracterizado por habilidades e competências. Empatia e compaixão são dois conceitos fundamentais para a construção de relacionamentos saudáveis e significativos

do capelão e seus direcionados. São habilidades que podem ser desenvolvidas no dia a dia com prática e paciência. Cito:

Comunicação eficaz é fundamental para estabelecer harmonia, resolver conflitos e alcançar objetivos. A Comunicação do capelão deve ter clareza, com escuta ativa e atenta e, ao mesmo tempo, com a capacidade de se manter aberto e receptivo.

Liderança e iniciativa são habilidades fundamentais para alcançar objetivos e inspirar os militares. Há que se ter a capacidade de adotar ações proativas para resolver problemas e conflitos em um ambiente hostil.

Resiliência e adaptabilidade são atitudes fundamentais para lidar com as dificuldades inerentes às mudanças de situações que o militar combatente, envolvido na operação, encontra em cada missão. Cientes disso, devemos estar em consonância com elas. O conhecimento teológico e espiritual facilita esse entendimento e o aprofundamento dessas questões, nesse complexo relacionamento imanente-transcendente que envolve os homens da guerra e os pastores da paz, muitas vezes em um antagonismo pessoal. Porque, em operações de paz, também existe uma guerra em cada interior.

É de competência e dever do Capelão prestar assistência espiritual e emocional com o objetivo de proporcionar o bem-estar dos militares, especialmente em momentos de crise ou necessidades, do soldado ao general.

Aconselhamento e orientação são processos, os meios que o capelão visa ajudar os militares a lidarem com os desafios da missão, tomar decisões acertadas e alcançar seus planos e objetivos de trabalho.

A mediação de conflitos é uma forma que visa, pelo diálogo e oração, resolver disputas e conflitos entre duas ou mais partes, com a ajuda de um terceiro neutro e imparcial.

Trabalho em equipe é essencial para alcançar em missão objetivos comuns e obter sucesso em diversos contextos de trabalho colaborativo e criatividade.

Adaptação a contextos culturais diversos é eficaz para entender e interagir com pessoas de diferentes origens culturais e diversidade, evitando preconceitos.

O Capelão deve agir com sensibilidade e tolerância. São atributos para construir relacionamentos saudáveis e harmoniosos em diversas situações. Capacidade de aceitar e respeitar as diferenças e opiniões dos outros.

Paciência e perseverança - são capacidades de esperar calmamente e tolerar situações difíceis e superar desafios. O Capelão deve orientar para que haja calma, resiliência, foco e controle emocional, preservando a autoridade.

Integridade e ética - vivemos em um mundo da fragilidade, e estes dois atributos contribuem para construir confiança, respeito e sucesso em todas as áreas da vida. São escolhas diárias e prudentes que constroem um caráter forte e uma vida de sucesso.

Flexibilidade e disponibilidade - a vida do militar em cada transferência ou missão deve desenvolver a capacidade de se adaptar a novas situações e mudanças, estar disponível para ajudar e apoiar.

Sentido de justiça social - é a capacidade de reconhecer e lutar contra as injustiças sociais, promovendo a igualdade, a equidade e os direitos humanos.

Formações e Certificações do Capelão

1. Estudos teológicos
2. Treinamento em aconselhamento
3. Certificação em primeiros socorros
4. Conhecimento de línguas estrangeiras
5. Experiência em missões humanitárias

Desafios Enfrentados

1. Lidar com situações de crise
2. Superar barreiras linguísticas e culturais
3. Manter a neutralidade e imparcialidade
4. Gerenciar o estresse e a carga emocional
5. Trabalhar em ambientes adversos

Participação de Instituições Católicas e algumas Ações Específicas

1. Diocese de Roraima
2. Caritas Brasil
3. Comunidade Sant'Egídio
4. Ordem dos Frades Menores (OFM)
5. Congregação das Irmãs de São José (CSJ)
6. Congregações dos Jesuítas.

Ações específicas:

- ✓ Acolhimento e orientação
- ✓ Assistência alimentar e de saúde
- ✓ Alojamento temporário
- ✓ Suporte emocional e espiritual
- ✓ Cursos de língua portuguesa e qualificação profissional
- ✓ Articulação para emprego e moradia
- ✓ Campanhas de arrecadação de doações
- ✓ Voluntariado para atendimento nos abrigos
- ✓ Celebrações religiosas e espirituais
- ✓ Acompanhamento de famílias vulneráveis
- ✓ Articulação com outras organizações para ampliar a assistência

Testemunhos

“A Igreja foi fundamental para mim e minha família. Eles me ajudaram a encontrar um lugar para morar e um emprego.” - Imigrante venezuelano.

“A igreja é um exemplo de solidariedade e compaixão. Eles estão sempre dispostos a ajudar.” - Voluntário da Operação Acolhida.

A Igreja Católica em Boa Vista é um exemplo de compromisso e solidariedade com os imigrantes venezuelanos, oferecendo assistência integral e espiritual. Sua presença é fundamental para a Operação Acolhida.

Considerações finais

Como capelão, gostaria de deixar minha gratidão a toda equipe da Operação Acolhida em Boa Vista e Pacaraima, a qual merece nosso profundo agradecimento pelo incansável trabalho em proporcionar apoio e assistência aos nossos imigrantes venezuelanos.

Sua dedicação, empatia e compromisso com a dignidade humana são inspiradores e fazem uma grande diferença na vida das pessoas. Seus esforços em fornecer abrigo, alimentação, saúde e proteção às famílias refugiadas e migrantes é fundamental para reconstruir suas vidas.

A Igreja Católica em Boa Vista desempenha um papel fundamental na Operação Acolhida, oferecendo assistência humanitária e espiritual aos imigrantes venezuelanos. Deixo registado nossos agradecimentos ao nosso Exército Brasileiro. Também destaco a parceria com as organizações humanitárias, governos, igrejas e comunidade local, o que permite uma resposta efetiva e coordenada às necessidades dos refugiados e migrantes. Muito obrigado por tudo! Os senhores e senhoras são verdadeiros heróis e fazem uma diferença significativa em nossa Pátria Brasil.

Referências

Daróz, Carlos, Sabrina Celestino. *Operação Acolhida: a força-tarefa logística humanitária e o apoio aos imigrantes venezuelanos*. Biblioteca do Exército Editora, Rio de Janeiro. 2022.

OperaçãoAcolhida / notícias / Ministério do desenvolvimento e Assistência Social/2024 em <https://www.eb.mil.br> - notícias Operação Acolhida/2024.

<https://brazil.iom.int> - Operação Acolhida/2024.

<https://www.acnur.org> - Operação Acolhida/2024.

(*) Capitão Capelão do Exército Brasileiro.

Contexto Amazônico

Fábio Casado Dias ()*

Introdução

A atuação do capelão no contexto amazônico, em vários âmbitos pastorais, vem cheia de desafios e descobertas. A presença junto à tropa no hospital, nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), na Brigada, nas Organizações Militares (OM) e nas casas das famílias favorecem a troca de experiências e motivam a vivência do evangelho e o seguimento a Jesus Cristo. Desempenhando o serviço de apoio religioso em meio à natureza, junto aos povos originários e “brancos”, a presença do capelão possibilita, com a diversidade local, ser um elo que, em meio a selva, busca somar com a realidade plural para que a evolução de fé aconteça, valorizando o humano e o divino.

O Contexto Amazônico

O contexto plural encontrado na Amazônia para todos que ali residem, nativos ou estrangeiros, é um desafio peculiar, em face das diversas realidades culturais, sociais, religiosas, intelectuais, financeiras etc. que no mesmo solo enfrentam grandes provações e são inseridas num processo de transformação e valorização daquilo que são e possuem, ou seja, da própria identidade.

O vasto território amazônico, com suas belezas naturais, árvores, rios, animais e os povos nativos, com cerca de treze tribos de diversos povos originários, três línguas indígenas oficiais: Tukano, Baniwa e Nheengatu, mais a língua Portuguesa, encantam à primeira vista aqueles que, por exemplo, chegam à cidade de São Gabriel da Cachoeira. Situada no extremo noroeste brasileiro, evoluiu de um pequeno povoado fundado pelo capitão português José da Silva Delgado, em 1761, sendo hoje um importante município brasileiro que faz fronteira com a Colômbia e Venezuela.

Segundo o IBGE, possui cerca de 51.795 habitantes, a grande maioria espalhados pelas tribos nas matas e a cavaleiro do gigante Rio Negro. Um grande diferencial é logo visto ao chegar em suas terras: cerca de nove entre dez de seus habitantes são indígenas, sendo considerado o município com maior predominância de indígenas no Brasil, que, ao longo dos anos, continua a marcar a história da Amazônia com suas vidas, culturas e ricas terras.

Impossível falar sobre o capelão militar na região norte sem contextualizar a presença da Igreja católica local, que em 2024 preparou seu centenário com a ereção da Diocese de São Gabriel da Cachoeira. Consta que há mais de cem anos a chegada da Missão Salesiana no município, no

início da colonização, foi se inserindo como parte da cultura religiosa local e a partir de então o município ganhou um viés cristão, e de modo particular e muito forte, católico, onde a presença de padres salesianos e religiosas de diversas denominações fizeram seu papel no processo de evangelização.

Também, ao longo dos anos, a presença de pastores e diversas denominações protestantes entraram no contexto urbano, favorecendo a pluralidade religiosa, sem esquecer que a prática indígena dos rituais e benzimentos ainda são parte da cultura local.

Ao passar dos anos, a presença dos padres diocesanos foi ganhando espaço e fortalecendo a evangelização no município. A presença marcante de seus bispos deixaram junto ao povo da região um grande legado. Atualmente, o pastoril referencial para a Diocese de São Gabriel da Cachoeira é do recém ordenado bispo, Dom Raimundo Vanthuy Neto, com seus 22 anos de sacerdócio, nomeado pelo Papa Francisco em 8 de novembro de 2023, recebendo a Ordenação episcopal por sua excelência reverendíssima Cardeal Dom Leonardo Ulrich Steiner-O.F.M., em 4 de fevereiro de 2024 no Ginásio Totozão na cidade de Boa Vista-RM.

A celebração de posse de Dom Vanthuy foi marcada com grande alegria e festa, além de esperança de que o então nomeado bispo pudesse dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos pelo antecessor, agora emérito, Dom Edson Taschetto Damian, que por quatorze anos conduziu as atividades religiosas na Cabeça do Cachorro.

Na celebração de posse do novo bispo, muitos fiéis e representantes dos poderes civis e militares se fizeram presentes, lotando o ginásio municipal no dia 11 de fevereiro. Com o lema de ordenação “Servir na Caridade e na Esperança”, o bispo mostrou força e carisma ao povo. A presença do capelão junto aos diversos padres que concelebraram a missa de posse, o clero local e amigos convidados, demonstrou a unidade para com o pastor da Diocese, visto que a então Capelania Militar do Comando Fronteira do Rio Negro, desde sua instalação em 16 de maio de 2000, sempre teve um bom diálogo e troca de experiências e serviços junto à igreja local.

O capelão militar na Amazônia, de acordo com as possibilidades, também estende seus serviços junto ao povo de Deus nas paróquias da cidade, dando apoio nas férias dos padres nas atividades de missa, formação e adoração e, da mesma forma, quando a Capelania Militar precisa de apoio por motivos de afastamento do capelão, seja por missões fora da Brigada, nos Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), férias ou formações em outras cidades, os padres locais e o próprio bispo sempre estão dispostos a ajudar e atender a família militar.

Hoje, o clero da diocese conta com cinco padres, todos filhos da região. Indígenas, que se comunicam com facilidade com os nativos, em suas diversas línguas: Pe Odilio Gentil, Pe Geraldo, Pe Deliomar Anchieta, Pe Sidicley e Pe Joãonilton. Espalhados pela Diocese são colaboradores

eficazes no processo de catequização e itinerância ao longo do rio (processo de visitação e missão ribeirinha).

Um marco importante é a presença crescente de indígenas no processo formativo de seminário, caminhando no discernimento vocacional, preparando e esclarecendo a vivência sacerdotal. Atualmente, há seis meninos nessa fase do processo, que após adaptação à vida comunitária, Propedêutico, cursarão em Manaus as faculdades de filosofia e teologia visando o estágio pastoral, ordenação diaconal e sacerdotal.

Nesse processo inicial, por convite do reitor e do bispo diocesano, a presença do Capelão militar é marcada como ajuda em instruções, visitas, aulas de liturgia, catequese e atendimento sacramental dos seminaristas.

Apesar das grandes diferenças culturais, a religião católica ali modelada é um desafio, devendo obedecer às prescrições que universalmente a representam em sua história e liturgia, valorizando o processo da unidade que a faz tão rica em sua história e tradição, sem deixar de lado a cultura do encontro e valorização histórico-cultural.

O desafio da Capelania Militar nos Pelotões Especiais de Fronteiras

Desempenhar o serviço de apoio religioso em meio à natureza, junto ao meio militar, com diversas famílias vindas de diferentes locais do Brasil e com os nativos da região do Rio Negro tem seus desafios. Em meio a beleza exuberante da natureza se faz necessário enfrentar as dificuldades de uma pequena cidade isolada no meio da selva; grandes problemas de transporte e locomoção aumentam a problemática de ir ao encontro dos militares que desempenham seus papéis nas regiões remotas, especialmente nos sete Pelotões Especiais de Fronteira – PEF.

Essa é a missão que o capelão exerce junto a tropa e a família militar, de oferecer apoio religioso a todos que necessitam, de acompanhar o desenvolvimento e acolhimento de tantos que se fazem presente, servindo nos diversos locais de responsabilidade da atual 2ª Brigada de Infantaria de Selva. Homens e mulheres que, em sua maioria, com famílias e dependentes estão servindo à pátria com seus dons e comprometimento, sem medir esforços para que a missão central do Exército seja cumprida, defendendo a soberania nacional e garantindo a lei e a ordem, mesmo em meio a selva amazônica com suas grandes fronteiras.

A Brigada conta com sete PEF-Pelotões Especiais de Fronteira, espalhados pelo vasto território amazônico, sendo 1º PEF/ Yauaretê; o 2º Querari; o 3º PEF/ São Joaquim; o 4º Cucuí; o 5º PEF/ Maturacá; o 6º em Pari-Cachoeira; e o 7º em Tunuí-Cachoeira. As atividades de visitas aos PEF, apesar de programadas pelo capelão, nem sempre acontecem, pois, eventos climáticos ou de necessidade urgente surgem.

Por vezes, a chuva impede que as aeronaves que levam suprimento e/ou apoiam no arejamento e evacuação médica de militares aconteça, pois a

pista de terra enlameada não permite o pouso em alguns Pelotões. Outra dificuldade é a baixa das águas do Rio Negro, que impede barcos de se deslocarem na região, única forma de se chegar a alguns PEF, prejudicando a programação feita com antecedência, trazendo transtornos na retomada de projetos junto aos militares e familiares.

A presença do capelão, que traz palavras de conforto e encorajamento para cumprir suas missões junto ao exército e suas famílias, geralmente é para todos que lá estão. Importante e valorizada, a visita do capelão praticamente interrompe todas as atividades do PEF, para que a maioria dos militares e suas famílias possam ter um momento com o capelão, para acompanhar as palestras sobre a Valorização da vida, Família, Drogas, e tantos outros temas disponibilizados e orientados pelo Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).

Esses eventos são acompanhados atentamente pelos militares e familiares, com muito carinho, independente de religião que professam, pois o capelão é de todos. Nesses pelotões são celebrados o sacramento da eucaristia, sendo que as missas são para os voluntários e as palestras e instruções para todo o efetivo.

O contexto religioso

A diversidade de religiões que os militares professam no Exército Brasileiro é grande. Diversas denominações fazem parte do contexto religioso da tropa e suas famílias, e, com isso, sabemos que o pluralismo deve ser respeitado e a espiritualidade motivada, tornando possível um clima de amizade e harmonia entre as denominações cristãs que são a maioria, bem como com aqueles que não acreditam em Deus ou possuem outras formas de crença, professando sua religiosidade ou simplesmente não tendo religião. O capelão é para todos!

Um grande desafio enfrentado no contexto amazônico é o convívio com a religiosidade indígena. A presença do pajé, figura mística de origem tupi-guarani, que significa "feiticeiro", é um homem que exerce uma grande influência na sociedade. Por alguns querido e por outros temido, a figura alegórica representa a religiosidade de muitos que ainda estão em contato direto com as raízes indígenas.

O pajé, além da função de líder espiritual da tribo e segundo suas crenças, conhece os meios de entrar em contato com os seres espirituais e deuses protetores. Ele tem a função de invocar e controlar os espíritos, fazendo as curas da alma e do corpo; tido como curandeiro, conhece e pratica diversos rituais com uso de ervas e plantas nativas da Amazônia. Variando de acordo com a etnia, os indígenas acreditam que o pajé possui a capacidade de entrar em contato direto com os deuses, de fazer chover, de ajudar no rendimento da pesca e da caça, de afastar espíritos ruins e até mesmo para

conduzir o “apaziguamento” (oração para “reorganização sexual do indivíduo”).

Durante a pajelança, tem-se a crença de que o pajé pode entrar em contato com espíritos de pessoas mortas ou animais, com o objetivo de promover curas, resolver problemas pessoais ou coletivos da tribo; com isso, a crença em sua pessoa motiva a ligação e pertença às raízes do clã. Tivemos grande surpresa, quando em visita hospitalar ao HGUSGC-Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, os médicos e colaboradores relataram que muitos casos de problemas físicos graves chegam ao hospital com pioras no quadro clínico porque ficam esperando o pajé exercer sua função e, se tivessem sido encaminhados com antecedência poderiam ter uma cura ou até mesmo evitado as mortes de crianças, mulheres e idosos.

Assim, só alguns casos agravados é que são trazidos para a cidade e confiados à medicina do branco. Mesmo assim, após os atendimentos e procedimentos, por vezes cirúrgicos, quando acontece a reabilitação desses indígenas, os créditos não podem ser reservados ao homem branco, à ciência e aos diversos profissionais que prestaram auxílio, exercendo suas especialidades a serviço da população. Quando o paciente está recuperado, geralmente é conduzido novamente ao pajé, que deve “continuar seu ritual” para que realmente a pessoa possa ser reconhecida como sã, e, desta maneira, ele reafirma a sua credibilidade no seu papel de curandeiro perante a tribo.

Quando, após o tratamento no hospital, o indígena não volta para a tribo ou volta sabendo que quem proporcionou a cura foi a medicina do homem branco, o referencial religioso muitas vezes é por ele abandonado e cai na descrença. Nesses casos, a pessoa acaba migrando para uma fé diferente, que muitas vezes não possui estrutura para ajudar a lidar com a mudança, caindo no abandono das raízes de seu povo e se aproximando de uma cultura diferente, que de maneira adaptada a diversos fatores novos, tornará a sua fé discreta e imatura.

Nessas situações, acredito que a grande missão do capelão, sem interferência cultural, deva acompanhar a equipe médica que se esforça para atender bem o paciente e tratar suas enfermidades com o melhor que possuem, e apoiar e orientar aqueles que optam por conhecer e mudar para a “civilização”.

A presença do Capelão junto à saúde

A equipe médica do único hospital da região, formada por diversos profissionais que acompanham os indígenas, é a mesma que atende os militares e seus familiares e dependentes; homens e mulheres vindos de diversos cantos do país, temporários e de carreira, formam com os servidores civis uma grande equipe que incansavelmente luta para a melhoria da saúde da população no Alto Rio Negro. Como a saúde física está intimamente ligada

a saúde psíquica e espiritual, a presença do capelão no hospital traz para o enfermo, assim como os profissionais, uma presença amiga nos momentos de dor, incertezas e luto.

Além das palestras desenvolvias com todos que ali prestam serviço, também é feita a visitação aos diversos setores com livre acesso aos pacientes, levando palavras de conforto e fé para aqueles que estão em tratamento e seus acompanhantes, ministrando unção dos enfermos aos católicos e bênção aos que professam uma fé diferente.

Quinzenalmente, é celebrada uma missa no pequeno espaço mortuário que em 2023 foi adequado e reorganizado para se transformar na jovem capela dedicada à Nossa Senhora de Nazaré, localizada no pátio do hospital. Neste local, também são atendidas confissões com direção espiritual e orientação para militares e familiares.

A presença do capelão nos Pelotões Especiais de Fronteiras

Na primeira missão realizada de visitação aos PEF, quando na oportunidade foi oferecida carona com avião de equipe com três funcionários técnicos da Agência Nacional da Águas (ANA), acompanhamos o piloto e o copiloto da pequena aeronave e percorremos durante alguns dias quase todos os postos de coleta de dados que ficam nos Pelotões ou perto deles. Enquanto a equipe fazia o trabalho de averiguação e manutenção do material de coleta de dados, o capelão exercia a função junto a tropa.

No primeiro dia, com previsão de saída às seis horas da manhã do 5º BIS, estávamos ansiosos pela missão, não sabendo a realidade de cada local, levando um pouco de cada coisa para que a missão pudesse ser realizada. Apesar das limitações dos ambientes a bagagem foi grande.

Dias antes, em conversa com os comandantes de cada PEF, percebemos a necessidade de conduzir diversos materiais para as palestras, como caixa de som, projetor, notebook, material de anotação etc. Para as celebrações de missas havia necessidade de toalhas, vinho, velas, vestimentas, livros litúrgicos, partículas etc. que são necessárias para a mínima dignidade da celebração; além da bagagem pessoal como material de higiene, fardamento, roupa de cama e banho. Vale lembrar a importante colaboração de material que a equipe da ANA levou, um aparelho portátil de internet.

Embarque realizado, e em meio a tantos materiais da equipe da ANA, a saída de São Gabriel da Cachoeira aconteceu com atraso, chegando no PEF Pari-Cachoeira por volta das nove e trinta horas. Com o tempo chuvoso, a pista de terra estava quase que sem condições do pouso da aeronave da Amazonaves, empresa prestadora de serviços.

Com a recepção do Tenente Lucas Silveira (médico ortopedista que servia naquela localidade, e que também fazia parte da turma de catequese para adultos e que com acompanhamento online participava dos encontros

semanais, tivemos um momento com todos os soldados. A presença aguardada do capelão e uma pequena fala seguida de benção fez parte do receptivo almoço festivo que prepararam, comemorando os aniversariantes do mês.

Após almoço e instalação nas dependências do Pelotão ministramos palestra sobre Valorização da Vida, tema que seria tratado em todos os PEF, focando na resiliência e camaradagem entre os militares e seus familiares, favorecendo um clima positivo, apesar dos desafios encontrados, como a distância de familiares e da sociedade, assim como a privação de ambientes, comidas variadas, desconforto em suas casas etc.

Após o encontro com todos os militares tivemos um tempo de intervalo e missa para os voluntários, cujo número de participantes surpreendeu. Porém, poucos receberam a eucaristia, por não terem ainda os sacramentos como batismo e eucaristia, além de vários casais necessitando da legitimação do sacramento do matrimônio e da confissão. Na palestra e na missa enfatizamos a questão da necessidade de valorizar o tempo presente, as pessoas que estão ao nosso lado, as que amamos e estão por perto e valorizar e confiar naquelas que estão longe, mas que merecem nossa prece e atenção.

A presença do capelão junto a tropa faz a diferença, e não demorou para termos a prova real, pois a carência afetiva é grande. Após a missa, um militar veio conversar e partilhou, emocionado, alguns aspectos de sua vida particular, que estavam machucando seu coração e não tinha com quem partilhar. O militar dizia que passava por problemas de relacionamento, pois estava separado e longe da família, enquanto a filha crescia e não mantinha contato com ela. A relação conturbada com a ex-esposa estava tirando a paz do jovem militar.

Após um tempo falando dos desafios de estar ali servindo, o que o motivava a permanecer era a certeza de que o tempo estava passando rápido e logo voltaria para perto dos seus. O fator financeiro é muitas vezes colocado nas conversas. Em vários locais que passamos os soldados enfatizaram esse aspecto, de que enfrentam esses locais mais isolados com o intuito de economizar dinheiro e ganhar um pouco a mais no soldo e, quando voltar para o “Brasil”, colocar sua situação financeira em ordem. A vida financeira também é abordada nos temas trabalhados pelos capelães durante as visitas.

No segundo PEF, Iauaretê, o comandante tinha recém assumido a função. A falta de energia é um desafio em todos os pelotões, pois geralmente o gerador funciona até as vinte e duas horas, depois disso é escuridão e calor, sem falar da dificuldade de manter os alimentos em geladeira, problemas amenizados com a utilização de baterias. Nas atividades desenvolvidas, além da palestra, missa explicada e visitação nas casas, foram entregues gratuitamente aos interessados pequenas bíblias que estavam na Capelania.

No terceiro dia, com a missão em São Joaquim, percebemos que a maioria dos militares são evangélicos protestantes, e também apresentam dificuldade em vivenciar a fé, pelo difícil acesso ao culto. Assim como os católicos nas igrejas, a presença do capelão estimula a participação comunitária e ajuda a perceber a importância de estar em comunidade e estreitar os laços fraternos.

Em Querari, com a chegada por volta das oito horas da manhã, estavam sem energia, e de modo extraordinário ligaram o gerador, para que pudéssemos ministrar a instrução, com o apoio do notebook, caixa de som e projetor de slides. O envolvimento desse PEF foi além do esperado, a participação dos militares gratificante e a partilha e reflexão muito fortes.

O quinto dia, em Maturacá, foi marcado com a chegada tardia, apenas depois do almoço. A chuva forte atrapalhou um pouco a palestra, a falta de microfone prejudicou o andamento da missão, que foi concluída após um breve intervalo. A conversa com comandante que ali estava foi forte, os desafios que cotidianamente enfrenta são muitos e dizia que a espiritualidade é muito importante para manter-se firme e não deixar se abater pelas crises que acontecem no ambiente de selva.

Em todos os PEF que passamos a recepção foi excelente. O trabalho desenvolvido foi muito bom, as sementes de esperança, resiliência, amor e camaradagem foram semeadas em muitos corações; grandes partilhas foram efetivadas e as dinâmicas com os diversos grupos propiciaram um conhecimento básico da realidade que enfrentam. Pôde-se observar o quanto é importante o capelão saber realmente como é estar num lugar de tamanhos desafios, conhecer a história dos militares e suas famílias e ser um elo na busca de condições de melhorias com o comando para aqueles que ficam nesta distante e inóspita região do país.

A catequese na selva

A figura do capelão na evangelização de crianças e adultos por meio da catequese, logo nas primeiras semanas após a chegada na cidade, foi um ponto marcante. As pessoas começaram a perguntar sobre os sacramentos, como fazer para ter a eucaristia e a crisma, para poder casar e batizar seus filhos. Perguntas estas muitas vezes repetidas em diversos ambientes do quartel e até mesmo pelas ruas, pois o número de militares e dependentes que necessitam de regularização sacramental é expressivo. Diversos casos, cada um com sua especificidade, fez-nos perceber a urgência em iniciar os encontros de preparação sacramental.

Levando em conta a presença dos militares nos PEF que também gostariam de regularizar sua situação sacramental, propomos a opção de dois modos de catequese: presencial, para aqueles que estavam na sede da Brigada e Online para aqueles que estavam fora. A adesão foi significativa, militares e dependentes estavam na primeira fase juntos, mesmo buscando

sacramentos diferentes; o grupo de homens e mulheres se reunia no auditório do Polo EAD e quando a internet funcionava (outro desafio da selva) os que estavam longe acompanhavam as atividades. Posteriormente os grupos foram divididos e os conteúdos específicos foram ministrados pelo capelão, que perdeu o apoio da única catequista de adultos capacitada que a paróquia tinha, esposa de militar, que por motivos de saúde deixou a cidade.

Buscando um aprimoramento no entendimento das práticas religiosas e inserção na comunidade, foi proporcionado esse acompanhamento ao longo de quase um ano, com encontros semanais com duração de duas horas ou mais, com diversos temas que o capelão conduzia, favorecendo o aprendizado e a pertença a Jesus Cristo e ao comprometimento de participação na Igreja. Alguns catequizandos ficaram pelo caminho, não terminaram o acompanhamento ou tiveram um número de faltas elevado, não acompanhado a turma, e assim não receberam os sacramentos.

Os que foram fiéis até o fim tiveram grandes momentos de espiritualidade que o capelão, com a equipe litúrgica da Paróquia Militar Nossa Senhora da Conceição realizou durante o ano. Leitura nas celebrações dominicais, incentivo da primeira semana do mês com o café da manhã compartilhado após a missa, adoração ao Santíssimo Sacramento às quintas-feiras, procissões, confissões, lazer e trabalho – limpeza e organização da igreja – trabalhos estes que iam além da própria limpeza, pois formavam na comunidade sentimento de pertença e amizade entre os paroquianos. Ao final, foram formados nove casais para sacramento do matrimônio, três pessoas receberam a primeira eucaristia e seis o sacramento da crisma. Muitas missas e confissões foram realizadas, estreitando os laços com a comunidade e forjando a pertença. Também foram feitos acompanhamentos para o sacramento do batismo, com o curso de pais e padrinhos que fizeram a experiência de se aprofundar nos sacramentos da Igreja e na missão a ser assumida.

Apenas dois batismos de filhos de militar foram realizados em São Gabriel da Cachoeira: um na Matriz Militar e outro na Comunidade São Francisco, pertencente a Catedral Diocesana. Os demais foram realizados fora da cidade, com a autorização e certificado emitidos pela Capelania.

A vida sacramental consciente e assumida pelo cristão e suas famílias favoreceram um terreno fértil de vocação acertada, que gera felicidade e tranquilidade para ultrapassar os obstáculos da distância e outras dificuldades. A pluralidade com respeito trás na figura do capelão o apoio para essa fase de suas vidas.

O capelão participa de suas alegrias, sonhos, medos e frustrações. Não é fácil conviver com a distância de entes queridos. Aliás, o próprio capelão, que “não é filho de chocadeira”, também tem seus familiares que estão longe, pais, irmãos, sobrinhos e amigos. Assim, é necessário contar com o apoio e participação das famílias para minimizar a solidão. O churrasco após a missa, o lanche da tarde, o cafezinho, tornam as relações mais próximas e a

convivência mais fraterna, fazendo com que o tempo de permanência na Cabeça do Cachorro seja proveitoso e fraterno.

Assim, diante desses aspectos e tantos outros, a atuação da vida pastoral do capelão desenvolvida na selva proporciona momentos de aprendizado para ele e para a comunidade. Soldados de diversas patentes, que no mesmo solo e rio enfrentam as agruras da Amazônia, cumprindo suas missões e buscando uma evolução e aprofundamento espiritual, deixam suas marcas na construção continuada da história de São Gabriel da Cachoeira, levando consigo uma vasta bagagem de superação de desafios, com resiliência, fraternidade e aprendizado. SELVA!

(*) Primeiro-Tenente Capelão do Exército Brasileiro.

Missão de Paz

Diego Baltz (*)

Introdução

A história da humanidade evidencia a relação muito próxima que houve e há entre dois elementos: a força militar e a religião. Os grandes impérios, que no decorrer dos séculos dominaram e subjugaram vastas áreas do globo terrestre e enormes quantidades de povos, traziam dentro de si o arcabouço bélico sempre amparado por uma estrutura de elementos religiosos e de espiritualidade. Atualmente, tal situação perdura. Os exércitos modernos, entendendo a importância dessa relação, comportam dentro de si, ombreando nas mesmas fileiras – mas em atividades específicas – o combatente e o ministro religioso.

O Exército Brasileiro (EB) não foge a essa tendência. Seu percurso histórico, desde Guararapes, testemunha que o binômio *combatente – ministro religioso* é um fato inegável, até hoje, dentro do contexto de suas atividades e de sua missão suprema.

Não obstante, permanece como uma questão para muitas consciências e mentes, mesmo dentro de realidades propriamente militares, qual seria a importância de uma tropa contar, dentre seus integrantes, com um ministro religioso (capelão militar). Ou, talvez de maneira ainda mais direta, poder-se-ia perguntar: Em quê um capelão militar pode contribuir com uma missão que, ao cabo e ao fim, é bélica? Parece, aparentemente, que a figura e a função do capelão militar, de um lado, e o elemento bélico, de outro, que comporta o ato em si da guerra e, inclusive, de impor, se necessário for, a morte ao inimigo, não se coadunam.

O presente trabalho vem responder a esse questionamento e o aprofunda, evidenciando que o capelão militar é um elemento fundamental na configuração de um exército empregado em missão de paz, no sentido de ser, por seu papel e sua função específicos, um promotor da estabilidade anímica da tropa.

Para o atingimento do escopo proposto, será feito uso de sólida literatura existente sobre o assunto e também de um método de levantamento de dados que permite chegar a uma resposta satisfatória ao problema levantado.

O trabalho assim realizado – que por óbvio não esgota o assunto – permitirá que novas e oportunas perspectivas sejam levantadas, de modo a auxiliar o Exército Brasileiro a empregar eficazmente seus capelães militares em missões de paz.

A previsão da Assistência Religiosa na Constituição Federal de 1988

Sendo a carta magna da nação, é oportuno que citeamos em primeiro lugar o que diz a CF de 1988 sobre a prestação da assistência religiosa no meio militar (BRASIL, 1988):

“Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes (...).

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”.

A previsão constitucional é fundamental para nortear as legislações a ela subordinadas e dela mesma é que depende o próprio fato de que existam capelães inseridos nas Forças Armadas. A resposta ao problema levantado neste trabalho depende, pois, intrinsecamente, da previsão constitucional acima citada.

O tratamento dado à Assistência Religiosa em textos do Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro tem sido acompanhado, no cumprimento de sua missão e ao longo da gloriosa história de sua existência, por ministros religiosos. De fato, excetuando-se o curto período que transcorre entre a Proclamação da República (1889) e a Revolução de 1930, no qual esteve suprimido o antigo Corpo Eclesiástico do Exército, desde o Descobrimento, passando por Guararapes e pela Campanha da Força Expedicionária Brasileira na Itália até os dias atuais, é marcante a atuação dos capelães militares junto às tropas.

Central e digna de menção é a atitude do Duque invencível, Caxias, que, nas marcantes campanhas da Guerra da Tríplice Aliança, e especialmente nos terrores das refregas de Curupaity, teve a coragem de incorporar capelães militares à campanha para dar aos soldados o ‘*pão espiritual*’: “Caxias, ao assumir o comando, recompôs a retaguarda e incorporou capelães militares à campanha, resultando, assim, em um novo ânimo de combate” (BRASIL, 2020).

Esse histórico desemboca em uma legislação específica, que tem como marco a Lei 6.923, de 29 de junho de 1981, que define de maneira clara que o Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar a assistência religiosa e espiritual aos militares. Esse embasamento, que será confirmado posteriormente pela CF de 1988, passa então a fazer parte do corpo de leis do país, e irá direcionar o caminho das elaborações próprias de cada Força.

No caso do Exército Brasileiro, podemos em primeiro lugar apontar o previsto pelo Regulamento Interno dos Serviços Gerais (RISG): “O capelão

militar é o assessor do Cmt U nos assuntos da assistência religiosa e de ordem ético-moral” (BRASIL, 2004). Também é de ressaltar o que diz o Manual EB70-MC-10.238 – Logística Militar Terrestre, no seu subtítulo 3.7.11.10.1, ‘A manutenção do moral e do bem estar – A assistência religiosa’, ao definir que a assistência religiosa *“concorre para o fortalecimento espiritual da tropa e, conseqüentemente, da sua capacidade de durar na ação”* (BRASIL, 2018). São definições importantes, pois ligam diretamente a ação do capelão ao bem estar anímico dos combatentes.

Outrossim, a publicação regulamentar mais atual e mais específica sobre o papel do capelão militar empregado em operações – o “Manual de Campanha: A Assistência Religiosa nas Operações” EB70-MC-10.240 – trouxe uma visão muito mais aprofundada sobre o tema. Nele é possível observar e compreender todo o amplo espectro de ações que este militar técnico é chamado a desempenhar no contexto operacional. É sobre ele que o presente trabalho se detém com maior atenção neste referencial teórico, procurando nortear-se pelas questões de estudo propostas e com a finalidade de atender aos objetivos específicos elencados acima.

Quem é o oficial capelão militar e quais são suas funções básicas no contexto operacional

O Manual de Campanha A Assistência Religiosa nas Operações – EB70-MC-10.240 é taxativo na definição sobre quem é o oficial capelão militar (BRASIL, 2018):

“Oficial responsável pelo serviço de assistência religiosa, integrante do Quadro de Capelães Militares (QCM). É um ministro religioso ordenado, padre católico ou pastor evangélico, habilitado tanto para o serviço religioso quanto para o assessoramento adequado aos Comandantes.”

Sua função, no âmbito da Assistência Religiosa, também é claríssima: *“A assistência espiritual visa a elevar o moral individual dos integrantes da F Ter (...) concorrendo para (...) o equilíbrio emocional e o espírito de corpo, atributos imprescindíveis às operações militares”* (BRASIL, 2018). Como ele há de desempenhar tal função? Em uma dupla via, a saber: a de *ministro religioso* e a de *assessor do Comando*, ditas funções básicas do capelão militar. Como ministro religioso, assistindo aos baixados, nutrindo o espírito da tropa com as atividades especificamente religiosas e participando das honras fúnebres. Como assessor do comando, analisando o impacto da religião no âmbito da tropa (interno) e junto ao ambiente civil (externo).

Definição de Assessoria Religiosa Militar

As funções acima descritas e definidas pelo EB70-MC-10.240 reúnem-se sob um guia orientador mais amplo, que é o conceito de Assessoria Religiosa Militar (BRASIL, 2018):

“Assessoramento ao comando e ao seu Estado-Maior a respeito de questões religiosas, morais e éticas, e suas consequências sobre os militares, seus familiares, organizações militares (OM) e operações.”

Essa definição é importantíssima dentro do contexto das operações, pois firma a certeza de que nenhuma ação da assistência religiosa e, por consequência, do oficial capelão militar, está destituída de uma orientação superior e de um respaldo institucional. Antes, pelo contrário, ela converge no sentido das outras orientações do comando que visam proporcionar ao militar empregado as melhores condições estruturais, mas também anímicas e de moral elevado que conduzam ao sucesso na condução e conclusão das atividades propriamente militares.

Atividades básicas do oficial capelão militar em operações

Para desempenhar a função de promotor do bom ânimo da tropa empregada em operações, o oficial capelão militar desempenha, segundo o EB70-MC-10.240, quatro atividades básicas (BRASIL, 2018):

*“De modo geral, há quatro atividades básicas dos capelães em operações: a) aconselhar o Comandante e sua equipe sobre assuntos de religião, ética e questões morais, **bem-estar espiritual e moral**. Inclui orientações sobre o impacto das operações na dinâmica religiosa e humanitária na área de operações; b) planejar os requisitos de ação, no âmbito da estratégia religiosa do comando, durante as diversas situações; c) supervisionar a equipe designada e comunicar ao comando as prioridades religiosas, o que facilita a unidade de esforços e a consciência situacional; e d) cuidar dos recursos e instalações disponíveis, para que a assistência religiosa atenda satisfatoriamente às exigências e necessidades da Força, garantindo a execução de atividades religiosas especiais de cada segmento representativo da tropa, recebendo e organizando donativos, correspondências e artigos religiosos.”*

Ou seja: está incluída dentro do dever do oficial capelão militar a missão de promover o bem-estar espiritual e *moral*. Se entendemos o termo ‘*moral*’ como ‘*estado de espírito*’ ou ‘*estado de ânimo moral*’⁵⁰, vê-se que é ofício próprio do capelão dedicar-se a tal objetivo, ofício do qual ele não pode furtar-se dentro do contexto das operações.

⁵⁰ É o que faz o Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa que, na sua abordagem do termo ‘*moral*’, dentre outras definições, explicita: ‘*mo. ral – estado de espírito; ânimo, determinação*’.

Faz-se necessário reforçar essa certeza, pois, caso contrário, entender-se-á erroneamente que o oficial capelão tem a missão restrita de celebrar atos de culto quando, na verdade, sua missão é muito mais ampla e abrangente.

Estruturação das atividades de assistência religiosa nas operações

As atividades da assistência religiosa em operações, segundo o EB70-MC-10.240 (BRASIL, 2018), estruturam-se em um eixo triplo: a) Nutrir o espírito; b) Assistir aos baixados; e c) Participar de honras fúnebres.

Dentre essas, mas não exclusivamente, a atividade de *nutrir o espírito* conecta-se diretamente com o problema de nosso trabalho:

“É a tarefa que se inicia ainda na fase de preparação e de execução das operações e se estende às famílias dos militares. Fornece suporte moral, ético e espiritual, com os seguintes propósitos: a) minimizar o impacto emocional decorrente do afastamento da convivência familiar; b) amenizar os efeitos estressores da ação continuada nas operações; c) despertar competências de natureza espiritual que contribuam como mecanismos de confrontação e superação de conflitos internos; d) cooperar para a manutenção de um clima estável, fomentando o espírito fraterno e a camaradagem; e) contribuir para a dissipação de dicotomias ou dilemas éticos, diante da difícil e complexa decisão de matar; e f) agregar dimensão espiritual à missão, na medida em que promove o crescimento pessoal.”

Ao atentarmos para a linguagem empregada pelo Manual, percebemos claramente que há um fundo de preocupação com o bem-estar anímico marcante no texto. Isso traduz a inegável intenção dos escalões superiores no sentido de que exista um ambiente favorável e propício e que o capelão militar é um elemento chave na consecução desse objetivo.

As atividades religiosas concretas nas operações

A estruturação das atividades de assistência religiosa nas operações e as ações do oficial capelão militar materializam-se, tornam-se palpáveis, mediante ações concretas, também previstas pelo EB70-MC-10.240.

Essas ações pontuais são muito importantes, pois complementam aquilo que na ação do capelão é o ato religioso em si, qual seja ele celebrar uma Santa Missa para os militares católicos, um Culto para os militares protestantes ou coordenar a organização de uma Reunião de Doutrina para os militares espíritas.

Conhecer essas ações é, sem dúvida, um suporte valioso para o comando da operação de Paz e pode ser inclusive um critério pelo qual o comandante avalie a atividade do oficial capelão.

O EB70-MC-10.240 explicita as ações concretas do oficial capelão militar. Dentre estas, destacamos as que mais diretamente dizem respeito ao bem-estar anímico da tropa (BRASIL, 2018):

“Transmitir mensagens e realizar celebrações religiosas (...) Promover uma atmosfera de fé e convicção pelo exercício das preces (...) Atender individualmente, em sessões de confissões e aconselhamentos (...) Realizar instruções e reuniões com o propósito de prevenir o pensamento suicida e combater compulsões e vícios (...) Visitar regularmente as instalações de formação sanitária e hospitais (...)Ministrar ritos religiosos em honras fúnebres (...) Confortar os enlutados.”

Todas as ações acima elencadas estão, inegavelmente, ligadas à promoção do bom ânimo da tropa. E, além disso, são precípuas à obrigação do oficial capelão militar. Por isso, ele é promotor, *ipso facto*, dessa atmosfera e desse bom estado anímico.

Como as atividades da Assistência Religiosa promovem o bem-estar dos militares empregados em Missões de Paz?

Os textos do EB70-MC-10.240 apontam, pois, para eficácia do trabalho e das atividades de capelão como promotor do bom ânimo da tropa.

É preciso, no entanto, destacar o que diz o mesmo manual no seu capítulo VI (BRASIL, 2018):

“Neste sentido, o planejamento da assistência religiosa tem como meta primária colaborar para a manutenção e a duração do elevado nível moral da tropa e para a sustentação individual do combatente, promovendo o estímulo espiritual e religioso em proveito do cumprimento da missão. Paralelamente ao revigoreamento espiritual, o reforço da estruturação psicológica repercute positivamente em sua sustentação física no combate.”

É agindo sobre o ser humano como um todo (*pneuma, anima e sarx*) ⁵¹ que as atividades religiosas acabam por contribuir com o ânimo de cada indivíduo, o que conduz ao êxito na missão do conjunto.

Fica claro também que, no emprego de militares em missões de paz (e isso pode se estender a outros tipos de missões e/o operações), não se pode considerar o ser humano senão em sua composição plena, ou seja, é preciso saber que não se trata somente de ter os melhores equipamentos, os soldados melhor preparados fisicamente e as melhores condições de oportunidade. Além disso, é preciso que haja estabilidade de ânimo interior em cada militar. O escalão responsável pelo comando e pela condução da missão pode encontrar valiosíssima ferramenta exatamente na figura do

⁵¹ Trata-se da clássica elaboração antropológica que, unindo elementos da filosofia grega e da religião judaica – que depois desembocarão na concepção cristã – compreende o homem composto pela tríade *espírito, alma e corpo*.

oficial capelão militar que, em sua área específica e conjugado a outros elementos contribui para a consecução do estado final desejado.

A estruturação do Plano de Assistência Religiosa em Missão de Paz e a promoção do bom estado anímico da tropa mediante a relação Oficial Capelão Militar – Oficial Psicólogo Militar

O EB70-MC-10.240 conecta diretamente a eficácia das ações da assistência religiosa à obediência às Diretrizes de Planejamento do Comandante. Somente nesta consonância e dentro desta comunhão é que o sucesso pode ser alcançado e é a partir daí que se deve fazer o planejamento do Plano de Assistência Religiosa: *“O planejamento da assistência religiosa assegura a entrega de um serviço de apoio à F Ter capaz de colaborar com o ânimo espiritual e moral da tropa”* (BRASIL, 2018)

Tal planejamento tem como meta precípua colaborar para a manutenção e a duração do elevado nível moral da tropa, considerando os seguintes princípios (BRASIL, 2018):

“a) adaptabilidade do apoio religioso à natureza militar e aos objetivos das operações para garantir a união de esforços no cumprimento da missão; b) determinação de que o Serviço de Assistência Religiosa não tenha caráter proselitista, priorizando o espírito ecumênico e inter-religioso; c) definição do caráter não confessional das instruções ou intervenções religiosas com a tropa, preservando o cenário da múltipla confessionalidade religiosa; d) estímulo às atividades religiosas confessionais de caráter voluntário, garantindo o direito do militar à assistência religiosa confessional como suporte individual de manutenção do combatente; e) fixação da prioridade da assistência religiosa, visando a elevar o moral da tropa, o ânimo individual do combatente e salvaguardar as necessidades espirituais dos militares; e f) prestação da assistência religiosa voltada à realidade castrense, segundo os princípios da conveniência e oportunidade, direcionada ao desenvolvimento dos valores e deveres militares.”

É exatamente nessa direção que deve ser concretizado o Plano de Assistência Religiosa e, considerando a proximidade das áreas de atuação – a despeito da especificidade da abordagem – é sempre benéfico o bom contato e a sadia interação entre o oficial capelão militar e o oficial psicólogo militar. Estes dois profissionais, quando possível, devem sempre servir de suporte um ao outro no objetivo a ser alcançado. Nesse sentido, diz DAHAN (2012) :

“CHC (Chaplains) have been recognized for their role in suicide prevention, and there is support for the integration of chaplains and health care providers in a comprehensive effort that addresses a range of mental health issues from mild emotional distress to suicide identification and prevention”

Isto é:

“CHC (Os capelães) foram reconhecidos por seu papel na prevenção do suicídio, e há apoio para a integração entre capelães e profissionais de saúde de maneira abrangente, em um esforço que aborda uma série de problemas de saúde mental, desde sofrimento emocional à identificação e prevenção de suicídio.”

O Ecumenismo como fator contributivo no trabalho do Oficial Capelão Militar

Todo efetivo de militares empregados em Missão de Paz sempre comporta em si indivíduos de convicções religiosas diversas. E, como atualmente a F Ter prevê a convocação de capelães militares oriundos da denominação *católica* e das denominações *protestantes*, é imperativo que, nas tropas empregadas nesse tipo de missão, o serviço de Assistência Religiosa seja pautado pelo princípio do *ecumenismo*.

Sendo, em âmbito amplo, o *“Movimento favorável à união de todas as igrejas cristãs”*⁵², o ecumenismo é fundamental na prática da assistência religiosa em operações, pois evita que haja entre os indivíduos dissensões tais que acabem provocando rupturas no relacionamento e no bom convívio entre os militares. Devem o respeito pela convicção religiosa alheia e a unidade naquilo que é comum imperar, e o oficial capelão militar deve ser o primeiro a promovê-los e estimulá-los. Sem dúvida, estas são ferramentas importantíssimas pelas quais o Serviço de Assistência Religiosa contribui com o alcance do estado final desejado.

De outro lado, o ecumenismo não pode, jamais, prejudicar ou dificultar as ações religiosas próprias a cada segmento religioso, em obediência à liberdade de culto e ao que preveem os acordos internacionalmente reconhecidos, como o Pacto de São José da Costa Rica, especialmente em seus parágrafos 3º e 4º (CADH, 1969):

“A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças está sujeita apenas às limitações previstas em lei e que se façam necessárias para proteger a segurança, a ordem, a saúde ou a moral públicas ou os direitos e as liberdades das demais pessoas.”

A Assistência Religiosa e a promoção da interação com líderes religiosos locais na Missão de Paz

O EB70-MC-10.240 prevê que o oficial capelão militar seja um elo entre Comando e os líderes religiosos locais na área da missão de paz (BRASIL, 2018). Como isso contribui com o bom estado anímico da tropa? Exatamente pelo fato de que assim a atividade religiosa não fica restrita às áreas

⁵² HOUAISS, Antônio. “Dicionário da língua português.” Verbete: ecumenismo. Ed: Objetiva, 2009, p. 265.

exclusivamente militares e, oportunizando que os militares vejam e participem das boas práticas religiosas desenvolvidas por líderes religiosos locais – cooperando também por meio de Ações Comunitárias e Cívico-Sociais (ACISO) – possam haurir, pela fraternidade e espiritualidade, ânimo para o cumprimento da missão.

Contribuições de artigos, trabalhos acadêmicos e outros textos

Tendo observado o que prevê o EB em alguns de seus textos fundamentais sobre o tema, nos reportamos ao que a literatura encontrada em alguns artigos científicos, trabalhos acadêmicos e livros apresentam a respeito. Isso, conjugado à literatura da F Ter, serviu para solidificar nossa resposta ao problema levantado.

O Oficial Capelão Militar é um ministro religioso e um militar

Assim, observamos em primeiro lugar que o oficial capelão militar é, de fato, um *profissional adestrado especificamente* para aquilo que desempenha em sua função. Não se trata simplesmente de um religioso qualquer, um, por assim dizer, *generalista*. Isso é atestado quando observamos o caminho de aprimoramento pelo qual a carreira dos oficiais capelães militares vem passando nos últimos anos (NUNES, 2020):

“A reestruturação ficou evidente. Na cronologia das portarias do Estado-Maior do Exército temos as mais recentes transformações. A portaria nº 309-EME, de 29 julho de 2017, integra a formação militar dos capelães à Linha de Ensino Militar Complementar, em nível superior de formação. Transfere-a da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) para a Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEx), mantendo a periodicidade e o número de vagas do concurso público, em conformidade com o Plano de Cursos e Estágios do Exército (PCE-EB) e a lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, que regula o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. (...) A inclusão do QCM na Linha de Ensino Militar Complementar na EsFCEx oportuniza ajustes importantes à profissionalização dos capelães: designação de capelão para a Escola de Formação como assessor técnico e instrutor da área; criação de vaga em Quadro de Cargos Previsto (QCP) na Organização Militar; atualização curricular ao inserir o então Estágio de Instrução e Adaptação para Capelães Militares (EIACM) no ensino por competência; reestruturação do Perfil Profissiográfico e elaboração do Mapa Funcional dos Capelães, de acordo com a Lei nº 6.923/81; e construção de novos planos de disciplinas e documentação curricular em correspondência às competências do cargo e à legislação regulatória para o seu emprego no ambiente da administração pública e nas operações militares.(...) A meta é o alinhamento da formação dos capelães com os demais oficiais da Força Terrestre, estabelecendo simetria formativa dos novos alunos com os oficiais da Linha de Ensino Complementar e incluindo os demais capelães às exigências da profissão militar para a progressão na carreira como, por exemplo, a determinação obrigatória do Curso de

Aperfeiçoamento Militar (CAM), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), para capelães capitães pelas portarias nº 085-DECEX, de 31 de março de 2017 e nº 153-EME, de 13 agosto de 2018. Nesse contexto, insere-se a pretensão da obrigatoriedade do Curso de Especialização Básica para Capelães (CEB Capelão), ainda em estudo pela Diretoria de Educação Superior Militar (DESMil) e pelo Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), para os capelães recém-formados no Curso de Formação de Capelães Militares (CFCM), a partir de 2020, objetivando massificar e padronizar sua atuação na tropa.”

Aprimorando a especialização e com melhor qualificação, que aprofunda o sentido de sua identidade e de sua missão, o oficial capelão militar pode com mais propriedade desempenhar sua função, que é a de ser um ministro religioso e *militar*.

Esse melhoramento na formação e na carreira permite que o próprio ministro religioso que se torna capelão militar saiba em que terreno pisa e como poderá ser eficiente. Ele não é um sacerdote de uma paróquia ou pastor de uma igreja civil; ele é um ministro religioso e um *militar*, *que deverá enfrentar um contexto particular dentro de seu ministério de cuidador de almas, sendo inclusive, se necessário, empregado para cumprir tal missão no contexto de um conflito bélico*. Essa especificidade tem sua importância reconhecida, por exemplo, nos documentos da Igreja católica (JOÃO PAULO II, 1986):

“Desde sempre, com exímia solícitude e em modo proporcionado às diversas exigências, a Igreja procurou atender à cura espiritual dos Militares. Estes, com efeito, constituem um específico grupo social e, ‘pelas peculiares condições de sua vida’, quer voluntariamente façam parte de modo estável das Forças Armadas, quer a elas sejam chamados por lei durante um tempo determinado, têm necessidade de uma concreta e específica forma de assistência pastoral. A esta existência, no curso dos tempos, a sagrada Hierarquia e, em particular os Romanos Pontífices, pelo seu dever de serviço, ou seja, de ‘diaconia’, têm providenciado em cada caso e do melhor modo, com uma jurisdição mais conforme às pessoas e às circunstâncias.” ⁵³

O capelão militar exerce uma ação que transcende o aspecto meramente religioso-celebrativo

As atividades desempenhadas pelo oficial capelão militar, como já evidenciado acima, não se restringem aos atos ou celebrações religiosas em si. Sua ação tem uma amplitude mais dilatada e difusa, na medida em que pode auxiliar como conselheiro, confidente, obrigado ao sigilo absoluto a respeito das problemáticas que lhe são apresentadas pelos indivíduos e como apoio valioso ao cuidado da saúde mental (DAHAN, 2012):

⁵³ JOÃO PAULO II. “Constituição Apostólica Spirituali Militum Curae”. Ed: Vaticana: 1986, p.1.

"The role of CHC in current conflicts is important, since religious behaviors and spiritual beliefs have been shown to contribute to improvements in coping with illness as well as positive health outcomes and because combat and traumatic experiences can lead to moral and personal conflict"

Em tradução nossa:

"O papel do CHC (capelães) nos conflitos atuais é importante, uma vez que se demonstrou que os comportamentos religiosos e as crenças espirituais contribuem para melhorias no enfrentamento da doença, além de resultados positivos para a saúde e porque experiências de combate e traumas podem levar a conflitos morais e pessoais."

É importante registrar, ainda dentro que dentro do exercício de seu múnus pastoral específico, os capelães servem de apoio para a boa saúde mental e anímica, inclusive com o aumento do efetivo de militares que não professam oficialmente nenhuma religião - fato este que também é registrado nas fileiras do EB – (WHITT, 2012):

"Incluso, con un creciente número de integrantes militares que manifiesta 'no tener preferencia religiosa alguna', ateísmo o agnosticismo, los capellanes siguen siendo recursos esenciales para la consejería personal y de familia, prevención de suicidio y salud mental."

Em tradução nossa:

"Mesmo com um número crescente de militares relatando ter 'nenhuma preferência religiosa', ateísmo ou agnosticismo, os capelães continuam sendo recursos essenciais para aconselhamento pessoal e familiar, prevenção de suicídio e saúde mental."

Trata-se, como visto, de uma missão religiosa, mas que atinge fronteiras que vão além do fato religioso em si.

2.3.3 O capelão como *testemunho* de estabilidade anímica e comprometimento com a missão.

Dentre as fontes pesquisadas para a elaboração do presente trabalho deve ressaltar-se também a presença do estímulo que o oficial capelão militar pode dar aos combatentes mediante seu próprio testemunho de estabilidade anímica e de comprometimento com a missão. Não bastam as boas palavras. Antes, é preciso dar testemunho (SEDDON, 2011):

"Many military personnel felt, as some do today, that if a man of God was with them, nothing bad could happen. Soldiers respected chaplains if they risked their own lives, for example, by going into dangerous areas to assist the wounded or minister the last rites."

Ou seja:

“Muitos militares sentiram, como alguns fazem hoje, que se um homem de Deus estivesse com eles, nada de ruim poderia acontecer. Os soldados respeitavam os capelães se eles arriscassem suas próprias vidas, por exemplo, entrando em áreas perigosas para ajudar os feridos ou ministrar os últimos ritos.”

O capelão, para ser motivador do bom ânimo, deve também vibrar com as realidades militares e se envolver com elas, inclusive indo para os locais da missão que apresentam maior risco.

A missão do oficial capelão traz benefícios que contribuem com o objetivo dos escalões de Comando

A missão do oficial capelão militar deve estar sempre em consonância com os objetivos dos escalões de comando. De outro lado, os comandantes certamente encontram, no componente de assistência religiosa de seu efetivo, um valioso apoio, não desprezível, no qual os militares encontram sólido auxílio, que contribui para lhes trazer estabilidade de ânimo. É forçoso reconhecer o benefício da assistência religiosa e espiritual no contexto de operações militares (STROPPIA, 2008):

“A ampla maioria dos estudos de boa qualidade realizados até o momento aponta que maiores níveis de envolvimento religioso estão associados positivamente a indicadores de bem-estar psicológico, como satisfação com a vida, felicidade, afeto positivo e moral elevado, melhor saúde física e mental. O nível de envolvimento religioso tende a estar inversamente relacionado à depressão, pensamentos e comportamentos suicidas, uso e abuso de álcool e outras drogas.”

Em contextos de operações militares, nos quais a busca para o alívio das tensões acumuladas pode levar ao consumo excessivo de álcool, e mesmo a comportamentos que ferem a honra e o pundonor militar, é absolutamente necessário que os escalões de comando façam uso da ferramenta da assistência religiosa (FARIA ALVES, 2017):

“A prática religiosa é um elemento de proteção contra o alcoolismo, contra a dependência química, contra a depressão, contra o suicídio e contra as doenças sexualmente transmissíveis. Isso significa que pessoas com envolvimento religioso têm menos chances de se encontrarem nessas situações. Não pela religião em si, mas devido aos comportamentos que as religiões em geral incentivam.”

Além disso, é de se ressaltar que o serviço prestado pela assistência religiosa é para *toda a tropa*. É importante frisar isto, pois, algumas vezes, pensa-se que seria algo somente para os militares mais jovens e

inexperientes ou para os que são oriundos de condições sociais mais fragilizadas. Essa ideia, no entanto, está longe de ser verdadeira (FARIA ALVES, 2017):

“(...) a associação positiva entre religiosidade e bem-estar se mantém mesmo diante da alteração de outras variáveis como situação conjugal, idade, gênero, nível educacional e socioeconômico, as quais poderiam influenciar os resultados. Diante disso, podemos afirmar com bastante razoabilidade que, se temos em mente o bem-estar de alguém, não levar em conta sua religiosidade seria um grande equívoco.”

Conclusão

Tendo, pois, realizado, as considerações acima, concluímos que a presença de oficiais capelães militares junto às tropas empregadas em missão de paz é certamente muitíssimo oportuna e necessária.

A resposta ao problema a que chegou o presente trabalho é positiva, isto é, *o papel desempenhado pelo oficial capelão militar junto a uma tropa em missão de paz contribui significativamente para a promoção e a obtenção de um estado anímico que seja positivo* e que, por consequência, leve o combatente ao cumprimento eficaz de sua missão.

Por isso, ressalta importante que os escalões de comando, no processo de seleção e de elaboração dos Quadros de Cargos Previstos (QCP) empregados em contingentes de missão de paz prevejam, de maneira permanente, a existência dos capelães militares.

À guisa de exemplo, cito, para confirmar a conclusão à que o presente trabalho chegou, uma experiência pela qual passou um capelão militar, estando empregado no 21º contingente na MINUSTAH, no primeiro semestre do ano de 2015 (BRABAT 21 – 2015/I).

Após meses de missão, celebrando a Missa, atendendo confissões, realizando palestras à tropa, fazendo aconselhamentos, acompanhando o dia-a-dia da tropa, tendo que realizar inclusive um rito funeral de militar do contingente chileno, conversando muito com os militares, atendendo no Hospital de Campo argentino, participando de ACISOS, ministrando a catequese e acompanhando até mesmo patrulhas na área de Cité Soleil, já quase no final da missão, o referido capelão recebeu a visita de um combatente da tropa de Forças Especiais em sua sala de atendimento.

Esse combatente, estendendo ao capelão o gorro preto das FE, disse ao capelão: *“Capelão, trago-lhe de presente este gorro preto.”* O capelão agradeceu e perguntou o motivo do referido presente. E lhe disse o combatente FE: *“O senhor se recorda da conversa que tivemos um dia na capelania, mais ou menos com três meses de missão já transcorridos?”*. *“Sim”*, disse o capelão. *“Pois então, aquele diálogo e as orientações que o senhor me deu fizeram com que eu não desistisse da missão.”*

REFERÊNCIAS

- BRASIL.** Constituição Federal da República. Título II: Dos direitos e garantias fundamentais, Capítulo I: Dos direitos e deveres individuais e coletivos, Art.5º, Par.VII. 1988.
- BRASIL.** “Logística Militar Terrestre”. EB70-MC-10.238. Cap III – Funções Logísticas. 2018. Sub-item 3.7.11.10.1., p. 3-23.
- BRASIL.** “Manual de Campanha. A Assistência Religiosa nas Operações.” EB70-MC-10.240. Cap. I – Introdução. 2018, p.1-1s; 4-2; 5-1 a 5-5; 6-1s
- BRASIL.** “Regulamento Interno dos Serviços Gerais”. R -1. Título II, Cap. I, Seção XIX, Art.67. 2004, p. 41.
- BRASIL.** Site do Exército Brasileiro. In: <http://www.3de.eb.mil.br/index.php/component/content/article?id=1892&>
- CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS (CADH).** Assinada na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, San José, Costa Rica, em 22 de Fevereiro de 1969, par. 3º e 4º.
- DAHAN,** Karen B. “The Role of Military Chaplains in Mental Health Care of Deployed Service Member”. **Military Medicine**, Vol. 177, Setembro 2012. In: <https://academic.oup.com/milmed/article-abstract/177/9/1028/4345541> by guest on 21 July 2020. (grifo nosso)
- FARIA ALVES,** Gisleno Gomes. “Manual do Capelão: teoria e prática”. United Press, 2017. p. 132. Idem.
- HOUAISS,** Antônio. “Dicionário da língua português.” Verbete: ecumenismo. Ed: Objetiva, 2009, p. 265.
- JOÃO PAULO II.** “Constituição Apostólica Spirituali Militum Curae”. Ed: Vaticana: 1986, p.1.
- LEHFELD,** Neide Aparecida de Souza; **BARROS,** Aidil Jesus da Silveira. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª Ed. Pearson, 2008, p. 75 e 76.
- NUNES,** Fabrício do Prado. “A Formação dos Capelães Militares do Exército Brasileiro, 2020. In: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-formacao-dos-capelaes-militares-do-exercito-brasileiro>
- SEDDON.** Rachel L. “The Role of Chaplains in Maintaining the Psychological Health of Military Personnel: An Historical and Contemporary Perspective”. **Military Medicine**, Dezembro 2011, p.1357.
- STROPPA,** André; **MOREIRA,** Alexander. “Religiosidade e saúde”. In: **SALGADO,** Mauro Ivan; **FREIRE,** Gilson (Orgs). “**Saúde e espiritualidade**”. V.I. Belo Horizonte. INEDE, 2008. p. 427.
- WHITT,** Jacqueline E. “La iglesia militante: El contexto y las consecuencias de integrar a los capellanes militares en las operaciones.” **Military Review**, Junho 2012, p. 87.

(*) Capitão Capelão do Exército Brasileiro.



Capítulo IX

O Diálogo Inter-religioso no Serviço de Capelania: Um caminho para a compreensão e o cuidado em contextos militares

Christian David Soares Bitencourt ()*

Introdução

O presente capítulo se debruça sobre a relevância e os desafios do diálogo inter-religioso no serviço de capelania, com especial ênfase na sua aplicação no Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx). Em um mundo cada vez mais globalizado e plural, a convivência entre diferentes religiões se torna uma realidade incontornável, e as Forças Armadas, como reflexo da sociedade, também se deparam com essa diversidade.

Nesse contexto, o papel dos capelães militares transcende a mera assistência religiosa aos fiéis de sua própria tradição, exigindo uma postura de abertura, respeito e acolhimento às diferentes crenças e convicções presentes na tropa. O próprio Exército Brasileiro (2018) reconhece a amplitude do escopo inter-religioso, que compreende "a busca do diálogo e da cooperação entre as diferentes religiões" (item 1.3.8).

A missão do SAREx, conforme estabelecido pelas Instruções Gerais para o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (EB10-IG-02.011, 2017), é a de "prestar assistência religiosa e espiritual aos militares da ativa e da reserva, aos servidores civis em serviço nas organizações militares (OM) e às suas respectivas famílias e dependentes, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas no Exército" (Art. 1º).

Essa missão, no contexto atual, só pode ser plenamente cumprida por meio de um compromisso efetivo com o diálogo inter-religioso, que se traduz na capacidade de acolher, respeitar e dialogar com a diversidade de crenças presentes na instituição.

As Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (IR 30-37, 2003) reforçam essa orientação ao afirmarem que a assistência religiosa tem por objetivo "a elevação do moral individual dos integrantes do Exército e um convívio fraternal e harmonioso do homem, tanto em sua organização militar como em seu ambiente familiar e comunitário" (Art. 1º, § 1º), e que as atividades programadas "deverão estar permeadas do autêntico ecumenismo" (Art. 1º, § 2º).

Nesse sentido, este artigo se propõe a analisar a prática do diálogo inter-religioso no âmbito do SAREx, investigando seus fundamentos teóricos e metodológicos, seus desafios e oportunidades. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que congrega elementos da teologia, da sociologia da religião, da psicologia e da antropologia, busca-se compreender como os capelães militares lidam com a diversidade religiosa no seu dia a dia, quais as estratégias utilizadas para promover o entendimento mútuo e a cooperação entre os militares de diferentes fés, e quais os impactos dessa prática na vida dos indivíduos e na coesão da tropa. Isto se alinha com as expectativas do Exército Brasileiro (2018), que explicita que o SAREx deve observar “o ambiente de respeito e de tolerância religiosa existente na Força” (item 1.3.7), reforçando a premissa de uma abordagem ecumênica e inter-religiosa.

Neste sentido é que se destaca a vedação ao proselitismo como um princípio fundamental para a atuação dos capelães, garantindo o respeito à liberdade de crença e a promoção de um ambiente de diálogo e acolhimento mútuo (IR 30-37, 2003, Art. 1º, § 4º).

Espera-se que a análise aqui empreendida possa contribuir para o aprimoramento das práticas de assistência religiosa no Exército, fortalecendo a capacidade dos capelães de promoverem o diálogo inter-religioso e de oferecerem um cuidado espiritual integral a todos os militares, independentemente de sua crença ou filiação religiosa.

Além disso, almeja-se que este estudo possa inspirar reflexões e ações em outras instituições e contextos, demonstrando a importância do diálogo inter-religioso para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e solidária, onde a diversidade religiosa seja vista como uma fonte de riqueza e não como um obstáculo à convivência harmoniosa.

Fundamentação Teórica e Metodológica do Diálogo Inter-Religioso no SAREx

Em um mundo cada vez mais marcado pela diversidade religiosa, o diálogo inter-religioso emerge como uma necessidade premente, e o contexto militar, especificamente no âmbito do SAREx, não é exceção. Para que esse diálogo seja profícuo e contribua efetivamente para a promoção da paz, da compreensão mútua e do bem-estar dos militares, é fundamental que se estabeleça uma sólida fundamentação teórica e metodológica.

Essa fundamentação deve orientar as práticas dos capelães e fornecer um quadro de referência para a compreensão dos desafios e das oportunidades inerentes ao encontro entre diferentes tradições religiosas. Neste sentido, esta seção se propõe a explorar alguns conceitos-chave que embasam o diálogo inter-religioso no contexto do SAREx, lançando luz sobre as bases teóricas que sustentam essa prática.

Inicialmente, é crucial definir o próprio conceito de diálogo inter-religioso. Mais do que um mero debate teológico ou uma comparação entre

doutrinas, o diálogo inter-religioso se caracteriza por uma postura de abertura, escuta atenta e respeito profundo pelas diferentes tradições religiosas. Pressupõe-se a capacidade de se colocar no lugar do outro, buscando compreender sua visão de mundo, seus valores e suas crenças, sem a pretensão de julgá-las ou hierarquizá-las.

A empatia torna-se, assim, uma ferramenta fundamental nesse processo, permitindo que os interlocutores se conectem em um nível mais profundo, para além das diferenças superficiais. Nesse sentido, o diálogo autêntico não visa a conversão do outro, mas sim a promoção do entendimento mútuo e a busca por pontos em comum que possibilitem a convivência pacífica e a cooperação em prol do bem comum.

Como afirma Larney (2006), o verdadeiro diálogo só é possível quando há uma disposição para se deixar transformar pelo encontro. Essa disposição pressupõe uma atitude de humildade e de reconhecimento da própria limitação, o que se contrapõe a qualquer pretensão de posse exclusiva da verdade.

Para que esse diálogo seja profícuo, é necessário o desenvolvimento de uma comunicação dialógica, inspirada nos princípios da relação Eu-Tu, conforme proposto por Martin Buber (1977). Isso implica em reconhecer o outro como um sujeito pleno de dignidade e valor, e não como um objeto a ser manipulado ou convencido.

Essa comunicação é marcada pela reciprocidade, pela horizontalidade e pela busca de um entendimento mútuo, onde ambas as partes se sentem ouvidas e respeitadas. A construção dessa comunicação autêntica e respeitosa no contexto militar é um processo contínuo que desafia os capelães a desenvolverem novas competências, conforme pontua a pesquisa de Cadge, Ecklund e Short (2009) sobre a necessidade de uma comunicação dialógica mais eficaz entre médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde em ambientes religiosos diversos.

Ademais, a teologia do pluralismo religioso, defendida por autores como Hans Küng e Raimon Panikkar, oferece um importante fundamento teórico para o diálogo inter-religioso no SAREx. Essa teologia reconhece a validade e a legitimidade das diferentes tradições religiosas, entendendo-as como caminhos diversos que conduzem à mesma Realidade Última.

Essa perspectiva é fundamental para superar posturas exclusivistas ou inclusivistas, que tendem a hierarquizar as religiões, e para promover uma cultura de respeito e valorização da diversidade religiosa. Segundo Panikkar (1979), trata-se de assumir que o centro da alma é Deus. É óbvio que tradições religiosas exclusivistas têm o seu lugar, mas estas só podem se engajar em diálogo se praticarem a escuta respeitosa.

Portanto, ao se engajar no diálogo inter-religioso, o SAREx não apenas cumpre sua missão de prover assistência religiosa a todos os militares, independentemente de sua fé, mas também contribui para a construção de

uma sociedade mais justa, pacífica e compreensiva, onde a diversidade religiosa é vista como uma riqueza e não como uma ameaça.

Outro conceito de suma importância para a fundamentação do diálogo inter-religioso no SAREx é o de hospitalidade hermenêutica, desenvolvido por Marianne Moyaert (2011). A partir de uma perspectiva teológica, Moyaert nos convida a transpor a noção de hospitalidade para o âmbito da interpretação, compreendendo-a como uma atitude de abertura em relação ao outro.

Essa atitude traduz-se na disposição de acolher a palavra do outro, sua mensagem, sua experiência de fé, mesmo que esta seja diferente da nossa. Trata-se de um movimento de interpretação mútua, no qual cada interlocutor se esforça para compreender a perspectiva do outro a partir de seus próprios referenciais, reconhecendo a legitimidade e a riqueza das diferentes tradições religiosas.

Segundo Moyaert, a hospitalidade hermenêutica implica em estar e permanecer com o outro, alegrar-se em sua presença, partilhar os seus caminhos e construir com ele um sonho alternativo, criando um espaço de acolhimento e de escuta atenta às narrativas e vivências do outro, permitindo que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas.

A hospitalidade hermenêutica, portanto, não se resume a uma mera tolerância passiva, mas sim a um engajamento ativo na busca por um entendimento mais profundo do outro.

Dentro do contexto prático da Capelania Militar, os capelães frequentemente se deparam com situações que exigem uma navegação cuidadosa entre as diferentes crenças e práticas religiosas.

Para lidar com essa diversidade, estratégias como a neutralização e o *code-switching*, identificadas por Wendy Cadge em suas pesquisas, tornam-se ferramentas importantes. A neutralização, como o próprio nome indica, envolve a criação de um espaço "neutro" onde as diferenças religiosas são minimizadas em prol de um denominador comum, muitas vezes focado em valores humanos universais ou em uma linguagem de espiritualidade mais genérica.

Isso pode ser observado, por exemplo, em cerimônias inter-religiosas promovidas pelo SAREx, nas quais se busca enfatizar elementos comuns a todas as tradições, como a oração, a meditação e a busca por paz e justiça.

Já o *code-switching* (alternância de código, em tradução livre) refere-se à capacidade do capelão de transitar entre diferentes linguagens e referenciais religiosos, adaptando sua comunicação e suas práticas de acordo com o contexto e o interlocutor.

Um capelão pode, por exemplo, utilizar uma linguagem mais especificamente cristã ao dialogar com um soldado cristão e, em seguida, adotar uma abordagem mais inclusiva e inter-religiosa ao interagir com um grupo composto por militares de diferentes fés.

Essa capacidade de "alternar os códigos" exige sensibilidade, conhecimento das diferentes tradições e uma profunda compreensão dos princípios éticos que regem o diálogo inter-religioso.

Cadge e Sigalow (2013) destacam que, embora os capelães historicamente trabalhassem com pessoas de suas próprias origens religiosas, a crescente diversidade religiosa nos Estados Unidos levou muitos deles a trabalhar como capelães inter-religiosos, engajando-se com pessoas de diversas origens espirituais e religiosas.

Essas estratégias, no entanto, não são isentas de desafios e limitações. A neutralização, por exemplo, pode ser percebida como uma forma de silenciamento ou de negação das diferenças, gerando desconforto ou insatisfação entre aqueles que desejam ver sua identidade religiosa específica reconhecida e valorizada.

Já o *code-switching* pode ser interpretado como uma falta de autenticidade ou como uma manipulação, caso o capelão não demonstre genuíno respeito e empatia pelas diferentes tradições. É fundamental, portanto, que essas estratégias sejam utilizadas de forma consciente, ética e reflexiva, sempre em consonância com os princípios do diálogo inter-religioso.

Nessa perspectiva, o diálogo inter-religioso não se configura como uma ameaça à identidade religiosa de cada militar, mas sim como uma oportunidade de aprendizado, de enriquecimento mútuo e de construção de pontes entre as diferentes tradições.

O SAREx, ao promover o diálogo inter-religioso entre os militares, contribui para a formação de uma cultura de paz, de tolerância e de respeito à diversidade, valores essenciais para o convívio harmonioso em uma sociedade plural e para o próprio exercício da missão do Exército Brasileiro. Através do exemplo do SAREx, percebemos como o diálogo inter-religioso pode ser um instrumento poderoso para a promoção do bem-estar individual e coletivo, tanto no contexto militar quanto na sociedade como um todo.

Para que o diálogo inter-religioso se efetive de forma genuína e frutífera no contexto militar, é imprescindível a adoção de metodologias adequadas que facilitem a interação entre os militares de diferentes crenças e convicções.

Uma das pedras angulares dessa abordagem é a promoção de um ambiente seguro e inclusivo, onde todos se sintam à vontade para expressar sua fé (ou a ausência dela) sem medo de julgamentos, discriminação ou proselitismo. Este ambiente deve ser pautado pelo respeito mútuo, pela valorização das diferenças e pela construção de uma cultura de confiança e acolhimento.

No âmbito do SAREx, isso pode se traduzir, por exemplo, na criação de espaços de convivência inter-religiosa, na promoção de atividades culturais que contemplem a diversidade religiosa e na sensibilização da tropa para a importância do respeito às diferentes crenças.

Outro pilar fundamental para o sucesso do diálogo inter-religioso no contexto militar reside na formação e capacitação dos capelães. Estes profissionais devem estar preparados não apenas para lidar com as questões de sua própria tradição religiosa, mas também para dialogar com as demais, demonstrando sensibilidade, conhecimento e respeito pelas diferentes crenças e práticas.

Isso implica em investir em uma formação teológica sólida, que contemple o estudo das diferentes religiões e as metodologias do diálogo inter-religioso. Além disso, é importante que os capelães desenvolvam habilidades de escuta ativa, empatia, comunicação intercultural e mediação de conflitos, a fim de que possam atuar como facilitadores do diálogo e promotores da compreensão mútua entre os militares.

A realização de celebrações inter-religiosas também se apresenta como uma metodologia importante para a promoção do diálogo no contexto militar. Essas celebrações, quando cuidadosamente planejadas e conduzidas, podem se constituir em momentos de grande riqueza espiritual e de fortalecimento dos laços de fraternidade entre os militares de diferentes fés.

É importante que essas celebrações sejam organizadas de forma colaborativa, com a participação de representantes das diferentes tradições religiosas presentes na instituição, garantindo que todos se sintam respeitados e representados. As celebrações inter-religiosas podem incluir orações, leituras de textos sagrados, cânticos, reflexões e momentos de silêncio, sempre respeitando as especificidades de cada tradição.

Além das celebrações, outras metodologias podem ser empregadas para fomentar o diálogo inter-religioso no contexto militar, tais como a promoção de estudos e debates sobre temas relacionados à fé e à ética, a realização de ações conjuntas de cunho social e humanitário envolvendo diferentes grupos religiosos, e a criação de grupos de apoio e aconselhamento inter-religioso.

É importante que essas iniciativas sejam pautadas pela horizontalidade, pela reciprocidade e pelo respeito às diferentes visões de mundo, criando um ambiente propício para o aprendizado mútuo, a desconstrução de preconceitos e a construção de uma cultura de paz e cooperação. O SAREx, nesse sentido, pode desempenhar um papel crucial na promoção dessas iniciativas, contribuindo para a formação de uma tropa mais coesa, resiliente e preparada para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo.

A mediação de conflitos inter-religiosos é outra competência essencial para os capelães que atuam em um ambiente plural como o militar. Divergências teológicas, diferenças de costumes e práticas religiosas, e até mesmo questões políticas e sociais podem, eventualmente, gerar tensões e conflitos entre os militares.

Nesses momentos, o capelão, imbuído de uma postura imparcial, empática e respeitosa, pode atuar como mediador, facilitando o diálogo entre

as partes envolvidas e buscando a construção de soluções pacíficas e duradouras.

Para isso, é fundamental que o capelão possua um bom conhecimento das diferentes tradições religiosas, bem como das dinâmicas intergrupais e das técnicas de negociação e resolução de conflitos. O objetivo, nesse caso, não é necessariamente alcançar um consenso doutrinário, mas sim promover a compreensão mútua, o respeito às diferenças e a coexistência pacífica.

Além da mediação de conflitos, a promoção de ações conjuntas entre diferentes grupos religiosos presentes no Exército também se configura como uma metodologia valiosa para o fortalecimento do diálogo inter-religioso. Essas ações podem assumir diversas formas, como a realização de projetos sociais e humanitários em benefício da comunidade, a organização de campanhas de arrecadação de alimentos ou doativos para populações carentes, ou a participação em mutirões de limpeza e conservação de espaços públicos.

Ao se engajarem em atividades conjuntas, os militares de diferentes fés têm a oportunidade de se conhecerem melhor, de trabalharem lado a lado em prol de um objetivo comum e de perceberem que, para além das diferenças doutrinárias, compartilham valores e aspirações semelhantes. Essas experiências concretas de cooperação contribuem para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, fortalecendo os laços de confiança e respeito mútuo.

A sensibilização da tropa para a diversidade religiosa é outro aspecto crucial do trabalho dos capelães no contexto do diálogo inter-religioso. Muitos militares, especialmente aqueles que provêm de ambientes socialmente mais homogêneos, podem ter pouco ou nenhum conhecimento sobre as diferentes religiões e suas práticas.

Essa falta de familiaridade pode gerar estranhamento, desconfiança e até mesmo hostilidade em relação a colegas de farda que professam uma fé diferente.

Portanto, cabe aos capelães promoverem ações de sensibilização e educação inter-religiosa, a fim de ampliar o conhecimento da tropa sobre a diversidade religiosa e fomentar uma cultura de respeito e tolerância. Isso pode ser feito por meio de palestras, debates, exibição de filmes, distribuição de material informativo e outras atividades que permitam aos militares conhecerem melhor as crenças, os valores e as práticas das diferentes tradições religiosas presentes na instituição.

Por fim, é importante ressaltar que as metodologias aqui apresentadas não se esgotam em si mesmas, mas se complementam e se reforçam mutuamente.

A promoção de um ambiente seguro e inclusivo, a formação e capacitação dos capelães, a realização de celebrações inter-religiosas, a mediação de conflitos, as ações conjuntas e a sensibilização da tropa para a diversidade religiosa são estratégias que, articuladas de forma sinérgica,

podem contribuir significativamente para a consolidação de uma cultura de diálogo, respeito e cooperação inter-religiosa no âmbito do SAREx e, por extensão, em toda a instituição militar.

Ao se engajarem ativamente na promoção do diálogo inter-religioso, os capelães não apenas cumprem sua missão de prover assistência espiritual a todos os militares, mas também contribuem para a construção de uma força armada mais coesa, resiliente e preparada para lidar com os desafios de um mundo cada vez mais complexo e plural.

Desafios e Oportunidades do Diálogo Inter-Religioso no SAREx

O caminho do diálogo inter-religioso, embora promissor e necessário, não é isento de desafios. No contexto do SAREx, a resistência de setores mais conservadores pode se apresentar como um obstáculo significativo.

Alguns militares, apegados a uma visão mais tradicional e exclusivista de sua própria fé, podem encarar o diálogo inter-religioso com desconfiança ou até mesmo com hostilidade, percebendo-o como uma ameaça à pureza doutrinária ou como um enfraquecimento de sua identidade religiosa.

Essa resistência pode se manifestar de diversas formas, desde a simples recusa em participar de atividades inter-religiosas até a disseminação de discursos intolerantes e discriminatórios.

Cabe aos capelães, nesse sentido, promover um trabalho de conscientização e sensibilização, demonstrando que o diálogo inter-religioso não implica em sincretismo ou em relativização das crenças, mas sim em uma postura de respeito e abertura ao outro, o que é compatível com uma fé autêntica e comprometida.

É importante salientar que o diálogo busca estabelecer uma comunicação com o outro, valorizando a “alteridade”, sem desrespeitar a crença particular de cada um, mas sem deixar de ser recíproco, conforme aponta Panikkar (1979).

Outro desafio que se coloca para o diálogo inter-religioso no SAREx é a tentação do proselitismo. Embora o proselitismo seja vedado no âmbito do serviço de assistência religiosa, é inegável que a tentação de converter o outro à sua própria fé pode estar presente, ainda que de forma velada, em alguns capelães.

Essa postura, além de antiética, é contraproducente para o diálogo, pois gera desconfiança e impede a construção de uma relação de reciprocidade e respeito mútuo. É fundamental que os capelães tenham clareza sobre os limites de sua atuação e que se abstenham de qualquer prática proselitista, seja ela explícita ou implícita.

O foco do seu trabalho deve ser o cuidado espiritual e a promoção do bem-estar dos militares, independentemente de sua crença ou filiação religiosa, e não a conversão a uma determinada religião. Como nos lembra

Buber (1977), o verdadeiro encontro se dá na relação Eu-Tu, e não na tentativa de transformar o outro em um objeto (relação Eu-Isso).

O proselitismo, nesse sentido, é uma deturpação da missão do capelão e um desserviço ao diálogo inter-religioso. Além disso, no contexto militar, é imprescindível que se evite a competição por fiéis e que se busque sempre a edificação mútua, o que inclui a promoção da paz, como bem afirma Cushner (1992) ao discutir sobre a necessidade de uma educação intercultural nas escolas.

Uma das dificuldades mais sutis e, ao mesmo tempo, mais complexas no contexto do diálogo inter-religioso reside em conciliar a identidade religiosa particular com a postura de abertura ao outro.

Os capelães, como líderes religiosos, são naturalmente portadores de uma tradição específica, com suas crenças, seus valores e suas práticas próprias. Ao se engajarem no diálogo inter-religioso, eles se deparam com a alteridade, com a diferença, com visões de mundo e práticas religiosas que podem ser muito distintas das suas.

Esse encontro com o outro pode gerar tensões e questionamentos, exigindo dos capelães uma capacidade de autorreflexão, de autocrítica e de discernimento para manterem-se fiéis à sua própria tradição, sem, contudo, fecharem-se ao aprendizado e ao enriquecimento mútuo que o diálogo proporciona.

A pesquisa de Cadge e Sigalow (2013) com capelães inter-religiosos em hospitais destaca bem essa tensão entre a fidelidade à própria fé e a necessidade de se abrir ao outro, utilizando muitas vezes estratégias de “neutralização” e “*code-switching*”.

Nesse sentido, a formação continuada dos capelães é fundamental. O investimento em uma sólida educação teológica e prática, que inclua o estudo das diferentes religiões, das metodologias do diálogo inter-religioso, da comunicação intercultural e da antropologia das religiões é crucial. Essa formação deve capacitar os capelães a lidarem com as complexidades do pluralismo religioso, a desenvolverem uma escuta atenta e empática, e a mediar conflitos de forma justa e imparcial, promovendo uma cultura de paz e respeito mútuo, como nos ensina Küng (1995) em seu projeto de uma “Declaração Universal de Ética Global”. Os capelães, nesse sentido, devem ser pontes entre as diferentes tradições, facilitando o entendimento e a colaboração entre os militares de diferentes fés.

Apesar dos desafios inerentes a esse processo, o diálogo inter-religioso no âmbito do SAREx também descortina um vasto horizonte de oportunidades.

Uma das mais evidentes é a promoção da compreensão e do respeito mútuo entre militares de diferentes religiões. Em um ambiente plural, onde convivem pessoas das mais variadas crenças e convicções, o diálogo inter-religioso se apresenta como uma ferramenta fundamental para a construção de pontes entre os indivíduos, permitindo que se conheçam melhor, que

desconstruam estereótipos e preconceitos, e que aprendam a conviver de forma harmoniosa e respeitosa.

O SAREx, ao incentivar o diálogo entre os militares de diferentes fés, contribui para a criação de um clima de confiança e de cooperação mútua, essencial para o bom desempenho das atividades militares e para o fortalecimento do espírito de corpo na tropa. Além disso, a vivência do respeito e da tolerância no ambiente militar inevitavelmente transborda para a vida pessoal de cada um, contribuindo positivamente para as relações que cada um estabelece fora da caserna.

Nessa mesma linha, o diálogo inter-religioso no SAREx contribui para o fortalecimento da coesão e do espírito de corpo na tropa. Ao se engajarem em atividades conjuntas, em celebrações inter-religiosas ou em projetos sociais de cunho inter-religioso, os militares têm a oportunidade de se conhecerem melhor, de compartilharem experiências e de desenvolverem um sentimento de pertencimento a uma comunidade maior, que transcende as diferenças religiosas.

Essa experiência de unidade na diversidade é fundamental para a construção de uma tropa coesa, resiliente e preparada para enfrentar os desafios da missão militar. Como salientado por diversos autores, a exemplo de Bosch (2002) e Panikkar (1979), o reconhecimento da interconexão entre todas as coisas e a busca por uma unidade que não anula as diferenças são elementos essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e pacífica.

O diálogo inter-religioso, nesse sentido, contribui para o desenvolvimento de uma ética da alteridade e de uma mística do encontro, que se traduzem em ações concretas de solidariedade, compaixão e cuidado mútuo.

Outra oportunidade ímpar que se vislumbra no horizonte do diálogo inter-religioso no SAREx é a contribuição para a construção de uma cultura de paz e tolerância. Em um mundo marcado por conflitos inter-religiosos e por diversas formas de violência perpetradas em nome de Deus ou de uma determinada religião, o exemplo de uma instituição militar que promove o diálogo e a cooperação entre diferentes fés pode ser extremamente significativo.

O SAREx, ao se posicionar como um espaço de acolhimento e de respeito à diversidade religiosa, envia uma mensagem poderosa à sociedade, demonstrando que a convivência pacífica e harmoniosa entre pessoas de diferentes crenças é possível e desejável.

Essa postura contribui para a desconstrução de estereótipos negativos e para a superação de preconceitos, fomentando uma cultura de paz que se estende para além dos muros da caserna.

Nesse contexto, o diálogo inter-religioso no SAREx também se configura como uma oportunidade para a oferta de um cuidado espiritual

integral, que atenda às necessidades de todos os militares, independentemente de sua fé ou tradição religiosa.

Os capelães, ao se abrirem ao diálogo e ao aprendizado mútuo com as diferentes religiões, ampliam sua capacidade de oferecer um cuidado espiritual mais abrangente, mais sensível às especificidades de cada indivíduo e mais alinhado às suas necessidades.

Essa postura dialogal permite que os capelães se tornem mais aptos a lidar com as angústias, os medos, as dúvidas e as esperanças dos militares, oferecendo-lhes apoio, orientação e conforto em momentos de crise, sofrimento ou perda, como enfatiza Küng (1995) ao tratar da necessidade de uma ética global em tempos de crise.

O diálogo inter-religioso no SAREx também abre possibilidades de aprendizado e enriquecimento mútuo entre as diferentes tradições religiosas. Ao se engajarem em um diálogo franco e respeitoso, os capelães e os militares de diferentes fés têm a oportunidade de conhecerem melhor as crenças, os valores e as práticas uns dos outros, o que pode levar a uma compreensão mais profunda de sua própria tradição religiosa.

Esse intercâmbio de saberes e experiências contribui para o crescimento espiritual de todos os envolvidos, ampliando seus horizontes e enriquecendo sua vivência da fé. Como nos lembra Moyaert (2011) em sua reflexão sobre a “hospitalidade hermenêutica”, o encontro com o outro, com o diferente, é uma oportunidade de crescimento e de transformação, tanto para o hóspede quanto para o anfitrião.

Por fim, o diálogo inter-religioso no SAREx também pode ser visto como uma forma de construir pontes entre o Exército e a sociedade civil, por meio do diálogo com lideranças religiosas locais e com a comunidade na qual a instituição militar está inserida.

Ao se engajar em projetos sociais e humanitários em parceria com diferentes organizações religiosas, o SAREx demonstra seu compromisso com o bem-estar da população e com a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Essas ações conjuntas contribuem para o fortalecimento da confiança mútua entre os militares e a sociedade civil, demonstrando que o Exército é uma instituição que está a serviço do povo e que se preocupa com as suas necessidades.

O diálogo inter-religioso, nesse sentido, é uma ferramenta poderosa para a promoção da paz social e para a construção de uma sociedade mais coesa e harmoniosa, onde as diferenças religiosas são vistas como fonte de riqueza e não como motivo de conflito.

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, debruçamo-nos sobre a complexa e multifacetada temática do diálogo inter-religioso no contexto do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx).

Recapitulando os pontos principais aqui abordados, destacamos, inicialmente, a crescente diversidade religiosa no cenário contemporâneo e a consequente necessidade de se promover o entendimento e a cooperação entre as diferentes tradições religiosas.

Nesse contexto, a Capelania Militar se apresenta como um espaço privilegiado para o exercício do diálogo inter-religioso, uma vez que os capelães militares se encontram na interseção entre a instituição militar e a pluralidade de crenças e convicções presentes na tropa e na sociedade como um todo.

Analizamos, também, a importância de uma sólida fundamentação teórica e metodológica para o diálogo inter-religioso, destacando conceitos como a hospitalidade hermenêutica (Moyaert, 2011), a comunicação dialógica (Buber, 1977) e a teologia do pluralismo religioso (Küng, 1995; Panikkar, 1979). Além disso, discutimos estratégias como a neutralização e o *code-switching*, utilizadas por capelães para lidar com a diversidade religiosa, conforme identificado por Cadge e Sigalow (2013).

Reafirmamos, assim, a importância fundamental do diálogo inter-religioso no contexto militar. O SAREx, ao promover o respeito, a compreensão e a cooperação entre militares de diferentes religiões, contribui não apenas para o bem-estar espiritual da tropa, mas também para o fortalecimento da coesão interna, para a construção de uma cultura de paz e para a projeção de uma imagem positiva do Exército Brasileiro perante a sociedade.

O diálogo inter-religioso, nesse sentido, não é apenas uma questão de tolerância ou de coexistência pacífica, mas sim uma estratégia essencial para o cumprimento da missão militar em um mundo cada vez mais complexo e interconectado.

A capacidade de dialogar, de compreender e de respeitar o outro, independentemente de sua crença ou origem, é uma competência fundamental para o militar do século XXI, e o SAREx tem um papel crucial a desempenhar na formação dessa competência.

Contudo, o aprofundamento do diálogo inter-religioso no SAREx requer um olhar para as perspectivas futuras. É necessário um investimento contínuo na formação e capacitação dos capelães, para que estejam preparados para lidar com a crescente diversidade religiosa e com os desafios éticos e práticos que dela decorrem.

Essa formação deve contemplar não apenas o conhecimento das diferentes tradições religiosas, mas também o desenvolvimento de habilidades de escuta ativa, empatia, mediação de conflitos e comunicação

intercultural. Além disso, é importante que o SAREx amplie suas iniciativas de diálogo inter-religioso, promovendo a realização de estudos, debates, celebrações e ações conjuntas que envolvam militares e lideranças religiosas de diferentes credos.

É fundamental, também, que o SAREx se mantenha aberto ao aprendizado com outras instituições e organizações que promovem o diálogo inter-religioso, buscando aprimorar suas práticas e metodologias.

Nesse sentido, o aprofundamento do diálogo inter-religioso no SAREx passa pela consolidação de uma cultura organizacional que valorize a diversidade religiosa como uma riqueza e que reconheça a importância do cuidado espiritual para o bem-estar integral dos militares.

Isso implica em um compromisso institucional com a formação continuada dos capelães, com a promoção de um ambiente seguro e inclusivo para o diálogo e com a busca constante por melhores práticas e metodologias.

É fundamental, também, que o SAREx se mantenha sensível às mudanças sociais e religiosas que ocorrem no Brasil e no mundo, adaptando suas estratégias e ações às novas realidades e desafios que se apresentam. A escuta atenta às demandas da tropa e o diálogo constante com a sociedade civil são essenciais para que o SAREx possa cumprir sua missão de forma eficaz e relevante.

Olhando para o futuro, o SAREx tem o potencial de se tornar um modelo de excelência em diálogo inter-religioso, não apenas para as Forças Armadas, mas para toda a sociedade brasileira. Ao investir na formação de seus capelães, na promoção de uma cultura de respeito à diversidade religiosa e na implementação de práticas inovadoras de cuidado espiritual, o SAREx pode contribuir de forma significativa para a construção de uma sociedade mais justa, pacífica e inclusiva.

O trabalho do capelão, nesse contexto, transcende os limites da assistência religiosa, configurando-se como uma contribuição fundamental para o fortalecimento da cidadania, da democracia e dos direitos humanos.

Em última análise, o diálogo inter-religioso no SAREx é uma expressão concreta do compromisso do Exército Brasileiro com os valores da dignidade humana, da liberdade religiosa e do respeito à diversidade.

Ao promover o diálogo inter-religioso, o SAREx não apenas cumpre sua missão institucional, mas também oferece uma contribuição valiosa para a construção de uma cultura de paz, de tolerância e de compreensão mútua em um mundo cada vez mais plural e interconectado.

Referências Bibliográficas

BOSCH, David. *Missão Transformadora: Mudanças de Paradigma na Teologia da Missão*. São Leopoldo: Sinodal, 2002.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Cortez & Moraes, 1977.

- CADGE, W., ECKLUND, E. H., & SHORT, N.** Religion and spirituality: A barrier and a bridge in the everyday professional work of pediatric physicians. *Social Problems*, 56(4), p. 702-721, 2009.
- CADGE, Wendy; SIGALOW, Emily.** Negotiating Religious Differences: The Strategies of Interfaith Chaplains in Healthcare. *Journal for the Scientific Study of Religion*, v. 52, n. 1, p. 146-158, 2013.
- CAPUTO, John D.** *The Insistence of God: A Theology of Perhaps*. Bloomington: Indiana University Press, 2013.
- CUSHNER, Kenneth.** *Human Diversity in Education: An Intercultural Approach*. New York: McGraw-Hill, 1992.
- EXÉRCITO BRASILEIRO.** *Manual de Campanha - A assistência religiosa nas operações*. Brasília, 2018.
- EXÉRCITO BRASILEIRO.** *Instruções Gerais para o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx) - EB10-IG-02.011*. Portaria nº 1.666-Cmt Ex, de 29 de novembro de 2017. Brasília, 2017.
- EXÉRCITO BRASILEIRO.** *Instruções Reguladoras para o Funcionamento do Serviço de Assistência Religiosa do Exército (IR 30-37)*. Portaria nº 115-DGP, de 10 de junho de 2003. Brasília, 2003.
- KÜNG, Hans; KUSCHEL, Karl-Josef.** *Declaração Universal de Ética Global*. Tradução de Carlos Almeida Pereira. São Paulo: Paulinas, 1995.
- LARTEY, Emmanuel Y.** *Pastoral Theology in an Intercultural World*. Eugene: Wipf & Stock, 2006.
- MOYAERT, Marianne.** *Fragile Identities: Towards a Theology of Interreligious Hospitality*. Amsterdam: Rodopi, 2011.
- PANIKKAR, Raimon.** *Myth, Faith and Hermeneutics: Cross-cultural Studies*. New York: Paulist Press, 1979.
- SCHILLEBEECKX, Edward.** *História humana, revelação de Deus*. Tradução de João Paixão Netto. São Paulo: Paulus, 1997.
- TEIXEIRA, Faustino.** O diálogo inter-religioso como afirmação da vida. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A GLOBALIZAÇÃO, 1997, São Paulo. *Anais [...]* São Paulo: Paulinas, 1997. p. 89-90.
- TEIXEIRA, Faustino.** O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. *Horizonte*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19-38, 2º sem. 2003.
- TRINLAE, Bhikshuni Lozang.** Spiritual Care with Buddhists: Foundations, Essentials, and Praxis. In: WEISS, Helmut; FEDERSCHMIDT, Karl H.; LOUW, Daniël; SAUER-BREDVIK, Linda. (ed.). *Care, Healing, and Human Well-Being Within Interreligious Discourses*. p. 198-217, 2021.
- VITTUS, Solomon.** India's 'surgical strikes' on interfaith dialogue: The challenge to Christians. *Transformation*, v. 33, n. 3, p. 204-217, 2016.

(*) Tenente-Coronel Capelão do Exército Brasileiro.



Capítulo X

Os 82 anos de criação de Força Expedicionária Brasileira e os 80 anos de criação do SAREx

Rogério de Carvalho Lima ()*

Preâmbulo

O Brasil entrou no conflito da Segunda Guerra Mundial, após o torpedeamento de navios por submarinos alemães em 1942. Isso levou à criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) em 1943, que combateu na Itália. A FEB incorporou o Serviço de Assistência Religiosa, com capelães prestando apoio espiritual aos militares.

Esses capelães atuaram no front, hospitais e cerimônias fúnebres, sendo consolo e força moral. A religiosidade ajudava os soldados a enfrentar o horror da guerra e a se conectar com habitantes locais. A criação do serviço também refletiu um alento para os militares integrantes da FEB.

O presente capítulo se propõe a relembrar através de uma análise histórica e social os 82 anos de criação da FEB e 80 anos de criação do Serviço de Assistência Religiosa, destacando a atuação dos capelães, além de sua importância simbólica e prática.

Introdução

As guerras costumam revelar o pior do ser humano. As guerras possibilitam absurdos. É absurdo o ato de matar. Mas quando o assunto é guerra, mata-se alguém a quem não se conhece, que nunca nos agrediu pessoalmente, nunca nos faltou ao respeito, nunca magoou um ente querido, nunca nos roubou ou dirigiu a palavra. Mata-se sem saber a razão exata, a cor do cabelo exata, a hora exata. Só a morte é exata nas guerras.

Por isto, em tempos de guerra, em qualquer uma delas, ter alguém em quem confiar é coisa rarefeita. E se o conflito em questão foi a Segunda Guerra Mundial, então a dramaticidade parece ainda maior, pois ela oscilou nas alianças que dificultavam previsões. Num dia, Hitler e Stálin assinavam acordos de não-agressão, no outro movimentavam suas tropas em confronto monumental e sangrento.

Pela dimensão que adquiriu, a guerra travada entre o Eixo e os Aliados assumiu um caráter efetivamente global. Diferente do conflito ocorrido entre 1914 e 1918, a Segunda Guerra espalhou-se mundo afora. Ela saiu da Europa Ocidental e chegou à Ásia, à África e findou atingindo o Brasil. A temporada

de morticínios iniciada em setembro teve em terras brasileiras um triste episódio, que findou utilizado como o estopim para a decisão do envio de tropas nacionais ao teatro de guerra.

Em agosto de 1942 navio brasileiros (Itagiba, Arara, Araraquara, Itagiba e Baependi) foram atacados pelo submarino alemão U-507, nos mares entre a Bahia e Sergipe. O torpedeamento destas embarcações provocou centenas de mortes, chocou o país e o trauma elevou os clamores por uma resposta a tal ato agressivo.

A decisão de enviar tropas nacionais para uma participação efetiva no teatro de operações representou um momento de inflexão na trajetória das nossas Forças Armadas e exigiu a adaptação aos novos tempos a serem enfrentados. A criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), em 9 de agosto de 1943 por meio da Portaria Ministerial nº 4744, ocorreu no contexto de busca por esta atualização.

Entre as funções estabelecidas na nova força institucional, estava a figura do Capelão. O Capelão deveria ser o braço religioso dentro da FEB, seria dele a incumbência de fornecer assistência espiritual aos “pracinhas”, os soldados brasileiros que participariam da guerra. Caberia ao corpo de capelães da FEB ser um pouco de calma diante das portas do Inferno às quais costumeiramente as guerras levam os homens e mulheres.

Este capítulo aborda a história da formação da Capelania Militar sob o comando da Força Expedicionária Brasileira, criada um ano antes, em 1943. O papel exercido pelos sacerdotes nos campos de batalha da Segunda Guerra. E assim o autor traz à tona personagens duplamente ignorados. Por um lado, passam despercebidos em manuais de história militar, enquanto são eclipsados em obras dedicadas à religiosidade. Evidentemente, não podemos dizer da inexistência de registros, pois os militares, não só do Brasil, costumam escrever as suas próprias narrativas históricas.⁵⁴

A religiosidade dos Pracinhas da FEB

Segundo Eric Hobsbawm, a religiosidade e as instituições religiosas são visualizadas como um dos elementos construtores da identidade étnica e cultural do Estado nacional. A Nação é formada guardando-se a ideia de que o Estado é o propiciador das condições para o florescimento nacional, utilizando-se da religião como um dos suportes de construção nacional – junto com a língua, junto com a ancestralidade comum.⁵⁵

Nesse sentido, a identidade religiosa, já constituída antes da guerra por parte dos soldados, foi incorporada ao processo de construção identitária da própria FEB, impondo, assim, consequências na maneira de aqueles homens se identificarem com a nova comunidade.

⁵⁴ Maynard Dilton. **Homens de Guerra, Homens de Fé**. Prefácio da Obra Capelães da FEB, BIBLIEx, 2021.

⁵⁵ HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

A religiosidade dos soldados brasileiros permeou seu cotidiano na guerra e serviu, inclusive, de vínculo com a população italiana, seja em manifestações coletivas ou individuais. Nos depoimentos encontrados na coleção de História Oral do Exército, a referência ao aspecto religioso é destacada pelos depoentes sempre que apresentada.

Ao analisar as fontes, nota-se que os capelães tinham um papel fundamental na elevação do moral da tropa. Muitas dessas experiências foram relatadas pelos próprios veteranos, em forma de cartas, diários, crônicas, biografias e livros considerados fontes para a investigação das experiências vividas entre os anos de 1944 e 1945.

Como por exemplo, a vivida pelo soldado Benedito Barros, que ressalta a importância de ser oferecido aos “pracinhas” um serviço de assistência religiosa:

Tanto no Brasil, aqui em Fortaleza, como lá na Itália, tivemos assistência religiosa adequada. Na Itália havia missa diariamente, para grupos e companhias, especialmente aos sábados, domingos e feriados. Para assistência religiosa cooperou um grupo de 28 padres, sacerdotes que iam prestar conforto espiritual e, em certos casos, dar a extrema-unção aos companheiros feridos de morte, na linha de frente.⁵⁶

A entrada do Brasil na guerra proporcionou a modernização do seu Exército. Tais mudanças visavam atender às expectativas do alto escalão militar e do novo papel da instituição. Aos oficiais de carreira, havia a oportunidade de ter acesso à tecnologia bélica norte-americana; aos praças, convocados ou voluntários, serviços ainda não prestados pelo Exército, como o serviço de capelania.

O serviço de assistência religiosa prestado pelo Exército brasileiro existiu durante a guerra do Paraguai e foi recriado em 1944 pelo Decreto de lei nº 5.573, atendendo às necessidades de acesso à espiritualidade e exercício de fé dos soldados enviados ao *front*.⁵⁷

Contudo, vale ressaltar que, apesar de novamente instituído o serviço religioso em função da guerra, havia por trás dele uma relação de aliança político-ideológica entre Vargas e a Igreja Católica.⁵⁸

Refletir sobre os 81 anos de criação do Serviço de Assistência Religiosa da FEB é dar ênfase às organizações religiosas, ressaltando assim seu emprego desde passados remotos até a contemporaneidade. Allport⁵ defende que o homem vê na religião a solução, ela “fortalece o indivíduo contra os ataques da ansiedade, da dúvida e do desespero; igualmente a intenção

40 MOTTA, Aricildes de Moraes. *História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001. p.75.

57 PALHARES, Gentil. *Frei Orlando: O Capelão que não voltou*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1989. 353p.

58 BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

prematura que o capacita, em cada estágio de seu desenvolvimento, a relacionar-se inteligivelmente à totalidade do Ser”.⁵⁹30

A partir desses pressupostos, há de se compreender que o suporte religioso, por meio do contato direto com o sagrado, ou através de seus representantes, é de fundamental importância, a fim de manter vivo o sentido da vida daqueles que integram ações de guerra, mormente em momentos difíceis: “Em tempos difíceis, as pessoas encontram ajuda em seus semelhantes, na literatura religiosa, em imagens de um Deus de amor, que oferece suporte e está sempre presente para apoiar”.⁶⁰

O sociólogo da religião, Peter Berg, em seu livro *O dosse sagrado*,⁸ problematizou o tema da religião no contexto de guerra. A perspectiva desse autor auxilia na compreensão do elemento religioso como uma forma de ordenar as experiências vividas no *front*. Berger afirma que a sociedade é construída pelo próprio homem num processo dialético composto por três fases: exteriorização, objetivação e interiorização.

Resumidamente “é através da exteriorização que a sociedade é um produto humano. É através da objetivação que a sociedade se torna uma realidade *sui generis*. É através da interiorização que o homem é um produto da sociedade”,⁶¹ isto é, o próprio homem constrói a sociedade. A partir dessas reflexões podemos destacar alguns conceitos que nos serão favoráveis para delimitarmos nossa discussão historiográfica.

A conjuntura internacional no pré-guerra

Após 1918, com o término da Primeira Guerra Mundial, na firmação do Tratado de Versalhes em junho de 1919, onde “as potências vitoriosas buscaram desesperadamente o tipo de acordo de paz que tornasse impossível outra guerra como a que acabara de devastar o mundo e que cujos efeitos retardados estavam em toda parte”.⁶², a Europa passou a viver um período tenso e de uma paz relativamente frágil, pois, a situação mundial criada se apresentava muito instável. As sequelas deixadas pela guerra eram inúmeras, nem mesmo os tratados assinados entre os países envolvidos haviam resolvido o problema.

Ao contrário, muitas vezes haviam agravado a situação, Versalhes, por exemplo, segundo Hobsbawm, o “Tratado de Versalhes não podia ser a base de uma paz estável. estava condenado desde o início, e portanto outra guerra era praticamente certa.”⁶³. Deste modo, como observou *René Rémond*, “De

⁵⁹ ALLPORT, Floyd. Behavior and Experiment in Social Psychology. *Journal of Abnormal Psychology* 14, 1970.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ BERGER, Peter Ludwig. *O Dosse sagrado*: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed, São Paulo: Paulus, 2004.

⁶² HOBSBAWM, 2001, p. 39.

⁶³ Ibidem, 2001, p. 43

um momento para outro, os diplomatas viram-se às voltas com todo um conjunto de dificuldades internacionais.”⁶⁴.

Na economia, por exemplo, as coisas não iam muito bem. A crise econômica da década de 1920 tornou a situação ainda mais delicada, aumentando o desemprego e diminuindo os empréstimos internacionais.

A crise fica ainda mais acentuada partir de 1929, com as estruturas econômicas, sociais, intelectuais e políticas da democracia ocidental ruindo. A queda da Bolsa de Nova York teve uma enorme repercussão nos setores da economia norte-americana e de vários outros países. Muitas empresas e bancos abriram falência, e a principal consequência de todas foi o alto índice de desemprego. A crise da Bolsa significou, definitivamente, um colapso do capitalismo. “Daí em diante, uma nova guerra mundial era não apenas previsível, mas rotineiramente prevista. Os que atingiram a idade adulta na década de 1930 a esperavam”.⁶⁵

Em meio à crise do capitalismo e das democracias liberais, surge uma nova ideologia política: o fascismo. Criado na Itália no ano de 1922, por Benito Mussolini, o fascismo teve papel importante no contexto dos anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, durando até o final da Guerra, em 1945. Ganhou vários adeptos e seguidores pela Europa, principalmente nos países que demonstraram uma reação de nacionalismo ferido, de insatisfação. Esta situação ensejou-se no nascimento do nazismo alemão:

Nacionalismo ferido, vencido ou inquieto, conforme as circunstâncias, contra a humilhação da derrota ou, entre os vencedores, contra o desperdício da vitória e os governos que lhe dilapidam os resultados, ou ainda contra as ameaças que pesam sobre a segurança ou integridade nacionais. Aí está a razão porque o fascismo encontrou seu meio de eleição no país vencido: na Alemanha [...]. É a lenda da punhalada pelas costas: o exército alemão não foi vencido, foi traído em casa; a cumplicidade dos socialistas, dos comunistas e dos judeus com os aliados do Oeste desarmou a Alemanha. Nacionalistas vigilantes, constantemente atentos, os fascistas caracterizam-se por uma reação de inquietude permanente, e a palavra de ordem, “Alemanha, desperta!”, é retomada como eco em outros países.⁶⁶

O contexto político brasileiro nas décadas de 1930 e 1940

À medida que o século XX avançava e as cidades cresciam, a manipulação do eleitorado ficava cada vez mais difícil, o coronelismo, ainda em vigor em 1929, começava a perder sua força. Sendo assim, as décadas de 1930 e 1940 foram marcadas por mudanças significativas no quadro político do Brasil.

⁶⁴ RÉMOND, 1974, p. 45.

⁶⁵ Ibidem, 2001, p. 49.

⁶⁶ RÉMOND, 1974, p. 94.

Em 1930, Getúlio Vargas se torna o presidente provisório do país, seus quinze anos de governo prezaram pela reforma nas estruturas, tanto políticas quanto administrativas. A partir da revolução de 1930 ocorreram movimentos de frente popular, movimentos fascistas, tentativa de golpe comunista e uma nova Constituição.

O Brasil, no início da II Guerra, adotava até então uma posição de neutralidade, pois comercializava tanto com os Estados Unidos quanto com a Alemanha. As duas potências compravam grandes quantidades de produtos agrícolas, especialmente o café.⁶⁷ Porém, desde o início do século XX os EUA haviam ampliado sua influência econômica, política e cultural sobre a América Latina. A ajuda americana em termos de material bélico e, também, financeira influenciou na nossa participação na Guerra.

Outro ponto, que ainda deve ser considerado, é a reunião dos chanceleres do continente americano, em que em 30 de julho de 1940 foi decidido que qualquer atentado a um dos países da América seria tido como um ataque ao Continente. E, no caso, não apenas contávamos com os torpedeamentos aos nossos navios, como o memorável atentado à *Pearl Harbor*, Havaí, EUA⁶⁸, já havia ocorrido – levando os Estados Unidos a ingressarem na luta armada direta contra o Eixo e a mobilizar a América como um todo a fazer o mesmo.

Diante desse contexto, em 6 de fevereiro de 1942, nove dias após o Brasil romper relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, ao final da Conferência dos Chanceleres das Repúblicas Americanas do Rio de Janeiro, o governo federal, através do decreto-lei nº 4.098, definiu os “serviços de defesa passiva antiaérea” como “encargos necessários à defesa da Pátria”, que deveriam ser cumpridos em todo o território nacional. De acordo com este decreto-lei, que normatizou a defesa passiva antiaérea (como era chamada à defesa civil no Brasil na época), todos os brasileiros ou estrangeiros, maiores de 16 anos, residentes ou em trânsito pelo país, poderiam ser mobilizados pelo prazo máximo de 10 dias úteis por ano.⁶⁹

Confirmado o posicionamento do Brasil, em 15 de fevereiro de 1942, navios da marinha mercante brasileira começaram a ser atacados no Oceano Atlântico. À medida que os ataques foram intensificados, atingindo, até mesmo, navios de transporte de passageiros em águas territoriais brasileiras, intensificaram-se também as medidas de defesa civil no país. Em 26 de agosto de 1942, dia seguinte ao Brasil declarar Estado de Beligerância com a Alemanha e Itália.

⁶⁷ WAACK, Alexandre Paulo Auler. Entre a Glória e a infâmia: novas perspectivas para a Força Expedicionária Brasileira. 2002. 128 f. Monografia (graduação de Licenciatura em História) – Faculdade de Formação de Professores, UERJ, São Gonçalo, 2002. p 114.

⁶⁸ O atentado à Pearl Harbour ocorreu em 07 de dezembro de 1941 e se deu em forma de ataque surpresa pelos japoneses, que acabaram com a esquadra marinha norte-americana. A este ataque, o continente americano declarou solidariedade e, mais tarde, declararia o rompimento de relações de vários países com o Eixo inclusive por parte do Brasil.

⁶⁹ Correio do Povo. 07/06/2003. p. 4.

A população local, indignada, saiu às ruas em protesto. Estudantes e populares exigiam uma posição do governo frente ao conflito. A comoção pelo covarde ataque alemão na costa brasileira foi tão grande que em 31 de agosto de 1942, cedendo a pressões internas e externas, Vargas declarou guerra à Alemanha e Itália.

Em 31 de agosto, o presidente Getúlio Vargas assina um decreto declarando estado de guerra em todo território nacional. Nesse contexto, com a conclusão dos acordos de aliança e traçados, o devido plano estratégico criou-se em 9 de agosto de 1943 a FEB, um ano após a declaração de guerra às forças do eixo. A indignação provocada pelos torpedeamentos de navios mercantes brasileiros alimentou as conversações sobre o envio de um contingente brasileiro à frente de combate.

A Criação da Força Expedicionária Brasileira

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, deflagraram em 1º de setembro de 1939, pela Alemanha, com posterior participação da Itália, contra as nações aliadas, o Brasil, em estado de neutralidade, sofreu a perda de vários de seus navios mercantes indefesos e com eles quase mil de seus filhos, entre passageiros e tripulantes, torpedeados na costa brasileira por submarino nazista⁷⁰.

Para desagravar a nossa honra e a nossa soberania ultrajada, o Governo brasileiro declarou guerra àqueles países, em 22 de agosto de 1942. Para combater o inimigo em terras da Europa, junto com as Forças Aliadas, o Governo brasileiro criou, em 9 de agosto de 1943, a Força Expedicionária Brasileira, nomeando, em 28 de dezembro do mesmo ano, para comandá-la, General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes.

A Força Expedicionária Brasileira foi organizada nos moldes do Exército americano, com tropa de todas as armas, serviços e outros órgãos de apoio logístico. Os seus integrantes foram oriundos de todos os Estados do Brasil. A FEB foi constituída de uma Divisão de Infantaria Expedicionária e de Órgãos não divisionários.

A Divisão de Infantaria (1ª DIE) foi comandada, cumulativamente, pelo General de Divisão Mascarenhas de Moraes, e era a força de operações de combate. Contava ainda, com uma Divisão de Infantaria, com constituição de três Regimentos, comandada pelo General de Brigada Euclides Zenóbio da Costa, já com a Artilharia Divisionária, composta de quatro Grupos de Artilharia e uma Esquadrilha de ligação e observação comandada pelo General de Brigada Oswaldo Cordeiro de Farias, com um Batalhão de Engenharia, um de Saúde, um Esquadrão de Reconhecimento e Unidades menores de outros serviços, dentre eles o Serviço de Assistência Religiosa, chefiada pelo Tenente-Coronel Capelão João Pheeney de Camargo e Silva.

⁷⁰ Cf. PALHARES, Gentil. Frei Orlando. O Capelão que não voltou. RJ: BIBLIEx 1989, Op. Cit., p.45.

Os órgãos não divisionários, para atividades de apoio, foram comandados pelo General de Brigada Olympio Falconieri da Cunha.

Os integrantes da FEB passaram por rigorosa inspeção de saúde e seleção, e receberam intensivo adestramento, para o melhor desempenho na guerra. Sua constituição organizacional está disposta em moldes do Exército americano, como mostra no diário de campanha do general Aginaldo José Senna Campos em seu livro “Com a FEB na Itália” (CAMPOS, 1970, p. 25):

I – Comandante.

II – Subcomandante (Comandante da Infantaria Divisionária)

II – Estado Maior

1 – Chefia

2 – Estado-Maior Geral:

1ª Seção – Pessoal

2ª Seção – Informações

3ª Seção – Operações

4ª Seção – Logística

3 – Estado-Maior Especial:

Chefias dos serviços de:

Material Bélico

Intendência

Saúde

Engenharia

Transmissões

Guerra Química

Fundos

Polícia

Especial

Religioso

Postal

Justiça

Inspetoria-Geral e Adjudância-Geral

IV – Tropa Especial:

Comandante

Companhia do Quartel-General

Companhia Leve de Manutenção

Companhia de Intendência

Destacamento de Saúde

Pelotão de Polícia

Banda de Música

V – Unidades de Combate e de Apoio:

3 Regimentos de Infantaria
3 Grupos de Artilharia 105mm
1 Grupo de Artilharia 155mm
1 Esquadrão de Ligação e Observação (FAB)
1 Esquadrão de Reconhecimento
Batalhão de Engenharia de Combate
Batalhão de Saúde
Companhia de Transmissões

VI – Órgãos Não Divisionários:

1 – Comandante
2 – Estado-Maior
3 – Depósito de Pessoal
4 – Correio Regulador
5 – Depósito de Intendência
6 – Serviço e Saúde da FEB
7 – Posto Regulador de Livorno
8 – Posto Regulador de Nápoles
9 – Posto Regulador de Caserta
10 – Pagadoria Fixa
11 – Agência do Banco do Brasil

VII – Conselho Superior de Justiça Militar

Com exceção de 111 militares, dos quais 67 enfermeiras, que viajaram por via aérea, os demais componentes da FEB foram conduzidos do porto do Rio de Janeiro para o de Nápoles em navios de transporte de tropa americanos⁷¹, entre 2 de julho de 1944 e 8 de fevereiro de 1945, em quatro oportunidades, constituindo cinco escalões. No total tomaram parte ativa na FEB 25.374 homens, assim discriminados: 4 Generais, 1.535 Oficiais, sendo 15 Oficiais da ativa e da reserva, 67 Enfermeiras, 26 Capelães católicos e 2 de Culto Protestante, 28 Funcionários do Banco do Brasil e 23.699 Praças.

Na Itália, a FEB incorporou-se ao IV Corpo do V Exército Americano, dando início as suas operações de combate no princípio de setembro de 1944, no setor do rio Arno, ao norte da cidade de Pisa⁷².

Criação do Serviço de Assistência Religiosa

Extinto desde a separação da Igreja do Estado, como decorrência da Proclamação da República, o Serviço de Assistência Religiosa do Exército ressurgiu em maio de 1944, como decorrência de necessidade de ser

⁷¹ Cf. SILVEIRA, J. M. X. Cruzes brancas. Diário de um pracinha, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1963, pp. 61 e 64.

⁷² Cf. ANDRADE, Delmiro P. O 11º R.I na 2ª Guerra Mundial, BIBLIEx, 1950, p. 47.

prestado o indispensável apoio espiritual aos militares que, então, se preparavam para participar da 2ª Guerra Mundial.

O Brasil, porém, não poderia, profundamente cristão como seu povo, conviver com a falta de assistência religiosa a seus combatentes foi exatamente pensando nisso que em 1944, achando-se o nosso País em preparativos bélicos para levar o auxílio da Nação brasileira aos povos que, na Itália, reclamavam por um mundo democrático e mais justo; que o Presidente Getúlio Dorneles Vargas sensibilizado pelas palavras do Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jayme de Barros Câmara que apreciavam juntos ao desfile da então Força Expedicionária Brasileira (FEB) recém criada.

Ao chegar o término do glorioso desfile, sua Excelência o presidente voltando-se para o Arcebispo pergunta se ele havia gostado da apresentação, que prontamente lhe respondeu: “- *Gostei, Presidente, mas faltou alguém junto aos nossos pracinhas...– Quem? Perguntou o Presidente. – Os capelães, respondeu o Arcebispo. – Amanhã, mesmo, criarei o Corpo de Capelães, retrucou o Presidente*”⁷³

Ao organizar a Força expedicionária Brasileira, que deveria participar das operações da Segunda Guerra Mundial, foi instituída a Capelania Militar por Decreto Lei n.º 6.535, de 26 de maio de 1944, criando o Serviço de Assistência Religiosa. Em que a princípio contava com vinte e oito capelães nomeados pela portaria n.º 6573, de 8 de junho de 1944. Destinando-se: “a) *a prestar, sem constrangimento ou coação, assistência religiosa; b) a auxiliar e ministrar instrução de Educação Moral e Cívica nos Corpos de Tropa e Formações de Serviço; c) desempenhar, em cooperação com todos os escalões de comando, os encargos relacionados com a assistência religiosa e moral, em qualquer situação*” (NAÇÃO ARMADA, 1945)⁷⁴.

Foram ainda nomeados para compor o primeiro Escalão da FEB os seguintes capelães: um capelão chefe e mais dois capelães, que constituíram a sentinela avançada do S.A.R. (Serviço de Assistência Religiosa), que a princípio nomeados por aviso n.º 2.478/269, de 23 de agosto de 1944, sendo posto à disposição do Ministério da Aeronáutica para ser o chefe do SAR, o Major capelão Pascoal Gomes Librelotto, ficando assim a composição dos capelães militares:

Tenente Coronel João Pheeney de Camargo e Silva
– Chefe do S.A.R. da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária
Tenente Coronel Pascoal Gomes Librelotto
– Chefe do S.A.R. da Força Aérea Brasileira
Major Jonas Wanderley Lima (Frei Gil Maria)
– Capelão auxiliar da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária
Major Marcial Muzzi do Espírito Santo
Major Jonas Wanderley Lima;

⁷³ Cf. PALHARES, Gentil. Frei Orlando. O Capelão que não voltou. Rio de Janeiro: BIBLIEx 1989, p. 196

⁷⁴ Cf. NAÇÃO ARMADA, N.º 68, 114 Edição de julho de 1945.

Capitão Hélio de Abrantes Viotti;
Capitão Waldemar Setaro;
Capitão Antonio Álvares da Silva (Frei Orlando);
Capitão Amarildo Silvestri;
Primeiro-Tenente Olavo Ferreira de Araújo;
Primeiro-Tenente Joaquim de Jesus Dourado;
Primeiro-Tenente Alberto Costa Reis;
Primeiro-Tenente Hipólito de Almeida Pedrosa;
Primeiro-Tenente João Barbalho Uchôa Cavalcanti Sobrinho;
Primeiro-Tenente Nicolau Vandelino Junges;
Primeiro-Tenente João Batista Cavalcanti;
Primeiro-Tenente Urbano Rausch;
Primeiro-Tenente Jacob Emílio Schneider;
Primeiro-Tenente Noé Pereira;
Primeiro-Tenente Francisco Eloy de Oliveira;
Primeiro-Tenente Nilo Kollet;
Primeiro-Tenente Jorge Ferreira de Brito;
Primeiro-Tenente Gregório Pelegrino Comasseto;
Primeiro-Tenente Francisco Freire de Moura Filho;
Primeiro-Tenente Enzo de Campos Gusso;
Primeiro-Tenente Alcionilio Bruzzi Alves da Silva;
Primeiro-Tenente Manoel Inocêncio de Lacerda Santos;
Primeiro-Tenente João Filson Soren (Pastor) e;
Primeiro-Tenente Juvenal Ernesto da Silva (Pastor).⁷⁵

Podemos observar que a FEB foi acompanhada de um selecionado grupo de sacerdotes católicos e pastores evangélicos, que prestaram inestimáveis serviços de assistência moral e espiritual aos integrantes das Forças Armadas.

Na composição hierárquica estes homens de Deus foram equiparados aos oficiais, com postos que iam de Tenente-Coronel, Major, Capitão e Primeiro Tenente, segundo o que consta na obra: “A Epopéia dos Apeninos”, de *José de Oliveira Ramos* em que cita ser normal os capelães usarem os uniformes militares, comuns aos demais oficiais, tendo como distintivo uma cruz, bordada na gola⁷⁶.

Além dos serviços religiosos, os capelães auxiliavam o Serviço Especial na organização de diversões, que era uma prática normal das atribuições dos capelães do IV Corpo do Exército americano, ajudavam os “pracinhas” a escreverem suas correspondências para seus familiares, e visitavam constantemente os hospitais de campanha e enfermarias que eram levantadas nos acampamentos de algumas Unidades, como por exemplo, o do 1º Batalhão do Regimento Sampaio comandado pelo Major *Uzéda*:

⁷⁵ Cf. NAÇÃO ARMADA, 1945, p. 115

⁷⁶ Cf. RAMOS, José. de O. A Epopeia dos Apeninos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1947, p. 164.

O comandante do Batalhão compreendeu perfeitamente do que se tratava, aponta o mal ao capelão do batalhão, convoca o auxílio sempre valioso do capelão protestante do Regimento, o pastor Dr. Soren, apela para os seus bravos capitães, e reúne os dois médicos do Batalhão em busca de uma solução. Concluímos que havia necessidade da criação de uma enfermaria anexa ao posto de socorro do Batalhão.⁷⁷

Conclusão

Como vimos, a assistência religiosa era, assim como a assistência médica, prestada em todos os escalões, desde o *front* até a retaguarda, acompanhando os soldados em praticamente todos os momentos da guerra, antes e depois de cada batalha, com intuito de elevar o moral e o equilíbrio emocional dos combatentes, amenizando as dores e sofrimentos dos feridos em combate que estavam em convalescença nos hospitais de campanha e, administrando os últimos sacramentos aos moribundos, no caso da doutrina católica, e encomendando almas dos mortos, durante os tocantes sepultamentos. “O Serviço Religioso, por sua vez, buscou fortalecer as convicções, a noção de responsabilidade e o espírito de sacrifício, sem o qual nada se poderia obter.” (MORAES, 1969, p. 129).⁷⁸

O Serviço de Assistência Religiosa do Exército foi uma instituição pioneira, apesar de desconhecida da grande maioria da população brasileira, os capelães da Força Expedicionária Brasileira (FEB), puderam de uma maneira efetiva, classificar a partida para o teatro de operações de guerra contra os países do eixo, como um salto no escuro. Foi só com o passar do tempo e a ambientação forçada às condições de guerra, a nova indumentária (farda verde-oliva), a hierarquia militar, provando assim, os benefícios e vantagens que a presença do capelão significou para toda a tropa.

Seria interessante pensar no espírito de compromisso cristão e militar, na competência e esmero profissional, na importante missão que foram atribuídas a esses capelães de forma a se tornarem destaque dentre os outros quadros, armas e serviços que ladearam dia-a-dia em meios as agruras da guerra.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Delmiro P. O 11º R.I na 2ª Guerra Mundial, BIBLIEx, 1950.

Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro/RJ. Relatórios do Pelotão de Sepultamento, AHEx, SAE, FEB.

BERGER, Peter Ludwig. O Dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião. 5. ed, São Paulo: Paulus, 2004.

⁷⁷ UZÊDA, Olívio G. Crônicas de Guerra. Alagoas: Imprensa Oficial, 1947, p. 65.

⁷⁸ Cf. MORAES, João B. Mascarenhas de. Memórias. São Paulo: Instituto Progresso, 1947, p. 129.

BOMENY, Helena M. B. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). Repensando o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

BRANCO, Manoel. T. C. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1960, p. 345.

CORREIO DO POVO. 07/06/2003. p. 4.

HOBSBAWM, Eric J. A Era dos Impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Maynard Dilton. Homens de Guerra, Homens de Fé. Prefácio da Obra Capelães da FEB, BIBLIEx, 2021.

LIMA, R. de C. Apostolado Heróico: A atuação do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro, no Teatro de Operações da Itália no período de 1944 a 1945. 2005. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. Capelães nas Trincheiras. História da atuação do Serviço de Assistência Religiosa do Exército na tradição Militar Brasileira. Rio de Janeiro: Editora MULTIFOCO, 2014. p. 154.

_____. Fé na Missão: História Comparada da Capelania Militar Brasileira na Segunda Guerra Mundial (1944- 1945). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História Comparada, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ), 2014.

_____.Capelães da FEB. A participação Histórica da Capelania Militar do Exército Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial (1944-1945). Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2021, 136p.

MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001. p.75.

MORAES, João B. Mascarenhas de. Memórias. São Paulo: Instituto Progresso, 1947.

NAÇÃO ARMADA, N.º 68, 114 Edição de julho de 1945.

PALHARES, Gentil. Frei Orlando. O Capelão que não voltou. Rio de Janeiro: BIBLIEx 1989

RAMOS, José. de O. A Epopeia dos Apeninos. Rio de Janeiro: Laemmert, 1947.

RÉMOND, René. O século XIX - 1815 / 1914. Introdução à história de nosso tempo. Tradução: Frederico Pessoa de Barros. São Paulo: Cultrix, 1974.

SILVEIRA, J. M. X. Cruzes brancas. Diário de um pracinha, Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1963.

SCHNEIDER, Jacob Emílio. Vivência de um ex-capelão da FEB. 1ed. Curitiba, 1983.

UZÊDA, Olívio G. Crônicas de Guerra. Alagoas: Imprensa Oficial, 1947.

VOZ MISSIONÁRIA. Periódico da Igreja Metodista do Brasil - IV trimestre/95. p. 12 e 13.1995.

WAACK, Alexandre Paulo Auler. Entre a Glória e a infâmia: novas perspectivas para a Força Expedicionária Brasileira. 2002. 128 f. Monografia (graduação de Licenciatura em História) – Faculdade de Formação de Professores, UERJ, São Gonçalo, 2002. p 114.

(*) Tenente Coronel Capelão Veterano do Exército.



Capítulo XI

O Ordinariado Militar do Brasil

Edivaldo da Silva Pinho ()*

Introdução

Neste último capítulo será tecida uma abordagem sobre a origem do Ordinariado Militar do Brasil (OMB) ou também chamado de Arquidiocese Militar do Brasil. Serão tratados alguns aspectos sobre a celebração do Acordo entre a Santa Sé e o Governo Brasileiro, o estatuto promulgado pela Congregação para os Bispos, o Clero militar e o clero civil membro do Ordinariado que atua em todo território nacional (padres e diáconos permanentes e diáconos transitórios), este último, inexistente atualmente.

A Origem

Após a II Guerra Mundial foi criado no Brasil o Serviço de Assistência Religiosa, formalmente erigido pelo Papa Pio XII como Vicariato Castrense do Brasil, em 1950. Contudo, não havia legislação no Brasil que definisse as obrigações do Vicariato. Com esse intuito organizacional, anos depois, em 1986, por força da Constituição Apostólica *Spirituali Militum Curae*, os Vicariatos Castrenses de todo mundo receberam a nomenclatura de Ordinariado Militar.

Mas, somente em 6 de outubro de 1989 foi celebrado um acordo diplomático entre a Santa Sé e o Estado Brasileiro, o qual criou uma nova estrutura do Ordinariado Militar do Brasil. A partir desta data, uma série de atos formais foram homologados visando criar legalmente uma representação eclesial junto às Forças Armadas (FA) Brasileiras e Forças Auxiliares. Observou-se, após a II Guerra Mundial, uma premente necessidade da concretização dos atos religiosos próprios para os militares, dentro do âmbito de missão.

A Igreja atende com solicitude a peculiar assistência religiosa aos militares e às suas famílias, convicta de que em Cristo se encontra a força para se cumprir fielmente as missões. E, para a vida militar, profissão tão nobre, a Igreja sempre quis garantir por meio do trabalho de capelães uma especial dedicação pastoral. Por isso, a existência de Ordinariados Militares não se torna supérflua. A finalidade dos Ordinariados é favorecer uma doutrina específica para iluminar os entraves da vida militar no exercício da profissão. O ideal é atingir a plenitude da vida cristã.

O Ordinariado Militar do Brasil é uma Circunscrição Eclesiástica da Igreja Católica no Brasil, subordinada diretamente à Santa Sé. Juridicamente, é assimilado às dioceses e regimentado pela Constituição Apostólica *Spirituali Militum Curae*, pelo Acordo celebrado entre A Santa Sé e o Governo Brasileiro, por um Estatuto e pelas leis universais da Igreja. Na verdade, é um ambiente de jurisdição de um Bispo, que participa do Conselho Episcopal Regional Centro-Oeste da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Sé episcopal do Bispo está situada na Catedral Militar Rainha da Paz, na cidade de Brasília, Distrito Federal. Aqui aparece a unidade da Igreja propriamente dita.

Por meio do Decreto *Ad Consulendum*, de 6 de fevereiro de 1950, do Papa Pio XII, cria-se o Vicariato Castrense do Brasil, tendo como primeiro chefe o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, então Capital da República, Dom Jaime de Barros Câmara, que permaneceu no ofício até 9 de novembro de 1963. O trabalho de vicariato tem jurisprudência de dar apoio a todos os membros católicos das FA.

Posteriormente, coube a Missão de Vigário Castrense a Dom José Newton de Almeida Baptista, 1º Arcebispo de Brasília, firmando, na história, este importante serviço ao alcance da Família Militar. O Vicariato Castrense no Brasil, por força da Constituição Apostólica *Spirituali Militum Curae* (SMC), de 21 de abril de 1986, de São João Paulo II, passou a ser designado “Ordinariado Militar do Brasil.”

Com a celebração do Acordo diplomático entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, assinado em 23 de outubro de 1989, homologado pelo Decreto *Cum Apostolicam Sedem*, de 2 de janeiro de 1990, da Congregação para os Bispos, o Ordinariado Militar do Brasil recebeu uma nova estrutura. Tem-se agora uma representação eclesiástica **legal** junto às Forças Armadas Brasileiras e as Forças Auxiliares.

O Acordo entre a Santa Sé e o Governo Brasileiro

As relações entre Governo e Igreja remontam a tempos antigos. Não há nenhum povo no globo terrestre que não tenha em vista a religiosidade, mesmo em sua pluralidade, crenças ou expressões. Até mesmo os indígenas não civilizados admitem e reconhecem a existência de um ser superior. Mas quem os ensinou? Como admitem isso? Ora, com esse exemplo, pode-se concluir, sem erro, que o ser humano necessita, depende e admite a existência de um ser superior, mesmo se declarando ateu.

Nos vários países do mundo existem pessoas que se confessam ateias ou agnósticas, o que é uma minoria. Mas, mesmo assim, tal opção não deixa de ser um posicionamento religioso, por contraditório que possa parecer, pois, ao se dizerem ateus, ao negarem um Deus, confirmam que existe um Deus. Ainda que um governo inteiro se confessasse ateu não poderia, por questões jurídicas que regem qualquer sociedade, impor isso como única regra para a

nação, uma vez que iria de encontro à ordem natural do ser humano: a espiritualidade.

No mundo moderno, sobretudo no Ocidente, o critério da laicidade tem predominado, fazendo do Estado uma organização que não privilegia, não impede e muito menos persegue as instituições regionais de seu povo; ao contrário, reconhece e protege o direito de as pessoas praticarem livremente sua religião.

Tal ordenamento tem origem no princípio que norteou as regras da formação de Estados. O atual momento da história ocidental afirma a oportunidade feliz de uma “Igreja livre dentro de um Estado livre”. A expressão é “feliz”, pois protege o princípio democrático, uma vez que não impõe o ateísmo e nem estabelece uma religião oficial.

Os acordos, concordatas e normativas bilaterais se fazem então mais importantes para garantir os direitos e os deveres das correntes religiosas e, ao mesmo tempo, os direitos e os deveres do Estado que deve primar por um legítimo serviço ao seu povo. Tais ordenamentos jurídicos são comuns entre todos os Estados, sobretudo os mais desenvolvidos, ainda mais naqueles que mais prezam os princípios de uma verdadeira democracia.

Diante da necessidade de aprimoramento da regulamentação legal desse serviço para atender ao público militar no Brasil, foi celebrado o Acordo Diplomático entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, assinado em 23 de outubro de 1989, com a precípua finalidade de dar canonicidade e legitimidade ao serviço religioso prestado aos fiéis católicos das Forças Armadas brasileiras. A partir dessa data, uma série de atos formais foram homologados.

No bojo desse Acordo, vejamos o que prevê o inciso 2 do artigo 2º, que trata dos direitos e deveres confiados ao Ordinariado Militar do Brasil (OMB): *“2. O Ordinariado Militar, canonicamente assimilado às dioceses, será dirigido por um Ordinário Militar, que gozará de todos os direitos e estará sujeito a todos os deveres dos Bispos diocesanos.”* Esta coordenação central é, ao mesmo tempo, uma segurança jurídica tanto para administração eclesiástica quanto para administração militar.

Desta forma, os capelães militares terão os direitos e deveres análogos aos de Pároco. Após serem aprovados em concurso público (carreira) ou seleção (temporários), e preenchendo os requisitos necessários para assumir o cargo, seja como temporário ou de carreira, são regidos, tanto pelas orientações referentes à Força que prestam serviço, quanto pelas leis próprias do exercício ministerial, conforme as orientações do Ordinariado Militar do Brasil.

Fica bem evidente a relação legal entre as orientações militares e eclesiásticas no Artigo X do acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil, quando prevê as sanções disciplinares de caráter militar e de caráter canônico. Qualquer sanção disciplinar imputada pela Força será comunicada

ao Ordinariado Militar do Brasil (OMB) e, se de competência do Arcebispo, será comunicada a autoridade militar.

Desta relação mútua e obrigatoriamente confiável, nasce um serviço qualificado prestado pelos capelães militares. Nesse binômio Disciplina x Fé, é gestado o Capelão Militar. Ele é, ao mesmo tempo, cura de almas no zelo ardoroso e espiritual próprio do ministro ordenado, para cuidar do material humano destas corporações que exercem papel fundamental na sociedade, bem como um fiel cumpridor das ordens e diretrizes do Comando, baseadas na hierarquia e disciplina, colunas perenes que sustentam a moral e a ética, valores inalienáveis da vida militar.

Estes capelães são nomeados pela autoridade eclesiástica de direito, que no caso é o Arcebispo do Ordinariado Militar do Brasil. Se assemelham em direitos e deveres à função de pároco. Entre os inúmeros deveres dos capelães militares (além do cumprimento dos atinentes à hierarquia e disciplina militar), são de extrema relevância o de proclamar a Palavra de Deus, zelar pelos cuidados da catequese dos membros das Organizações Militares (OM), realizar aconselhamento, orientação e, sobretudo, cuidar do moral da tropa. Há quem preconize, “Você pode não ver, mas marchamos juntos”.

Cabe ressaltar que os capelães militares, ao exercerem o serviço religioso nas diversas capelanias, devem ensejar a especial atenção para terem o máximo de contato com os fiéis, a fim de não se tornarem burocráticos quanto a experiências pastorais. É oportuno salientar que os capelães militares não podem jamais esquecer que exercem duas funções, as quais precisam estar obrigatoriamente integradas, onde uma não pode ser sobreposta à outra: sacerdote, segundo à ordem presbiteral (ato religioso) e militar em detrimento do juramento à Bandeira Nacional (ato militar).

Enfim, a riqueza deste Acordo Diplomático bilateral entre países (Brasil e Vaticano) necessita de ampla divulgação para CONHECIMENTO por parte de toda a sociedade organizada, (aqui inseridas as instituições cartorárias, bancárias, empresas privadas e públicas etc.), uma vez que possui valor jurídico legal e que envolve direitos e deveres, como qualquer instituição pública ou empresa privada, e cuja vida financeira, administrativa e patrimonial importa, obrigatoriamente, na participação em transações bancárias, como aquisição ou transferência de imóveis, pagamentos a fornecedores, contratação de funcionários, empresas de serviços etc. além de licitações e outras transações regulamentadas pelas leis tributárias brasileiras, e cujos entes, quando contactados, quase ou nada conhecem sobre sua existência, qual seja: – *“a de que existe uma Arquidiocese Militar do Brasil, “uma Mitra que não seja a da diocese em que estão inseridos, legalmente constituída e com direitos e deveres legais ante as leis brasileiras.”* Desnecessário citar as comunidades católicas ou não, e, ainda, entre os que se sentem vocacionados ao exercício da política.

Assim, é inegável, diria improrrogável difundir esse conhecimento à toda a sociedade civil, cujo meio muito eficiente, creio, é a publicação deste livro, ou

melhor, deste “manual”, para que toda a nação brasileira nos conheça como uma Instituição sólida, legal e de valores jurídicos constitucionais, e que, inobstante seus reconhecimentos ou não, ajudou a formar e moldar os valores da sociedade ocidental que hoje temos.

O Estatuto

Sede episcopal ou Sé episcopal (do latim: *sedes*), refere-se à Catedral, de onde o Bispo/Arcebispo tem sua ‘cátedra’ (substantivo de cadeira), metáfora que designa onde (ou a partir de) o epíscopo exerce sua jurisdição canônica.

A cúria, centro administrativo do OMB, está localizada em Brasília-DF, junto ao Ministério da Defesa, e sua Igreja Mãe é a Catedral Militar Rainha da Paz, situada no canteiro central do Eixo Monumental, no Setor Militar Urbano (SMU), em Brasília-DF. Foi abençoada e dedicada em ato solene no dia 12 de dezembro do ano do Senhor de 1994, em cuja data o Arcebispo Militar passou a presidir suas funções pontificais, pois até aquela data eram realizadas no Oratório do Soldado. Assim, o Distrito Federal é o único Estado da Federação que possui duas Catedrais.

Do art. 1º ao art. 6º deste estatuto temos uma visão sobre o Ordinariado Militar do Brasil, canonicamente assimilado às dioceses, sendo dirigido por um Ordinário Militar (Arcebispo Militar).

A partir do art. 7º até o art. 12º vamos encontrar os dispositivos sobre o Arcebispo Militar, que deve ser brasileiro nato, está vinculado administrativamente ao Estado-Maior conjunto das Forças Armadas, e é nomeado pela Santa Sé após consulta ao Governo brasileiro. Este prelado goza de todos os direitos e está sujeito a todos os deveres dos Bispos diocesanos. E o cargo é incompatível com o governo de outra diocese. Não necessariamente o Arcebispo deva ser militar, podendo ser um bispo civil de qualquer diocese do Brasil.

A jurisdição eclesiástica do Arcebispo Militar é ordinária, própria e imediata, e seu rebanho primário são os quartéis e os lugares próprios reservados aos membros das Forças Armadas e Auxiliares (Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares). Poderá contar, ainda, com o serviço de Bispos Auxiliares.

Do art. 13º ao art. 16º encontramos as referências sobre a organização do Ordinariado Militar. A cúria deve ser composta por Vigários Episcopais, Vigários Forâneos, Moderador, Chanceler e um Notário; e, para melhor administração, o Arcebispo deverá ser assessorado pelos Colégio de Consultores, Conselho Presbiteral, Conselhos de Assuntos Econômicos e pelo Conselho de Pastoral. As Capelarias Militares devem seguir as normas dos cânones 486 - 491 do Código de Direito Canônico (CDC), no que diz respeito a documentos e arquivos.

Já do art. 17º ao art. 25º são feitas referência aos capelães militares e diáconos permanentes. Os Padres são chamados de Capelães e terão os direitos e deveres canônicos análogos aos dos Párocos. Eles podem exercer a função tanto nas Forças Armadas quanto nas Forças Auxiliares. Os diáconos não são investidos na função de capelão.

Os diáconos permanentes serão incardinados no Ordinariado Militar, e os diáconos transitórios, quando forem ordenados sacerdotes, poderão prestar o concurso público, e, após aprovados no Curso de Formação de Capelães, irão integrar o quadro de capelães militares de carreira.

Aqueles capelães que permanecem incardinados em suas dioceses de origem poderão retornar após completarem o tempo de serviço ativo nas Forças Armadas ou nas Forças Auxiliares, e regressarão às suas dioceses. Quando um capelão é transferido de uma capelania para outra, por iniciativa da Força, após consulta ao Arcebispo, ao tomar posse na nova capelania é emitida a provisão canônica, que dá ao sacerdote todos os poderes e deveres para agir como administrador e guia espiritual da comunidade.

Sobre as Capelarias Militares, são tratadas do art. 26º ao art. 29º. As capelarias católicas que tiverem templos (capelas), poderão solicitar o decreto de ereção e o decreto de padroeiro. Em consonância com o CDC, poderão contar com a estrutura de templos e anexos (salas para catequese, salões etc). Os meios necessários para o bom funcionamento (material e pessoal) serão de responsabilidade das Forças. Para a residência do capelão, em alguns casos, a capelania tem como anexo a esta a casa paroquial, ou um imóvel próprio por ela adquirido ou, ainda, um Próprio Nacional Residencial (PNR), quando disponível na guarnição (normalmente em caráter provisório). Não havendo estas condições, o capelão deverá residir em um imóvel alugado ou se alojar no aquartelamento.

Sobre as questões pastorais, estão previstas do art. 30º ao art. 32º, onde se orienta que as capelarias deverão enviar mensalmente à Cúria do Ordinariado os relatórios numéricos e descritivos das atividades desenvolvidas. A partir do art. 33º até o art. 40º, constam as orientações sobre as questões administrativas e econômicas, como dízimo mensal do capelão, contribuição de 10% das receitas financeiras mensais de cada capelania para o ordinariado, remessa das coletas anuais previstas e confecção do relatório contábil (balancete). Os capelães são os responsáveis juridicamente pelas transações bancárias por meio no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) das capelarias, bem como assinar todo e qualquer documento administrativo e pastoral da Paróquia ou capela militar.

As disposições finais, do art. 41º ao art. 45º, rezam que o Ordinariado Militar pode ter seu seminário próprio para formação dos futuros clérigos, seus conselhos de pastoral e de assuntos econômicos, com 50% dos membros a serem renovados a cada dois anos, com a chancela do Arcebispo.

Neste item, cabe ressaltar o que o OMB suprimiu suas atividades de seminário no ano de 2013 e, conseqüentemente, deixaram de existir “seminaristas militares”, futuros clérigos da Arquidiocese Militar.

O Clero

O Clero do OMB é constituído por padres e diáconos permanentes pertencentes às próprias Forças Armadas ou às Forças Auxiliares, como também por padres e diáconos civis, que prestam serviço às Capelarias. O Arcebispo Militar do Brasil é o responsável por todas as Capelarias militares católicas do Brasil.

O primeiro Vigário Castrense foi o Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, entre 06 de novembro de 1950 e 09 de novembro de 1963, sucedido por Dom José Newton de Almeida Baptista, 1º Arcebispo de Brasília, entre 09 de novembro de 1963 e 23 de outubro de 1989, e também o 1º Arcebispo Militar do Brasil, entre 23 de outubro de 1989 e 12 de dezembro de 1990.

Em seguida assumiu Dom Geraldo do Espírito Santo Ávila, entre 12 de dezembro de 1990 e 14 de novembro de 2005; o 3º Arcebispo foi Dom Osvino José Both, entre 03 de agosto de 2006 e 06 de outubro de 2014.

Dom Fernando José Monteiro Guimarães foi nomeado como 4º Arcebispo, pelo Papa Francisco, e permaneceu entre 06 de agosto de 2014 e 02 de abril de 2022. O atual Arcebispo Militar, o 5º desde a criação do ordinariato, é Dom Marcony Vinícius Ferreira, que tomou posse em 02 de abril de 2022, em Brasília/DF.

Os Bispos Auxiliares foram Dom Alberto Trevisan, entre os anos de 1964 e 1966, Dom Augustinho Petry, entre os anos de 2006 e 2007 e o atual Bispo Auxiliar é Dom José Francisco Falcão de Barros, desde o ano de 2011.

A Arquidiocese Militar se estende por todo o território nacional, onde exista uma unidade militar das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) e das Forças Auxiliares (Polícias Militares estaduais e Corpos de Bombeiros Militares), Academias, Escolas e Vilas Militares.

A composição do clero do Ordinariato Militar do Brasil, segundo o *site* da Arquidiocese Militar e que estão na ativa, é composto de: Bispos: 1 Arcebispo e 1 Bispo Auxiliar; Marinha do Brasil: 38 padres; Exército Brasileiro: 48 padres; Força Aérea Brasileira: 32 padres; Polícia Militar: 35 padres; Corpos de Bombeiros: 8 padres; e Diáconos permanentes: 73 diáconos.

Entre as missões do clero castrense (capelão militar) estão as seguintes: ser presença do sagrado para o militar e para a família militar; conferir todos os sacramentos inerentes ao seu Sacramento da Ordem; administrar os bens da Igreja, dando-lhe a devida reverência; participar das missões operacionais com o intuito de prestar o devido auxílio e apoio espiritual às tropas; proferir bençãos e palestras sobre temas da moral cristã e dos valores do Evangelho e dever de obediência à dupla hierarquia.

Uma particularidade da pastoral e organização do clero castrense é a “Páscoa dos Militares”, que se dá em datas comemorativas “fora de época”. Ou seja, esta Páscoa, assim como aconteceu após a II Guerra Mundial, poderá ser realizada em cada Organização Militar entre a festa da Páscoa da Ressurreição do Senhor e a Festa de Cristo Rei, excetuando as solenidades ocorridas no ano. Assim dispõe o Decreto “Orientações para a celebração de Páscoa para Militares”: *“CONSIDERANDO que, nessa adequação de calendário litúrgico, a celebração da Páscoa no ambiente castrense, consuetudinariamente nominada PÁSCOA DOS MILITARES, ocorre nas Forças Armadas, Polícias e Corpos de Bombeiros Militares, em datas diferentes da liturgicamente prevista.”*

Nas instituições militares também existem as Capelarias Evangélicas e, com elas, o Ordinariado desenvolve uma estreita relação de respeito e cooperação. O Arcebispo também tem um papel importante junto ao Ministério da Defesa, assessorando espiritualmente todas as confissões religiosas.

A Constituição Apostólica “SPIRITUALI MILITUM CURAE”

Neste cenário de constante necessidade de aprimoramento da legislação, pode-se afirmar que um grande progresso na garantia do direito à assistência religiosa às Forças Armadas foi o lançamento da Constituição Apostólica *Spirituali Militum Curae*⁷⁹, de 21 de abril de 1986, com a qual se dá uma nova regulamentação canônica à assistência espiritual aos militares católicos e as suas famílias. Com essa importante Constituição Apostólica, o Papa São João Paulo II cria, dentro da estrutura de governo da Igreja Católica, as “Dioceses e Arquidioceses Militares”, e está alinhada com a Lei nº 6.923 de 29 de junho de 1981.

Conclusão

A existência do Ordinariado Militar do Brasil não é apenas um pensamento existente no coração do ser humano, do Exército ou da Igreja somente, mas do próprio coração de Deus, na pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo. Levar consolo e paz de espírito aos combatentes é uma necessidade divino-natural e jurídica. A existências de homens iluminados e abençoados em meios às Forças Armadas e Forças Auxiliares, bem como em toda a Família Militar é mais que uma graça, é uma dádiva.

MINISTERIUM PACIS INTER ARMA!

⁷⁹ Traduz-se por Cúria da Espiritualidade.

Referências Bibliográficas

- BARROS, José Francisco Falcão de. **Centenário ao artigo 20º do acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil**. EGGCF – “Gráfica do Exército”. Brasília-DF, desde 1949.
- CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS. República Brasileira. **Decreto sobre a ereção do Ordinariato Militar**. Brasília-DF, 1990.
- CONGREGATIO PRO EPISCOPIIS. **Estatuto do Ordinariato Militar do Brasil**. Apostila impressa.
- CONGREGATIO PRO EPISCOPIIS. **Ordinariatus Militaris – Reipublicae Brasilinae**. Prot. N. 1020/2006. Rome, 2007.
- DIÁRIO OFICIAL. **Brasil – Santa Sé – Religião**. Pela República Federativa do Brasil: Paulo Tarso Flecha de Lima; Pela Santa Sé: Dom Carlo Furno. Seção I - 21259, sexta-feira, 22 NOV 1989.
- EXÉRCITO BRASILEIRO. Departamento-Geral do Pessoal. **Instrução Religiosa para os militares do Exército Brasileiro**. Coletânea de Palestras. pp. 232. Brasília-DF, 2002.
- ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL. **Acordo entre a República Federativa do Brasil e a Santa Sé relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil**. Brasília-DF, março de 2014.
- ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL. **Diretório Litúrgico para os Sacramentos**. Gráfica Inconfidência. Brasília-DF, abril de 2013.
- ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL. **Instrução de procedimentos administrativos para as paróquias e capelarias militares do Ordinariato Militar do Brasil**. Brasília-DF, maio de 2016.
- ORDINARIADO MILITAR DO BRASIL. **VADE MECUM**. Brasília-DF, abril de 2013.

(*) Primeiro-Tenente Capelão do Exército Brasileiro.



Homenagem

80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

Cláudio Moreira Bento (*)

O capelão Antônio Alvares da Silva – o capitão capelão Frei Orlando, da Ordem dos Franciscanos, foi confirmado, por Decreto 51.425 de 13 de março de 1962, patrono do Serviço de Assistência Religiosa, por sua atuação destacada na frente de combate na FEB, onde todos o queriam perto, conforme trechos de carta a seguir, escritas a sua mãe e que são eloqüentes por si só: *Desde que vim para a linha de frente, estou sempre no Posto de Saúde Avançado, afim de atender os feridos que chegam do campo de luta. De fato, vivo zanzando por toda a parte, hoje aqui e amanhã ali, dormindo ora neste, ora naquele lugar, sempre na primeira linha.*

E noutro trecho:

Eu não sei onde ficar, pois todo o mundo quer a minha presença.

E, seguramente, o seu colega protestante com quem partilhava a barraca tornaram-se amigos e admiradores recíprocos.

Frei Orlando morreu em acidente em campanha, em 20 de Fevereiro de 1945, aos 32 anos, as vésperas do combate de Monte Castelo, causando grande pesar e sobretudo falta entre os combatentes da FEB.

Ele nasceu em Morada Nova – município de Abaeté/MG, em 13 de fevereiro de 1913. Fez seus estudos maiores na Europa. Foi ordenado padre em 17 de setembro de 1937.

Foi um dos primeiros capelães voluntários da FEB, tendo seguido para a Itália no 2º Escalão, como capelão do 11º RI de São João del Rei/MG onde é reverenciado como um dos vultos maiores da Unidade e mereceu de Gentil Palhares meticulosa e justa biografia. Seus restos mortais estão no Monumento aos mortos da Segunda Guerra Mundial.

(*) Coronel Veterano do Exército Brasileiro e Presidente-fundador Emérito da Academia de História Militar Terrestre do Brasil / Resende-RJ.



Posfácio

80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército

José Fernando lasbech ()*

Ao findar as páginas desta obra memorável, o espírito sente-se convidado a um recolhimento interior. **SAREx – 80 Anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército** não é apenas uma compilação de fatos ou um registro de instituição. É, antes de tudo, um testemunho de permanência espiritual em meio às mudanças do tempo. No rastro das décadas, a fé que acompanha o soldado, o capelão que consola e o gesto que eleva a alma antes da batalha constituem o fio invisível que entrelaça a história do profissional de farda com o mistério do divino.

O Exército, em sua missão de defesa da Pátria, encontra na assistência religiosa o seu complemento espiritual, pois não há força humana que se sustente sem o amparo do espírito. As marchas, os treinamentos, as vigílias e as dores do combate são momentos em que a presença do sagrado se revela, silenciosa, mas constante. E o capelão, esse ministro da esperança, surge como ponte entre o dever e a graça, entre a obediência e a consciência.

Ao longo dos oitenta anos aqui celebrados, o SAREx construiu um legado que ultrapassa a dimensão administrativa e alcança o domínio do sagrado. Cada capelania, cada celebração, cada oração em campo ou em hospital traduz o mesmo impulso original de servir – servir ao homem em nome de Deus, fazendo da farda emergir a vocação cristã de amar ao próximo como Jesus nos ensina.

O tempo moderno, com suas urgências técnicas e o ruído da efemeridade, não apagou a necessidade do espiritual. Ao contrário, fez dela um clamor silencioso. No coração do soldado contemporâneo ainda ecoa a busca por sentido, a necessidade de transcendência, o desejo de uma paz que não se confunde com a ausência de conflito, mas com a presença de propósito.

O SAREx, em sua natureza interdenominacional e humana, responde a esse chamado não com proselitismo, mas com presença – com a mesma serenidade de quem compreende que a fé se testemunha com os gestos e atitudes, sempre mais persuasivos do que as palavras.

Refletir sobre o significado espiritual deste serviço é perceber que ele não se reduz a uma função de conforto moral. Ele representa uma pedagogia do espírito. Ensina a disciplina da esperança, o valor do perdão, a coragem de servir em humildade. Cada capelão é, por assim dizer, um guardião da paz interior da tropa, um sacerdote que recorda que a verdadeira vitória não

principia no campo de batalha, mas no coração que preserva a fé, mesmo quando precisa lutar.



Banner comemorativo dos 80 Anos do SAREx no Quartel General do Exército
Fonte. Serviço de Assistência Religiosa do Exército (2026)

Aqueles que leem estas páginas percebem que a história do SAREx é também um espelho da própria história do Brasil: um país que nasceu sob o sinal da cruz e que, apesar das guerras e incertezas, sempre buscou equilibrar o dever civil e o impulso da fé.

O capelão militar, nesse sentido, é um emblema da harmonia possível entre religião e razão, entre tradição e modernidade. Seu ministério é um testemunho de que é possível ser contemporâneo sem perder o sagrado.

Oitenta anos depois de sua criação, a obra que agora se encerra abre-se, paradoxalmente, como um recomeço, pois toda tradição viva não termina em si mesma. Ela continua a inspirar novas gerações, a despertar vocações e a suscitar a consciência de que o espiritual não é um complemento da vida militar – é sua dimensão intrínseca.

O SAREx, ao celebrar oito décadas, confirma que a fé, quando cultivada com disciplina e amor, torna-se também um ato de serviço à Pátria.

Que estas linhas finais sirvam não de conclusão, mas de prece.

Uma prece pela continuidade da missão, pela unidade dos que servem e pela consciência de que toda vocação autêntica nasce do mesmo impulso divino que faz o homem levantar-se, mesmo ante a exaustão, e seguir no cumprimento de seu dever. Pois onde houver um capelão, ali estará também uma chama de fé que não se apaga.

(*) General de Brigada Veterano do Exército Brasileiro.



Padre JOSÉ JUCIÊR FERREIRA ALVES é Sacerdote Diocesano e Primeiro-Tenente Capelão Veterano do Exército. Mestre em Educação com Especialização em Educação Superior pela Universidade Internacional Iberoamericana, Arecibo, Porto Rico (EUA); Licenciado em Filosofia pela Universidade São Judas Tadeu de São Paulo; Bacharel em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza/CE; Bacharel em Direito pela Universidade Católica Dom Bosco, de Campo Grande-MS; Pós-Graduado em: Ciência da Religião e Docência do Ensino Religioso pela Faculdade Educamais / Instituto Superior de Educação Ateneu de São Paulo; Gestão Escolar e Coordenação pela Faculdade da Aldeia de Carapicuíba, São Paulo; Direito Penal e Processo Penal pela Faculdade do Vale do Jaguaribe em Aracati/CE; Docência e Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Regional Jaguaribana em Alto Santo/CE; Capelania pela Faculdade Dom Alberto de Santa Cruz do Sul-RS; Ciências Militares na Escola de Saúde e Formação Complementar do Exército, Salvador/BA; Direito Militar pela Faculdade Metropolitana São Carlos / Instituto Venturo Gestão Educacional, Bom Jesus do Itabapoana-RJ e em Processo Matrimonial Canônico pelo Tribunal Eclesiástico Interdiocesano de Porto Alegre / Instituto de Cultura, Educação e Humanidades. Presidente da Comissão Organizadora de *SAREx: 80 anos do Serviço de Assistência Religiosa do Exército* (Regional, 2025). É autor dos artigos: “*Espiritualidade e Ecologia*” na Revista Kairós. Ano V/2 jul-dez. 2008. Fortaleza-CE; “*Justiça Restaurativa: Um modelo alternativo de solução de conflitos na Jurisdição Penal*”, na Revista Reflexão e Crítica do Direito, v. 10, n. 1, p. 61-84, jan-jun. 2022, Cascavel-PR e “*Fundamentos e princípios da Liberdade religiosa*”, na Revista SAREx, v. 1, n. 1, p. 8-10, nov. 2025. Brasília-DF.



LAUS DEO



80 ANOS